

# HORIZONTES HISTÓRICOS

REVISTA DISCENTE DO PROHIS, VOLUME 4, NÚMERO 1, JUL./2021 - JUL./2022. ISBN: 2596-0377

## Expediente

A *Horizontes Históricos* é uma revista eletrônica ligada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe. O objetivo da revista é congregar textos de pesquisadores a nível de graduados, mestrado e doutorado – inserindo mestrandos e doutorandos – acerca de temas que versem sobre Relações Sociais e de Poder, Cultura, Identidades, bem como os entrelaces entre esses campos. São aceitos trabalhos de História e áreas afins, explicitadas na área dedicada às submissões dos mesmos. A revista abre uma chamada livre por semestre e um dossiê temático anual, para os quais são recebidos artigos, resenhas críticas e entrevistas. A Revista busca atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica, primeiramente dos pesquisadores locais e, em extensão, da pesquisa científica na área das Ciências Humanas e Sociais em geral.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de  
Sergipe

Horizontes Históricos [recurso eletrônico]: revista discente do PROHIS / Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em História – Vol. 4, n. 1(2022) – São Cristóvão, SE: PROHIS, 2022 – Semestral

e-ISSN: 2596-0377

1. História. I Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em História.

CDU 94(05)

## Universidade Federal de Sergipe

*Reitor:* Prof. Dr. Valter J. de Santana Filho.

*Vice-Reitor:* Rosalvo Ferreira Santos.

## Centro de Educação e Ciências Humanas:

*Diretora:* Prof<sup>ª</sup> Dra. Ana Maria Leal Cardoso.

*Vice-Diretor:* Prof. Dr. Genésio José dos Santos.

## Programa de Pós-Graduação em História:

*Coordenadora:* Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edna M. M. Antonio.

*Vice-Coordenador:* Prof. Dr. Fabio Maza.

## Expediente:

*Editora-Chefe:* Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Edna M. Matos Antonio.

*Editoras Assistentes:*

Me. Lívia Maria Albuquerque Couto;

Me. Márcia Oliveira Gama.

*Equipe Editorial:*

Me. Aline de Souza Araújo França;

Me. Cassiano Celestino de Jesus;

Me. Lívia Maria Albuquerque Couto;

Luísa Vilas Boas dos Santos;

Me. Márcia Oliveira Gama;

Mateus Ribeiro de Sant'ana;

Me. Monique Hellen Santos Reis Cerqueira;

Thaís Monique Costa Moura.

## Conselho Consultivo:

Prof. Dr. Alfredo Julien;

Prof. Dr. Antônio Fernando Araújo de Sá;

Prof. Dr. Bruno Gonçalves Álvaro;

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias;

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos;

Profa. Dra. Edna Maria Matos Antônio;

Profa. Dra. Luciene Lages Silva;

Prof. Dr. Marcos Silva;

Prof. Dr. Pedro Abelardo Santana.

## Pareceristas *ad hoc* desta edição:

Me. Ana Cláudia Texeira de Lima

Me. Gustavo Silva de Moura

Me. Maria Clara Lysakowski Hallal

Me. Paula Nathaiane de Jesus da Silva

Me. Renata dos Santos de Mattos

**Capa:** Domínio público.

**Apoio:**



# Sumário

## Apresentação da Edição

Prof. Me. Cassiano Celestino de Jesus 05

## Artigos

*“Machos Alfas”*: Masculinidades Hegemônicas 08

Meg Silva & Cosimo Chiarelli

*Entre Bichas E Bofes:  
O Auê Das Palavras No Jornal Lampião Da Esquina (1978- 1981)* 23

Alisson Gonçalves

*“Sigiloso. Discreto. Não Afeminado” -  
As Relações De Gênero E Sexualidade Na Comunidade Lgbtqia +:  
Discutindo A Construção Da Identidade Masculina* 36

Emídio Ferreira Neto & Gerlândia Beatriz Teobaldo de Oliveira

*O Não-Lugar Em Meio À Comunidade Lgbtqia+ E À Sociedade  
Heterocisnormativa: Masculinidades Monodissidentes A Partir Do  
Documentário “(Bi)Chas: A Bissexualidade E O Ser Afeminado”* 50

Daniel da Silva Stack & Danieli Klidzio

*A Produção Historiográfica Do Dhi/Ufs Durante A Década De 2010:  
Características E Possibilidades* 65

José Lucas Vilas-Boas Oliveira

*Divergências Convergentes: Análise Dos Embates Historiográficos Entre  
Anton Blok E Eric Hobsbawm Acerca Do Banditismo Social* 77

Vitor Nunes da Silva & Bruno Gonçalves Alvaro

*A Arte De Curar E As Interações Socioculturais De José Maria Dominguez Y  
Dominguez Em Aracaju/Se (1923 – 1928)* 92

Daiane de Jesus Oliveira

## Apresentação

### HORIZONTES HISTÓRICOS: QUARTA EDIÇÃO

Cassiano Celestino de Jesus

Doutorando em História Social (PPGH/UFBA)

Membro da Rede Internacional e Multidisciplinar de Estudos de Gênero (RIMEG)

Pesquisador do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades Senhoriais

Bolsista FAPESB

Fazer um relato e/ou descrição de algo, alguém ou de um texto é sempre uma tarefa difícil por exigir um certo deslocamento de certezas, visões de mundo e até mesmo de perspectivas teóricas que ancoram não somente nossos textos pessoais, mas que, também, direcionam nossas próprias vidas. Ao ser interpelado para apresentar a quarta edição da Revista Horizontes Históricos sinto-me limitado pela linguagem e por minha própria incapacidade de expor com muita evidência a potencialidade que cada artigo desta edição provocou em mim ao lê-los.

Estou ciente que buscar codificar os sentidos das palavras em cada texto aqui apresentado é, como bem disse Joan Scott (1995: 71), uma causa perdida, “porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história”. Costumo afirmar que a escrita histórica é uma extensão da corporeidade de quem escreve, o corpo sem órgãos do/a pesquisador/a, enfim, o “texto acabado possui uma trajetória, ele é vivo e pulsa” (ALVARO, 2020: 07).

Esta quarta edição da Horizontes Históricos é feita de textos que apontam para duas direções que acabam se complementando: em um primeiro momento tem-se trabalhos que partem de uma narrativa histórica fora do armário<sup>1</sup>, que propõe desestabilizar a

---

<sup>1</sup> Os textos mencionados emergiram da II Semana LGBTQI+: Movimentos Políticos e de Resistência, organizada pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que ocorreu entre os dias 06 à 10 de setembro de 2021. Incentivamos à pesquisa e as temáticas abordadas são de extrema importância, pois discutem diversos assuntos pertinentes à comunidade LGBTQIAP+. Pedimos desculpas pelos

(cis)heteronormatividade impulsionando aquilo que, talvez, poderíamos chamar de uma historiografia performativa sobre corpos e sujeitos.

Os artigos aqui publicados mostram-se profícuos exatamente na medida em que subverte os nossos olhares para pensar/interpretar/conhecer o passado e o presente, nos permitindo “pensar para além dos limites do pensável”, para além dos padrões de como escrever a História, habitando a ambiguidade e as regiões fronteiriças. Resgatando e reconhecendo outras formas de pensar e ser. Problematizando e denunciando como a História vem sendo escrita por lentes heteronormativas.

Já não cabe mais dúvidas da existência de uma historiografia LGBTQIAP+ no Brasil e alguns dos trabalhos desta quarta edição é uma pequena amostragem de como tais historiografias contingentes e desviadas têm sido escritas. Isto é, atentas aos mundos plurais e conflitantes que ecoam de modo ainda opaco nos rastros e vestígios do passado e/ou presente. Desconstruindo naturalizações e generalidades que acabam fazendo das relações humanas uma eterna repetição do mesmo. “Mesma divisão binária baseada no biológico, mesma concentração de poderes e de hierarquias entre os sexos e mesma compulsão à heteronormatividade” (SWAIN, 2009, p. 78).

É justamente dentro desta perspectiva que se insere o trabalho de Meg Silva e Cosimo Chiarelli, os autores, partindo da teoria da performatividade de gênero proposto pela filósofa Judith Butler analisam fotografias do calendário erótico *Kings of the night*, que compõe imagens fotográficas de mulheres atuando como *drag kings* e apontando a necessidade de se *queerizar* a academia.

“Entre Bichas e Bofes” de Alisson Gonçalves atua naquela mesma linha. Em seu trabalho, o autor realiza um estudo da linguagem usada pelo jornal Lampião da Esquina, e busca compreender como determinados termos foram sendo ressignificados numa tentativa de aproximar o jornal com seu público-alvo, além de ser um imperativo de luta contra o preconceito existente.

Por conseguinte, no intuito de investigar como procedem os preceitos que sustentam a lógica binária dentro da comunidade LGBTQIA+, temos o trabalho de Emídio Ferreira Neto e Gerlândia Oliveira, que problematizam estereótipos de gênero que tem o poder de atuar na construção de uma identidade masculina gay. Destarte, finalizando este primeiro momento de trabalhos “fora de ordem”, Daniel Stack e Danieli Klidzio discutem a construção de um não-

---

transtornos causados aos autores e à organização do evento. Dessa forma, ratificamos suas contribuições para a historiografia brasileira.

lugar (ou de um lugar de apagamento) da bissexualidade, especialmente de homens afeminados, através do documentário independente “(Bi)chas”.

Como citei anteriormente, os textos desta quarta edição apontam para duas direções: o primeiro, é aquele que apresentei anteriormente acerca de uma historiografia fora do armário. Em um segundo momento, temos trabalhos que tem como foco principal estabelecer um debate teórico e historiográfico. É o caso, por exemplo, do texto de José Lucas Oliveira, que realiza uma história da historiografia sergipana produzida pelo Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Neste mesmo interim, temos o trabalho de Vitor Nunes da Silva e Bruno Alvaro que se preocupam em estabelecer um debate teórico-conceitual acerca do fenômeno da revolta social em sociedades rurais entre Eric Hobsbawm e Anton Blok. Cabe destacar que ambos os textos possuem um profundo fôlego teórico e cumprem com os objetivos propostos.

Por fim, e não menos importante, Daiane de Jesus Oliveira finaliza esta quarta edição fazendo uma análise das práticas e representações da cura em Aracaju, capital do estado de Sergipe, a partir das interações socioculturais estabelecidas pelo espanhol José Maria Dominguez y Dominguez, entre os anos de 1923 e 1928.

Diante do que foi exposto, convido o/a leitor/a a embarcar na leitura da quarta edição da Horizontes Históricos e ser atravessado por cada narrativa histórica aqui apresentada, visto que cada trabalho possui a peculiaridade e a potencialidade de expor as múltiplas experiências, os divergentes debates históricos e historiográficos e anunciar as infinitas possibilidades que permeiam o caminho da deusa Clío.

À todos/as/es uma excelente leitura!

## REFERÊNCIAS

ALVARO, Bruno. Um prefácio em movimento. In: JESUS, Cassiano Celestino de. *Corpos em Chamas: masculinidades e práticas sexuais desviantes no medievo ibérico*. Aracaju: EDISE, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SWAIN, Tânia. Que História é esta? *Revista Caminhos da História*, v. 14, n. 2, p. 77-93, 2009.

## “MACHOS ALFAS”: MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS<sup>1</sup>

### MALES ALPHAS: MASCULINITIES HEGEMONICS

Meg Silva<sup>2</sup> & Cosimo Chiarelli<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo é resultado da minha pesquisa de mestrado que reflete sobre as imagens queer de três casos de estudo e por meio da fotografia realizam a subversão das performances de gêneros. Para isso, depois de uma abordagem teórica foram selecionadas duas imagens dos calendários eróticos *Kings of the night*, dos anos de 2019 e 2020, que utilizei como objetos de análise. Estas fotografias referem-se as performances fotográficas da arte drag king organizadas pela atriz Rubia Romani. O principal intuito é questionar os papéis sociais e sexuais heteronormativos enquanto padronização dos sexos e dos gêneros. Judith Butler (2013) ao formular sua teoria sobre performatividade de gênero afirma que os gêneros são uma construção social e cultural, a filósofa diz que desde a primeira infância são ensinadas às pessoas acurados comportamentos de acordo com o determinismo biológico. Esses atos repetitivos são adotados como naturais quando, em verdade, eles resultam desse sistema já pré-formatado. Ela parte do pressuposto da performance da arte drag queen para elucidar que os hábitos e as condutas sociais estão inseridos em um contexto ficcional, ou seja, um roteiro é atribuído às pessoas, direcionando-as como ser uma mulher e como ser um homem.

**Palavras-chave:** Masculinidades; Performance fotográfica; Subversão de gênero.

**ABSTRACT:** This article is the result of my master's research that aims to reflect on the queer images of three case studies and through photography perform the subversion of gender performances. In order to do this, after a theoretical two images of the erotic calendars *Kings of the night* were selected, of the years of 2019 and 2020, that I used as objects of analysis. These photographs refer to the photographic performances of drag king art organized by actress Rubia Romani. The main objective is to question heteronormative social and sexual roles as standardization of genders and genders. In formulating his theory on gender performativity affirms that genders are a social and cultural construction, the philosopher says that from early childhood people are taught certain behaviors according to biological determinism. These repetitive acts are adopted as natural when, in fact, they result from this already pre-formatted system. It assumes the performance of drag queen art to elucidate that social habits and behaviors are inserted in a fictional context, in other words, a script is attributed to people, directing them.

**Keywords:** Gender; Man; Identity; Masculinity; LGBTQIA+.

---

<sup>1</sup> Este termo foi cunhado por Raewyn Connell que se refere a posição dominante dos homens na sociedade.

<sup>2</sup> Autora: Meg Silva, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA), da Universidade Federal da Bahia. E-mail: megmacedo@ufba.br.

<sup>3</sup> Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (2012), professor e investigador do Centro de Estudos Teatrais da Universidade de Lisboa (CET / FLUL) onde coordena o Grupo de Investigação em Teatro e Imagem, e lidera como co-PI, juntamente com Filipe Figueiredo (PI), o projeto “PERPHOTO - Performing the Gaze: Crossings Between Photography and Theatre in Portuguese and International Context”. E-mail: cchiarelli@edu.ulisboa.pt.

“Porque a revolução somos nós, as trans, travestis, mulheres cis, negra, periférica, de classe proletária e miserável, puta, atea, gorda, sapatão, bicha, indígenas, pessoas em situação de rua, pessoas encarceradas, drags, de pessoas com deficiência, não binária, rotina dilatada, cotidiano corajoso e sincero do que é bonito e feio em nós; rascunho de História que passado a limpo, à contrapelo, é Vida”.

(Djalma Thürler, dramaturgo, diretor teatral, pesquisador e professor).

## INTRODUÇÃO

Neste estudo foi realizado a análise de duas fotografias do calendário erótico: *Kings of the night*, dos anos de 2019 e 2020, as imagens resultam das performances fotográficas de mulheres atuando como drag kings. Judith Butler (2013) conceitua a performatividade de gênero como um contrato social e cultural.

A filósofa problematiza as performances e performatividades de gênero em seus estudos de acordo com sua ótica. A primeira refere-se a uma atuação performática no âmbito artístico, a exemplo, da paródia de gênero realizada pelas drag queens, quando homens homossexuais e/ou heterossexuais performam a feminilidade. Já a performatividade de gênero resulta da repetição dos atos performativos que são ensinados assim que o sexo biológico da criança é descoberto, se for menina compulsoriamente ela é treinada para exercer uma feminilidade imposta e se for menino, a masculinidade.

No entanto, Leandro Colling (2021) explana que há uma linha tênue que separa o conceito da performance e da performatividade – a performance de uma artista e/ou de um artista muitas vezes confunde-se com sua performatividade de gênero, Colling (2021) diz que:

Ao contrário do que sugere a sentença de Butler, os estudos da performance evidenciam as profundas relações entre performance e performatividade, o que nos sugere também a dificuldade em separar performance de gênero da performatividade de gênero do/a artista. Isso porque uma das características fortes de muitas performances é a implicação intensa do/a artista naquilo que está sendo performado (COLLING, 2021, p. 05).

Para o autor, em verdade, não existe uma disfunção em torno do debate entre as definições de performance e performatividade de gênero por meio das artes, o que há são relações muito complexas e estreitas desses conceitos que são muito difíceis de separá-los com tanto rigor.

Entretanto, é preciso reconhecer que uma encontra-se imbricada na outra, bem como Colling (2021) alerta que tanto a performance de gênero e a performatividade de gênero se confundem: “Isso vale para muitas performances, mas se torna ainda mais nítido, importante e

político para as performances feministas, sejam elas ligadas às dissidências sexuais e de gênero ou não” (COLLING, 2021, p. 12).

## CALENDÁRIOS ERÓTICOS

Os calendários eróticos *Kings of the night*<sup>4</sup> são oriundos de um trabalho anterior da atriz Rubia Romani<sup>5</sup>, quando ela criou o coletivo *Kings of the night* que nasceu justamente de um despertar da artista em relação ao seu corpo. Certo dia, ela estava em um bar conversando com um amigo e o guardanapo caiu no chão, Rubia se abaixou para pegá-lo, seus gestos e expressões corporais foram automaticamente muito femininos e sensuais, o amigo em questão fez uma ironia acerca dessa forma dela portar-se.

A partir desse momento ela passou a questionar sua maneira de estar no mundo, o que, na verdade, até então ela considerava ser natural percebeu que não era bem assim, pois desde a infância a ensinaram que mulher tem que se comportar de uma determinada forma.

Mas isso fazia parte de um pacto já firmado com a sociedade, ou seja, Rubia notou que a mulher feminina, delicada e sensual pertencia a um roteiro social que a tinham dado assim que nasceu. Não era sua essência como tentavam justificar, essa essência e natureza, em verdade, pertenciam, portanto, a fatores externos.

Ao passar a questionar criticamente os papéis sexuais e sociais de gênero, a atriz se enveredou para a arte drag king e começou a explorar o persona Rubão. Atualmente, seu drag king é conhecido em território nacional como o pai de todos os drag kings. A atriz Rubia Romani foi pioneira em inserir nas artes performativas do Brasil a performance de drag king.

A princípio Rubia começou a se vestir com roupas masculinas e a usar bigodes para entender seu próprio corpo. Inicialmente, suas performances focaram mais no seu âmbito pessoal, pois ela se performava como Rubão para ir à padaria, ao supermercado, para as festas noturnas etc.

Ao decorrer do tempo, ela sentiu a necessidade de transformar essa experiência em arte e passou a se apresentar em espaços que até então eram demarcados por homens que se performavam como drag queens e percebeu a lacuna da presença feminina nesses ambientes, ou seja, os lugares LGBTQIAP+ não são isentos do machismo estrutural.

---

<sup>4</sup> Os calendários eróticos nasceram após as experiências vivenciadas da atriz Rubia Romani ao performar o drag king Rubão. Essas informações foram retiradas por meio de entrevistas da atriz concedidas a autora através do aplicativo whatsapp.

<sup>5</sup> Informações extraídas de entrevistas da atriz Rubia Romani concedidas à autora através do aplicativo whatsapp.

Com essa inquietação acerca da exclusão compulsória das mulheres nesses locais, ela passou a ocupar os espaços até então predominantemente masculinos e iniciou seu trabalho como drag king em 2014, na cidade de Curitiba.

Romani organizou a I Oficina de Drag King, em 2017, ainda neste evento houve a primeira edição da festa *Kings of the nighth*. A ideia dos calendários eróticos surgiu, pois, a atriz despertou o desejo de comemorar um ano da realização das oficinas e da festa do coletivo. Hoje, o calendário já conta com duas edições.

Posteriormente, a atriz percebeu a importância de levar a arte drag king para mais mulheres. Para isso, ela passou a organizar as oficinas de Drag Kings e as festas com performances dos drag kings em outros estados brasileiros, com o intuito de provocar reflexões sobre a masculinidade hegemônica e dos valores patriarcais, além de iniciar um processo de empoderamento feminino.

Desde então há sete anos a atriz Rubia Romani vem realizando esse trabalho tão potente através das oficinas, das festas e da produção dos calendários eróticos: *Kings of the nighth*, que retratam os espaços considerados signos da masculinidade predominante, assim como oficinas mecânicas, ringues de luta livre etc.

Por meio do sarcasmo, a atriz em conjunto com o coletivo questiona uma sociedade formatada em conceitos vinculados ao sistema binário de gênero que define o que é masculino e o que é feminino e se faz presente nos corpos.

No entanto, além disso, Romani usa de características pertencentes ao universo masculino, como a virilidade, a necessidade de portar-se como o sujeito dominante, a agressividade, entre outras, para falar sobre a masculinidade tóxica. Essa toxicidade não atinge somente as mulheres que são oprimidas, mas os próprios homens, pois são obrigados a se enquadrarem em um padrão e caso não se encaixem são severamente punidos por isso.

O autor Leandro Colling (2013), no artigo *A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil*, faz uma reflexão muito interessante sobre as armadilhas da pureza dos gêneros e dos binarismos de gêneros. Para ele, mais do que a todo custo tentar sempre afirmar as identidades sexuais e de gêneros, é preciso problematizar a heterossexualidade, quando se coloca, por exemplo, a cisgeneridade e a heteronormatividade em análise, é possível identificar que não há pessoas puramente cis e heterossexuais.

Para ele há no gênero masculino características da feminilidade, assim como vice e versa, o autor pontua se justamente as pessoas heterossexuais começarem a reconhecer determinados aspectos de outros gêneros em suas identidades, poderá diminuir essa resistência

para as políticas públicas direcionadas aos grupos de dissidências sexuais. Colling (2013) afirma que:

Porém, na prática, cada pessoa é influenciada por características das outras, o que gera uma variedade de combinações em todas as identidades, inclusive no campo das sexualidades e dos gêneros. Um homem, por mais másculo que seja, possui algo do gênero feminino, e vice-versa. Isso gera uma variedade de combinações, ou seja, existem tantos gêneros quanto nossa criatividade tiver condições de produzir. Esse é um excelente argumento para aproximar as pessoas ao evidenciar os seus diversos e diferentes trânsitos identitários (COLLING, 2013, p. 411).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a duração da vida do homem é menor que a da mulher, em 2019, se constatou que houve aumento na expectativa de vida das pessoas, a dos homens passou de 72,8 para 73,1 anos e a das mulheres foi de 79,9 para 80,1 anos, no entanto, nota-se que ainda a dos homens é menor do que a das mulheres.

A pesquisa também mostra que na faixa etária dos 20 e 24 anos homens têm 4,6 vezes mais chances de morrer do que as mulheres. Esses dados podem ocorrer provavelmente em virtude de alguns fatores até mesmo culturais, por exemplo, os homens para provarem que são “machos” viris, se colocam em situação de risco de morte.

Tais situações são, por exemplo, brigas em bares, acidentes automobilísticos (por dirigirem bêbados ou em alta velocidade), morrem muitas vezes por problemas cardíacos, pois não expressam suas emoções e tudo isso se reverte em doenças físicas, além do índice de suicídio que é mais alto entre os homens. Portanto, a masculinidade tóxica de fato além de ser prejudicial para as mulheres, é também para os homens.

A sociedade brasileira é muito machista, misógina e lgbtfóbica, nos últimos anos se vivencia no país uma onda conservadora que refletiu na política, desencadeando em 2014 nas eleições de parlamentares, considerados mais conservadores desde a época da Ditadura Militar. E em 2018, na eleição de um Presidente da República assumidamente lgbtfóbico, Jair Messias Bolsonaro<sup>6</sup>.

O autor Leandro de Paula (2020) aborda o agendamento de políticas lgbtfóbicas e machistas nas camadas mais populares, bem como entre os evangélicos neopentecostais. Neste enxerto do relato do desempregado Otacílio Soares, membro da Casa da Bênção de Jacarepaguá é possível notar a ascensão do conservadorismo no país. Soares afirma que iria votar em Dilma

---

<sup>6</sup> Em uma entrevista a emissora de Rádio Jovem Pan da cidade Itapetininga, no interior de São Paulo, o atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro diz: “Cuidado, que ivermectina mata bichas, hein”. A entrevista pode ser visualizada através do canal do Youtube do portal de conteúdo UOL (Universo Online): [https://www.youtube.com/watch?v=a\\_dgD5ZYyXI](https://www.youtube.com/watch?v=a_dgD5ZYyXI)

no primeiro turno, por influência de Lula, mas desistiu do voto ao saber que ela é a favor do casamento homoafetivo e segundo sua opinião, para Deus a homossexualidade é um pecado.

Então, as performances de drag kings realizadas pelo coletivo *Kings of the night*, tornam-se de grande importância, principalmente em uma sociedade de opressão das subjetividades das dissidências sexuais. Assim como, o autor Leandro Colling (2018) diz:

A sociedade impõe o que considera uma linha coerente entre essas dimensões, mas na prática muitas pessoas não seguem essa linha. São essas pessoas as que mais sofrem com os preconceitos causados pela falta de respeito à diversidade sexual e de gênero (COLLING, 2018, p. 29).

Trazer à luz a discussão desses modelos de sexualidades arraigados no sistema binário de gênero que desde o início da formação das pessoas as impõem um modo padrão de comportamento intrínseco ao determinismo biológico ao utilizar a arte e o sarcasmo como subterfúgios é uma estratégia muito eficaz para subverter a erótica hegemônica do patriarcado.

A autora Flávia Biroli (2016), no artigo *Divisão Sexual do Trabalho e Democracia*, aborda as hierarquias de gêneros no mercado de trabalho. Ela faz uma análise das desigualdades de gêneros e conseqüentemente sociais, geradas pelo sistema patriarcal. O que se infere que também há um interesse além de social e cultural que tange o campo econômico que favorece os homens quando se essencializa e normaliza os comportamentos baseados na binaridade de gênero.

A mulher é sempre relegada aos trabalhos ligados ao cuidado e aos afazeres domésticos, trabalhos estes que não são remunerados. Entretanto, os homens se beneficiam dessa divisão sexual do trabalho, pois, lhe sobram tempo para se dedicarem aos trabalhos mais valorizados, por consequência, remunerados. Sobre isso a autora sublinha, que:

O trabalho que as mulheres fornecem gratuitamente, como aquele que está envolvido na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, libera os homens para que se engajem no trabalho remunerado. São elas apenas que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e sua gratuidade se define numa relação, o casamento. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo. Os produtos que não têm valor quando decorrem do trabalho da mulher em casa passam, no entanto, a ter valor econômico fora da casa, quando atendem às necessidades de outras pessoas que não o marido (BIROLI, 2016, p. 726).

Um aspecto relevante em relação as masculinidades é o que Virginie Despentes (2016) destaca em seu livro *The theory king kong*, que normalmente, na literatura acadêmica há muitos teóricos homens que se debruçam nos estudos sobre as mulheres. Assim como, por exemplo, pode ser citado Sigmund Freud que elaborou o complexo de Édipo e classificou as doenças mentais entre as mulheres como histeria, mas não é recorrente os homens falarem sobre as masculinidades, principalmente a masculinidade tóxica. O que suscita o questionamento que a escritora faz: “Será que os homens querem que as mulheres falem deles?”.

Ao ler mais sobre a história da arte drag king verifica-se que inicialmente as mulheres se vestiam como os homens para ter acesso ao que era restrito somente a eles, como: mercado de trabalho, liberdade de ir vir nos espaços públicos, frequentar a universidade, ir para a guerra, interpretar papéis teatrais etc. E isso data desde o século XIX, ao longo do tempo essa performance tornou-se arte tanto na fotografia, no teatro quanto na linguagem audiovisual.

A arte de drag king pode não responder essa inquietação da escritora Virginie Despentes, mas abre um espaço para se refletir e pensar sobre como se dá o papel social masculino, pois como pode ser visto nos calendários eróticos: *Kings of the night*, eles acessam os espaços vistos como da masculinidade dominante para retratá-los, e com isso, se denuncia o caráter opressor que se localiza no contexto patriarcal.

## ANÁLISE DAS IMAGENS

“Se o mundo é um palco, a identidade é nada mais que uma fantasia”

(*Sense* 8 2x10. Roteiristas: Lilly Wachowski, Lana Wachowski e

J. Michael Straczynski).



Danhara Facioli, Capa, 2019.

Esta imagem encontra-se na capa da primeira edição do calendário erótico: *King of the night*, do ano de 2019, o retrato foi capturado pela fotógrafa Danhara Facioli<sup>7</sup>. Ela retoma os

---

<sup>7</sup> A imagem foi retirada da publicação do Calendário Erótico: *King of the night*, mas pode ser encontrada por meio da rede social Instagram @kings.of.the.night. Há igualmente o Instagram do drag king Rubão e da atriz Rubia Romani: @rubao.ruby e rubiaromani, respectivamente.

signos de representação do modelo binário de gênero que determina como o homem deve comportar-se.

É importante ressaltar que esses identificadores não são pactos rituais visíveis e clarificados no âmbito social, são como Butler (2011) afirma: os atos performativos ao serem realizados com muita frequência tornam-se marcados no corpo e expressados de forma instantânea e automática.

Nota-se também nesta imagem o contraste entre o preto e branco com a iluminação que intensifica a luz e o brilho do lado direito. São nove drag kings em uma oficina mecânica, mesmo que a foto seja em cores preta e branca percebe-se os símbolos vinculados a masculinidade hegemônica. Isto é, essa é a primeira foto a ser visualizada, a fotógrafa ao captá-la direcionou o olhar da espectadora e do espectador para o centro do cenário que configura as poses dos drag kings.

O drag king que se encontra no meio é o Rubão e a expressão corporal é justamente a que insinua o homem chamado na sociedade brasileira de “macho alfa”, ou seja, que atua como o sujeito dominador e tem um papel superior na hierarquia do patriarcado, portanto é o dono do espaço.

Esse homem se apresenta assim como lhe foi ensinado que é ele quem exerce o poder, portanto, ele senta-se de maneira que seu corpo ocupe todo o local. Por isso, suas pernas encontram-se completamente abertas, seus braços igualmente invadem o espaço que abstratamente é dos outros drag kings, mas ele o toma para si. Biroli (2016) justifica esses modos de comportamentos das diferenças dos gêneros por meio da divisão sexual do trabalho.

A literatura mobilizada destaca a divisão sexual do trabalho como base para a opressão das mulheres: o gênero é assim produzido na forma da exploração do seu trabalho e da vulnerabilidade relativa que as atinge. Para ser mais precisa, diferenças que definiriam o feminino e o masculino de maneira dual, embora sejam codificadas como algo que corresponderia ao sexo biológico, decorrem da atribuição distinta de habilidades, tarefas e alternativas na construção das suas vidas para mulheres e homens (BIROLI, 2016, p. 731).

Não que se refute esse pensamento de Biroli, mas o mercado de trabalho, no entanto, é mais um espaço dentro do sistema patriarcal, o que certamente reproduzirá o machismo estrutural. Assim como, Michel Foucault (1979) afirma que o poder não pertence a uma instituição ou pessoa, ele é intrínseco à sociedade e se manifestará de acordo com as normas de determinados locais.

Paola Baccheta (2009), também concorda com Foucault (1979) ao analisar o poder, para ela o poder é como uma espécie de rede que se encontra em todas as relações sociais e faz ligações com todos os segmentos, seja na sala de aula, entre as famílias, em um hospital, bairro,

e/ou outros ambientes. Baccheta (2009) discorre sobre o poder da seguinte forma: “O poder, apesar de ser capaz de emergir de diferentes formas (inclusive em formas diferenciadas do sexismo, racismo, opressão de classes etc.), é sempre mutuamente constituído com, através e como cada dinâmica plural de poder” (BACCHETA, 2009, p. 05).

Ao retomar a imagem é possível identificar um drag king, na parte superior da foto, sua perna esquerda se encontra dobrada em 90° graus, e sua mão esquerda segura o órgão genital, é muito comum os homens tocarem a genitália em ambientes públicos, de forma muito despudorada, sem tabu.

Por que inconscientemente os homens agem assim? Por que as mulheres não realizam esses atos? Esses símbolos falocêntricos encontram-se presentes em muitos locais. É muito comum verificá-los na arquitetura, como também, os desenhos do pênis são vistos com muita frequência em pichações de murais, em monumentos, explicitamente em lugares públicos, bem como em banheiros coletivos.

O que leva ao gênero considerado masculino desenhar a sua genitália? Por que essa necessidade de fazer essa representação? Essas questões de certa forma podem passar despercebidas, mas quando esses recortes são feitos, principalmente, quando se pensa que esses atos são recorrentes e não causam espanto. Então torna-se inquietante entender o porquê de determinados comportamentos serem aceitos socialmente, enquanto outros são criminalizados, assim como o topless (quando as mulheres exibem seus seios).

Há outros signos que fazem parte do imaginário popular que intrinsecamente estão vinculados a masculinidade, por exemplo, o chapéu encontrado em um dos drag kings. O que, também, pode ser analisada a sua postura que passa a sensação de autoridade, de quem sabe o que quer, os óculos escuros que ele usa e é visto em mais três drag kings, ratificam a ideia de força. De certo modo, esse subterfúgio leva a decodificação a um lugar de inacessibilidade, como se esse acessório fosse uma máscara que representasse o distanciamento que se configura em uma espécie de superioridade.

Ou seja, os óculos escuros os tornam inacessíveis, portanto, invulneráveis, até porque ao “homem de verdade” se impinge o papel de ser discreto e autoconfiante. Se os óculos forem retirados é como se quem os observa fosse dada a permissão de acessar as vulnerabilidades desses homens, tornando-os constrangidos diante do que precisam aparentar, então, é lhes dado um esconderijo para disfarçar suas fraquezas. Embora, os óculos escuros não sejam acessórios restritamente masculinos, mas nesse contexto, ele pode ser percebido como as máscaras de

encenações do teatro italiano de *comédia dell'arte*<sup>8</sup>, pois não há razão de se usar óculos escuros em um ambiente fechado e escuro.

Além disso, as expressões corporais dos drag kings impingem a esse retrato em que se presume ser um esconderijo das fraquezas masculinas, como se o corpo fosse um tapete do qual se esconde a poeira, nesse contexto a vulnerabilidade. Os braços cruzados de um deles passa a interpretação de inacessibilidade, o que se encontra sentado com um cigarro na mão direita mostra-se presunçoso e o que está atrás dele seu queixo levemente inclinado para cima e para frente mostra certa segurança. Essas são expressões que denotam que a masculinidade é determinada através da autoridade.

Afora isso, nota-se que a maioria possui barbas e bigodes, apenas dois drag kings não têm pelos na face, um deles usa boné e seu queixo encontra-se muito elevado o que transmite superioridade. A falta de barba e bigode pode ter sido intencional para demonstrar uma aura de garotos, mas sem deixar de se mostrarem viris até porque são materializadas em suas expressões corporais certa arrogância.

No drag king que usa boné é possível notar que seu queixo e a parte superior do seu rosto estão voltados para frente, seus olhos e seu braço direito, também, encontram-se em uma posição que pode ser lida como uma pessoa que tem uma autoconfiança exacerbada.



Mônica Lachman, Mês de Março, 2020.

<sup>8</sup> Teatro popular que surgiu na Itália durante o século XV.

Já esta imagem foi capturada pela fotógrafa Mônica Lachman, para o calendário erótico *Kings of the night*, de 2020, com referência ao mês de março<sup>9</sup>. No instagram do coletivo encontra-se essa legenda: “Os galãs do mês demonstram todo seu amor um pelo outro dando na cara do seu colega”. Com isso, a fotografia faz um questionamento: Por que a violência faz parte da erótica masculina dominante?

Nota-se que o seu plano de fundo está sujo, desordenado, e há um pôster com uma mulher de top e calcinha e uma placa escrita UFC. Há nesses elementos certa atmosfera “caótica”, como também deixar transparecer a objetificação do corpo feminino, o que reflete uma nuance de intencionalidade, mas vale ressaltar que mesmo o fundo possuindo essas características ele não se sobrepôs aos drag kings.

Igualmente, os artifícios utilizados ratificam a simbologia em torno do universo masculino caracterizado pela violência, pois há dois drag kings em uma encenação de uma luta de boxe. O drag king do lado direito dá um soco no outro drag king que se encontra do lado esquerdo.

Além disso, observa-se o quanto o ambiente possui os signos das masculinidades hegemônicas. A própria cena presente na fotografia denuncia a violência intrínseca a esses lugares, como demonstra o rosto do drag king que recebe o soco do adversário escorrendo assim sangue, bem como discorre Djalma Thürler (2019): “o exercício da masculinidade baseada no medo, na violência, na frieza emocional, na força, no dinheiro, no sexo e no poder” (THÜRLER, 2019, p. 21).

A escolha por essa imagem se deu justamente pela clara divisão da sociedade feita em razão das diferenças de gêneros, por exemplo, as lutas marciais são vistas pertencentes ao universo masculino, enquanto a dança de balé ao universo feminino. Nossa sociedade é dividida na limitadora ideia baseada na binaridade de gênero, em que mulheres só deverão fazer atividades de “mulheres”, como costurar, cozinhar, bordar, dançar balé, cuidar das crianças, da casa e do marido.

Enquanto os homens deverão fazer atividades de “homens”, como montar cavalos, dirigir motos e carros, levantar todos os tipos de peso, lutar, especialmente lutas marciais, como boxe, karatê etc.; frequentar bares, prostíbulos, sufocar suas dores, pois homem que é homem, não chora, entre vários fatores que se restringem a genitália das pessoas.

---

<sup>9</sup> A imagem foi retirada da publicação do Calendário Erótico: *King of the nitgh*, mas pode ser encontrada por meio da rede social Instagram @kings.of.the.night. Há igualmente o Instagram do drag king Rubão e da atriz Rubia Romani: @rubao.ruby e rubiaromani, respectivamente.

Essas categorizações feitas através do que é feminino e do que é masculino, são passíveis de questionamentos, até mesmo pelos motivos de que elas estão ligadas a uma construção histórica, social, política, econômica e cultural dos papéis de gêneros, como sublinha a Teoria Queer.

Pois bem, há um filme muito interessante que aborda essas questões, *Billy Elliot* (2000), do diretor Stephen Daldry, traz a história de Billy, um garoto com 11 anos, que faz atividades que a sociedade considera apropriadas para meninos, por exemplo, ele pratica boxe. Certo dia, ele vê uma aula de dança de balé ao lado da sua sala de boxe e se apaixona. Com isso, começa a dançar balé, mas quando seu pai descobre o proíbe. Billy passa a enfrentar o preconceito tanto da sua família quanto da sociedade, para continuar a fazer o que gosta. Para realizar seu sonho de ser dançarino, ele vai embora para Londres e a cena final do filme é ele apresentando o espetáculo *Lago dos Cisnes*<sup>10</sup>.

Esse filme foi citado, pois ele traz à luz importantes pontos de discussão sobre esse “fetiche” que está arraigado no imaginário popular de que homens não podem dançar, e pior ainda se for balé. Da mesma forma que é atribuído as mulheres atividades mais delicadas. Não é muito comum a mulher praticar esportes como o boxe e o futebol. E, a partir dessas questões fazer uma analogia com a imagem encenada pelos drag kings, em que eles trazem em cena personagens masculinos, exercendo o papel padrão que a sociedade prescreveu para os homens.

O filme *Billy Elliot* (2000), desconstrói esses estereótipos intrinsecamente vinculados ao poder hegemônico do “macho alfa”. Butler (2011) explica de forma profícua que a vida é um teatro a céu aberto, em que todas as pessoas encenam os papéis dos roteiros já pré-definidos. Conclui-se que todas as outras pessoas que se recusam a exercer eficazmente estes roteiros impostos que são calcados na heteronormatividade serão severamente punidas.

Ou seja, a pessoa enquanto sujeita é censurada de ser o que ela quiser ser, pois custará muito caro, inclusive, poderá ser causa do ceifar da sua própria vida. Para isso, é só verificar os dados de mortes de pessoas lgbtqiap+ em volta do mundo: “em cerca de 76 países, leis discriminatórias criminalizam relações consensuais privadas entre pessoas do mesmo sexo – expondo indivíduos ao risco de serem detidos, acusados e presos”, dados da ONU, do ano de 2013.

---

<sup>10</sup> Um clássico da ópera escrito pelo russo Piotr Iliach Tchaikovsky, apresentado pela primeira vez, em 1877, no Teatro Bolshoi de Moscou.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho confrontei-me com alguns questionamentos, dentre os quais, o mais emergencial é a questão de se *queerizar* a academia. É indissociável fazer um estudo acadêmico sobre gênero, sexualidades, identidades sexuais e de gêneros, sobre os grupos de dissidências sexuais, sem atravessar pelas reflexões críticas sobre o sistema binário de gênero e a cisheteronormatividade. Assim como afirma Paul Preciado (2011):

A política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os drag kings, as gouines garous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes-ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas (PRECIADO, 2011, p. 16).

Ao realizar essa pesquisa surgiram algumas indagações, dentre as quais: Qual o propósito desse trabalho? Por que eu escolhi esse caminho e não outro? Por que travar essa luta? A razão principal é o cansaço, esse desgaste de perceber a insuficiência de trabalhos que não façam a “exotificação” dos seus objetos de estudo, me faz debruçar em análises sobre essas temáticas.

Fatores como a necessidade de confrontar essa falta de pertencimento a um mundo que a cada segundo diz que as pessoas queer e/ou os dissidentes sexuais precisam aceitar os papéis de subalternos que lhe são atribuídos sem questionar e o de ver sempre o protagonismo ser exercido por um ideário eurocêntrico, me fizeram debruçar sobre os Estudos Queer. É fundamental problematizar a normatização das sexualidades, expressões e identidades sexuais e de gêneros, sobre isso Preciado (2011) explana muito bem:

A história dos movimentos político-sexuais pós-moneístas é a história dessa criação das condições de um exercício total de enunciação, a história de uma inversão da força performativa dos discursos e de uma reapropriação das tecnologias sexopolíticas de produção dos corpos dos “anormais”. A tomada da palavra pelas minorias queer é um advento não tanto pós-moderno como pós-humano: uma transformação na produção, na circulação dos discursos nas instituições modernas (da escola à família, passando pelo cinema ou pela arte) e uma mutação dos corpos (PRECIADO, 2011, p. 17).

Por isso, concordo com a pesquisadora Viviane Vergueiro quando ela diz que enquanto não se *queerizar* a academia e não se questionar a epistemologia imposta, de fato é repetir a mesma performance colonizadora. Vergueiro (2015) afirma, que “em relação às caretices e miradas colonialistas e exotificantes em relação às diversidades corporais e de identidades de gênero, nossas resistências nos sistemas acadêmicos enquanto refúgio não deixa de ser criminosa” (VERGUEIRO, 2015, p. 97).

Portanto, este artigo me fez pensar que para além de pesquisar sobre as performances queer no espaço teatral, eu enquanto pesquisadora preciso investigar, também, sobre novas perspectivas epistemológicas e metodológicas, para que essas teorizações vislumbrem aspectos transformadores e que performatizem outras atrizes e atores no campo teórico.

Donna Haraway (1995) fala que o conhecimento racional não é descompromissado, mas antes de tudo uma conversa, um diálogo sensível ao poder: “é um processo de interpretação crítica contínuo entre "campos" de intérpretes e decodificadores” (HARAWAY, 1995, p. 32-33).

### REFERÊNCIAS

- BACCHETA, Paola. Co-formações/Co-produções: Considerações sobre Poder, Sujeitos Subalternos, Movimentos Sociais e Resistência. In: Leituras de Resistência Vol. 1, 2009.
- BILLY ELLIOT. Direção: Stephen Daldry. Produção: Greg Brennam e Jonathan Finn. Inglaterra. 2000. 1 DVD (111 min). son., color.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, 2016, pp. 719 a 681.
- BUTLER, Judith. ‘Actos performativos e constituição de gênero – um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista’. In: Género, cultura visual e performance: antologia crítica. Org. por Ana Gabriela Macedo e Francesca Rayner, revisado por Ana Maria Chaves, Joana Passos e Márcia Oliveira (Braga: Editora Humus, 2011).
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, p. 405-427.
- COLLING, Leandro. Gênero e sexualidade na atualidade. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.
- COLLING, Leandro. O que performances e seus estudos têm a ensinar para a teoria da performatividade de gênero? Urdimento, Florianópolis, v. 1, n. 40, mar./abr. 2021.
- DESPENTES, Virginie. Teoria king kong. Tradução de Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HARAWAY, Donna. saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, 1995: pp. 07-41.

ONU, ‘Nascidos livres e iguais: Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos’, 2013.

PAULA, Leandro de. Um rio de opinião subterrâneo: contra públicos terrivelmente evangélicos. Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 18, n. 56, 2020, pp. 570-599.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". Revista Estudos Feministas, vol. 19, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 11-20. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil. Acessado em 22 de abril de 2021. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38118774002>>.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

THÜRLER, Djalma. “Sabedoria é desaprender” – notas para a construção de uma política cultural das margens. SILVA, Gimima, PUGA, Lúcia, RIOS, Otávio (Org.). In: Alfabetização política, relações de poder e cidadania: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

## ENTRE BICHAS E BOFES: O AUÊ DAS PALAVRAS NO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978- 1981)

Alisson Gonçalves<sup>1</sup>

**RESUMO:** Levando em consideração o contexto ditatorial brasileiro do final da década de 1970, houve um crescimento da chamada imprensa alternativa no Brasil, e por consequência o aparecimento do Jornal Lampião da Esquina em abril de 1978, ficando em vigência até meados de 1981. O periódico, produzido por homossexuais, era destinado principalmente aos gays do gueto, e tinha como objetivo dar visibilidade não somente aos gays, mas também a outras parcelas marginalizadas pelas políticas autoritárias da época. Ao longo das suas 38 edições o jornal mostrava em seus editoriais e reportagens uma linguagem diferente daquela presente nas demais mídias impressas, recorrendo a um palavreado muitas vezes debochado, recheado de gírias e termos usados pela população gay da época. Esta pesquisa tem por objetivo apresentar termos e a linguagem usada pelo jornal, e como esses termos foram sendo ressignificados numa tentativa de aproximar-se com seu público alvo, além de ser um imperativo de luta contra o preconceito existente. Bicha, bofe, boneca, pintosa, gay- macho, além de serem termos presentes no jornal também representavam estereótipos e formas de identificação dos sujeitos gays quanto a sua homossexualidade na sociedade dos anos de 1970, mesmo que tais marcações gerassem discordâncias tanto à identificação quanto ao próprio uso dos tempos pelos leitores. Conclui-se que o jornal enfatizou principalmente as figuras da bicha e do bofe como marcadores para que os sujeitos gays se percebessem como tal e assim pudessem assumir com naturalidade sua condição sexual.

**Palavras-chave:** Jornal Lampião da Esquina. Linguagem. Imprensa Gay

**ABSTRACT:** Taking into account the Brazilian dictatorial context of the late 1970s, there was a growth of the so-called alternative press in Brazil, and consequently the appearance of the Jornal Lampião da Esquina in April 1978, remaining in effect until mid 1981. The periodical, produced by homosexuals, it was mainly aimed at gays in the ghetto, and aimed to give visibility not only to gays, but also to other groups marginalized by the authoritarian policies of the time. Throughout its 38 editions, the newspaper showed in its editorials and reports a language different from that present in other print media, resorting to an often mocking verbiage, filled with slang and terms used by the gay population at the time. This research aims to present terms and the language used by the newspaper, and how these terms were being reinterpreted in an attempt to get closer to its target audience, in addition to being an imperative to fight against existing prejudice. Fag, bofe, doll, chick, gay-male, in addition to being terms present in the newspaper, they also represented stereotypes and forms of identification of gay subjects as their homosexuality in society in the 1970s, even though such markings generated disagreements both to the identification and to the readers' own use of times. It is concluded that the newspaper mainly emphasized the figures of the queer and the bofe as markers so that gay subjects could perceive themselves as such and thus could naturally assume their sexual condition.

**Keywords:** Lampião da Esquina newspaper. Language. Gay Press.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa- Pr. E-mail: alisson.profhistoria@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Nascido em meio ao governo ditatorial brasileiro o *Jornal Lampião da Esquina* se propunha dar voz a uma parcela marginalizada da população homossexual, a chamada população do gueto. O jornal que teve seu início em abril de 1978 é tido como um marco na imprensa gay por ter alcançado uma abrangência que ia além dos círculos de amigos ou de centros urbanos e por trazer uma gama variada de temas nas suas reportagens que envolviam desde vivências homossexuais a debates políticos, feminismo, questões ambientais e outros.

Em seus pouco mais de três anos de existência, o *Jornal Lampião da Esquina* juntou-se a outras mídias impressas num momento de reabertura política do Brasil, os jornais alternativos ganharam força com a ascensão dos movimentos sociais e novos debates na sociedade brasileira. De modo geral, adotou o formato tabloide, com capas e reportagens que chamavam a atenção de seus leitores.

Outra característica que chamava a atenção para o jornal era a linguagem usada. O repertório de gírias e termos usados pela população gay se fazia presente nas reportagens e textos, muitas vezes usados em tom de deboche e sarcasmo. Esse processo pode ser entendido de duas maneiras, inicialmente como uma forma de aproximação com o público-alvo e também como uma resistência aos preconceitos sofridos pelos homossexuais, lésbicas e travestis, a partir da resignificação e apropriação dos termos usados de forma pejorativa pela grande massa da sociedade.

O *Jornal Lampião* se destacava também por questionar estruturas e padrões existentes, inclusive aqueles presentes no meio homossexual, como das figuras do gay macho em oposição ao gay afeminado, bem como os estereótipos criados sobre eles.

Este artigo, pretende apresentar esses dois pontos presentes no jornal, o debate que se fazia sobre a masculinidade entre bofes e bichas, e a forma desbocada de linguagem usada pelos editores.

O debate aqui apresentado enquadra-se no que podemos chamar de debates de gênero. De acordo com Joana M. Pedro (2005) a partir de 1980 o uso de “gênero” foi usado para tratar de diferenças entre homens e mulheres, diferenças que não se restringiam apenas a abordagem biológica. Falar sobre os debates de gênero é falar de uma categoria historiográfica que carrega além de novas perspectivas de estudo, um forte peso de evidenciar a diferença existente por séculos entre masculino e feminino, homem e mulher, uma construção sócia- cultural projetada

a partir das relações de poder que vão além de abordagens biológicas, e atualmente é evidenciar também outros grupos minoritários que passaram pelo processo de submissão patriarcal, como pessoas LGBTQI+.

Com os debates iniciados a partir de 1990, a inclusão de novos braços nas pesquisas de gênero pode incluir temas ligados a masculinidade e ainda aos estudos sobre homossexuais e demais pessoas LGBTQI+. É possível entender o aumento dessas pesquisas como uma consequência da participação de movimentos sociais e seus integrantes em núcleos e pesquisas elaboradas em universidade e similares.

Esse aumento de pesquisas na área evidencia uma força política a partir de uma massa de corpos em exposição. Ainda que atualmente a exposição adquira novas formas e não mais num ambiente clandestino, o fato de assumir-se publicamente como gay já se torna uma exposição, e ao mesmo tempo uma forma de resistência contra os ataques sofridos pela comunidade LGBTQI+. Como afirma Paul B. Preciado

O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação protética dos gêneros. A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. (PRECIADO, 2011, p. 11)<sup>2</sup>.

## **ENTRE BOFES E BICHAS: A MASCULINIDADE SOCIAL**

A década de 1970 no Brasil foi ao mesmo tempo um período de rigidez político-social e também um momento de efervescência cultural com grande criatividade artística e ainda, novos debates dos movimentos sociais.

De forma geral, a sociedade presenciava um novo ideal de masculinidade desde os anos de 1960, em que apresentava um sujeito dentro de um modelo tradicional de virilidade, com elementos intrínsecos como a força, a potência sexual, a segurança e a independência, e nada que vinculasse ao feminino ou afeminado.

Esse estereótipo de masculinidade em 1970 estava compreendido dentro do que Robert W. Connell (1995) chama de ‘papel do sexo masculino’, ou seja, um conjunto de práticas, atitudes e expectativas que definiam apropriadamente a masculinidade, sendo pensando como um lugar como quando se tratava do gênero masculino.

---

<sup>2</sup> O texto original em francês foi publicado em 2003 na revista *Multitudes*.

Ao longo das suas produções e dentro dos seus objetivos iniciais, o *Jornal Lampião da Esquina* se propôs lutar contra o machismo. Uma das formas iniciais desse processo foi o questionamento dos padrões de masculinidade percebidos na sociedade, a partir da figura do ‘machão’

de saída vamos desmistificar o nosso machão que não é machão coisa nenhuma, mas um pobre coitado às voltas com problemas terríveis de virilidade, afirmação pessoal e sede do domínio. Frágil, débil, condicionado há milênios a ser antes de tudo um forte, o machão se realiza muito mal no amor e só consegue salvar as aparências porque a mulher brasileira é ainda pior do que ele. Segundo dados recolhidos por estudiosos do comportamento humano, apenas dois por cento de nossas mulheres chegam a conhecer a plenitude do orgasmo, por culpa, em grande parte, do seu parceiro masculino, que as oprime de maneira intolerável e covarde.[...] O machão tem pouca confiança em si mesmo. (VIEIRA, n° 03, 1978, p.02).

A autora define a figura do machão como um ser condicionado a ser forte, porém inseguro quanto a sua performance e para manter essa imagem precisa sempre se colocar uma posição de superioridade e dominação. A autora ainda considera que essa mentalidade predomina na sociedade, incluindo as mulheres nessa organização.

A partir de meados de 1970, as masculinidades passam por um processo, de ressignificar os modelos existentes. Segundo Simões e Facchini (2009) essa mudança foi percebida também dentro do movimento homossexual, começando nos EUA, com uma significativa substituição o modelo homossexual próximo a androgenia que transgredia os padrões de gênero para um modelo que celebrava o “crescente culto ao “macho” na masculinidade estampada em bigodes, cabelos curtos e músculos definidos” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 47).

Essa mudança foi percebida no Brasil, e apresentada pelo *Jornal Lampião da Esquina* na edição 08, de janeiro de 1979. Através da tradução de um texto originalmente publicado na revista norte-americana *Christopher Street*, os autores do tablóide brasileiro apresentam um cenário aparentemente comum percebido em boates e bares de Nova York e outros estabelecimentos, inclusive em boates brasileiras em que as mudanças comportamentais entre os gays era perceptível, sendo descrita da seguinte forma

uma estudada masculinidade. Nada de desmunhecadas ou requebros excessivos. A maneira de andar e de falar, o tom de voz, as roupas, a aparência em geral são corretíssimos: estamos em terra de machos. [...] Na verdade, os jovens homossexuais parecem ter abjurado o efeminamento com universal sucesso. Corpos musculosos laboriosamente cultivados durante todo o ano parecem ser o padrão; a agilidade atlética e cheia de juventude é o estilo adotado por todos (CONSELHO EDITORIAL, n° 08, 1979, p. 08).

A referida reportagem, intitulado pelo Jornal *Lampião da Esquina* de “*Gay- Macho: Uma nova tragédia americana?*”<sup>3</sup>, mostra claramente uma padronização masculinizada presente no meio gay a partir da glamourização dos corpos, vinculando-os ao sentimento de desejo de poder, da mesma forma que aqueles que seguem os parâmetros encontrados entre os ‘machões hegemônicos’.

Uma das consequências da mudança desse padrão é o fortalecimento do desprezo pelos homossexuais que se comportavam de maneira afeminada. Desta forma identifica-se aqui a supervalorização de uma masculinidade entre os homossexuais, permeando os padrões heterossexuais que por sua vez inferiorizam a população homossexual. Essa mudança de comportamento pode ser entendida também como uma forma de minimizar as opressões sofridas pelo segmento.

Nos anos de 1970 era possível identificar dois modelos de sociabilidade homoerótica pautados em modelos médico- psicológicos, segundo Facchini e Simões (2009). Entretanto o grande debate tanto entre os editores quanto entre os próprios leitores do jornal girava em torno de dois eixos principais, a figura do “gay macho” com características masculinizadas e que passaria despercebido na sociedade, não sofrendo os estigmas decorrentes da não aceitação. E a figura da bicha pintosa que agia com trejeitos afeminados, que não se atinha a seguir um determinado padrão comportamental. Os dois estereótipos, estavam ligados a elementos culturais, econômicos, físicos e comportamentais em detrimento do outro.

Pensando de forma mais específica sobre essa divisão, a figura do ‘gay macho’ pouco apareceu em reportagens do jornal, o próprio termo aparece em apenas duas edições<sup>4</sup>, entretanto a sua repercussão entre os leitores foi de maior impacto. Por outro lado, as figuras do gay pintoso, da bicha assumida, e da boneca, tiveram um espaço maior dado pelo jornal em suas páginas, da mesma forma que outras identificações como as travestis e lésbicas. O termo bicha aparece em todas as edições do jornal, e ainda com variações de terminologia e adjetivos.

Entre os editores do jornal, essa associação se dividia entre os que eram adeptos ao uso do termo de forma geral para ajudar no processo de ressignificação enquanto outros ainda viam o teor negativo do termo. Essa divisão também refletia as opiniões dos leitores, alguns se identificavam com o estigma levantado pelo termo bicha como sendo um dos componentes de

---

<sup>3</sup> O artigo original foi publicado inicialmente por Seymour Kleinberg na revista norte- americana Christopher Street, e depois no jornal *Gay News*.

<sup>4</sup> O termo foi encontrado nas edições n° 08 de janeiro de 1979, e n° 12 de maio de 1979.

discriminação social. Em relação a isso o jornal recebeu críticas quanto à tentativa de criar uma clientela mais esclarecida, assumida sexualmente e militante com as causas homossexuais, desmerecendo a parcela menos favorecida social e economicamente. Tal crítica fica mais aparente com a carta de um de seus leitores publicada na edição 08,

Sendo eu leitor do conceituado LAMPIÃO, venho por meio desta tentar alguns esclarecimentos: o que significa a palavra gay? Eu conheço homossexual. Se gay está enquadrada nesta categoria, pergunto eu, então: porque esta avassaladora, vergonhosa e humilhante onda de discriminação? Por que o Jornal mantém esta política de grupo tão privado, de grupo tão selecionado? Ou somos todos ou não somos nenhum!

A bicha pobre da Avenida Ipiranga ou da Cinelândia ou da Praça Tiradentes ou da Praça da República não será homossexuais iguais àquelas que na semana de carnaval desfila suas plumas e paetês nas passarelas de luxo? Não será gay também? Para mim são todos! [...] agora não me venha com esta de que estão escrevendo no jornal em prol do homossexualismo, vocês não estão fazendo nada pelas bichas pobres! [...] (FERREIRA, n°08,1979, p. 13).

Neste sentido podemos pensar a figura da bicha sendo interpretada como um estigma da subcultura, encarada como uma figura alheia à vida politizada proposta pelo Jornal *Lampião da Esquina*, principalmente em meados de 1979, quando o mesmo já se ligava ao movimento homossexual organizado. Assim, essa figura ainda era vista como um ser inconsciente, que desobedecia a comportamentos e poderes dominantes através do requebrar dos seus quadris na rua, dos gestos delicados e afeminados, do linguajar cheio de gírias e palavras conhecidas apenas pelos próprios homossexuais e travestis.

Como já dito o termo bicha aparece em todas as edições do jornal, bem como suas variantes e adjetivos, e já na edição experimental número 00, já se traça uma hipótese sobre a necessidade da imprensa homossexual e seu interesse em ampliar as discussões acerca da inserção de gays nos debates políticos e sociais, ou seja, conscientizando tais sujeitos da sua realidade sexual. O texto “*Qual é da nossa imprensa?*”, escrito pelo argentino Frederico Jorge Dantas, relatando ao Jornal *Lampião da Esquina* suas dificuldades e experiência com o folhetim *Eros*. O autor, fala desse processo da seguinte forma,

Reconheço ser a bicha atual um estágio necessário para se atingir um tipo ideal de homossexual conscientizado de sua verdadeira realidade sexual. Escrever o que se conseguiu aprender é o correspondente para o esboço de um futuro melhor, onde possamos reagir com racionalidade e coesão às repressões sociais que nos são impostas (DANTAS, ed. experimental n° zero, 1978, p. 05).

Com isso podemos perceber que o jornal novamente enfatizava a busca da conscientização social de uma parcela da população gay. Nesse sentido podemos pensar que tal processo deveria ocorrer de forma clara, usando uma linguagem prática e objetiva, que se aproximasse dos gays desde o gueto até os intelectualizados.

## O ‘BABADO’ ERA A LINGUAGEM DO JORNAL

Uma das características presentes no *Jornal Lampião da Esquina* era seu linguajar, o modo debochado, e com palavreado associado aos seus leitores. Ainda que os editores tratassem os temas com seriedade, “resgatou-se a linguagem do gueto, com um uso constante de termos até então considerados palavrões, como ‘bicha’, por exemplo” (MACRAE, 2018, p. 148), os autores faziam uso de metáforas e jogos de linguagem, que podiam confundir e brincar com leitores desavisados sobre o periódico, principalmente quando se tratava de assuntos mais específicos do que podemos chamar de “mundo gay”.

Segundo Trevisan (2018) essa tática usada era um passo dado para garantir uma maior aceitação entre seu público-alvo e também como uma forma de ir contra a “interdição de certas palavras, a decência das expressões” (FOUCAULT, 2006, p. 27) presentes na imprensa e nos discursos apresentados.

Essa troca de informações, gírias e palavreados específicos facilitava o contato com os leitores e por consequência garantia um número de vendas que garantiria o sustento do jornal. A linguagem deveria ser simples, atrativa, desmunhecada e abusada como o linguajar do gueto, das bichas e travestis, e que fosse entendida por gays- machos também. Se o objetivo era ir ao encontro com a população do gueto, o ‘*bichês*’ deveria ser a língua mais apropriada para esse contato.

É evidente que para o senso geral, algumas palavras quando usadas na sociedade tinham um caráter pejorativo, ‘bicha’, ‘boneca’, ‘pintosa’, ‘viado’ e assim por diante. O uso desses termos pelo jornal ocorria com maior frequência, para que fossem ressignificados e somados aos novos debates identitários, ainda que gerassem discordâncias entre os editores, colaboradores e leitores sobre esse posicionamento do jornal.

E com o intuito de apaziguar os ânimos exaltados acerca do uso dos termos pejorativos, na edição 03 de agosto de 1978, Aguinaldo Silva lança o texto “*As palavras: para que temê-las?*” defendendo o uso dessas palavras seria uma estratégia para esvaziar seu potencial ofensivo e segregacionista,

muita gente se declarando indignada pelo fato de LAMPIÃO utilizar com muita frequência palavras tidas como pejorativas: bicha, boneca, etc, às quais o uso comum deu sempre um tom de ofensa, de epíteto humilhante. Para alguns, o uso destas palavras indicaria uma apelação ao baixo nível que não fica bem em nosso jornal.

O uso de palavras em LAMPIÃO da Esquina na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista, para em seguida desmistificá-

las. Vejam bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviram como o meio mais simples para mostrar a "separação" que existe entre o nosso mundo e o dos outros (SILVA, n° 03, 1978, p, 05).

Já de imediato percebemos o objetivo do Jornal, em retomar os termos e palavras usadas no meio machista e quebrar os mitos negativos acerca delas. Na sequência do texto, o autor apresenta os motivos de validar tais termos entre os homossexuais, encorajando pra assumir uma postura quase de enfrentamento aos opressores de forma natural e sem violência,

A primeira coisa a fazer, portanto, é perder o medo das palavras. O caminho para isso é usá-las: bichas, bonecas, etc. [...] classificar os grupos que não rezam por sua cartilha como coisas exóticas, é uma das armas mais comuns do Estabelecido (é na verdade o primeiro passo para reprimi-los): não aceitar que esse tipo de classificação seja possível – lutar contra ele- é obrigação desses grupos. [...] Nossa posição é oposta: se nos chamarem de bichas responderemos que somos mais que isso – somos trichas (SILVA, n° 03, 1978, p, 05).

Neste pequeno texto, é possível perceber já a tomada dos termos para seus sujeitos, que ao assumir-se como bichas já desqualificavam a ofensa verbal do agressor. E como era de se esperar, o Jornal recebe algumas respostas em relação ao seu posicionamento sobre a apropriação dos termos pejorativos. A mais evidente é a carta do leitor Alfredo Rangel, do Rio de Janeiro, publicada já na edição seguinte, número 04:

Quanto ao termo guei, achei inteligente a idéia, mas quanto aos outros bicha, boneca, etc., continuo achando inoportuno e inconveniente o uso dos mesmos pelo jornal. Mais explicitamente, a palavra. Isto é. o significante traz consigo algo bem mais amplo que é o seu significado, isto é, o conceito pela maioria das pessoas, no caso em foco. A meu ver, usar os mesmos termos que a sociedade machista usa para marginalizar a classe homossexual contribui para que os mesmos permaneçam arraigados na mente de nosso povo.

Não adianta vocês usarem determinadas palavras com um propósito, se aqueles que as recebem, os leitores em sua maioria, já estão habituados a vê- las de outra forma. Acho que isso só poderá fortalecer os estereótipos e nunca liberar realmente as pessoas oprimidas por sua condição sexual. Não devemos aceitar o anátema que a sociedade nos lança, como coisa irrelevante, pois é da luta contra o mesmo que poderemos abrir espaço para uma luta mais ampla que é a afirmação da livre expressão da nossa bissexualidade na sociedade (RANGEL, n° 04, 1978, p.18).

A angústia do leitor carioca quanto à apropriação dos termos pejorativos pelo jornal coloca em dúvida se tal processo não daria mais força aos agressores e opositores da visibilidade homossexual na sociedade. Em sua fala ainda podemos perceber a influência do sistema heteronormativo, evidenciado pelo fato do leitor acreditar que o uso desses termos iria permanecer na mente da população.

Entretanto a resposta do jornal ao leitor ocorre na mesma edição já na sequência enfatizando que o uso das palavras ressignificadas deveria se manter, para que elas não

deixassem de existir, apenas passariam a ser interpretadas em outro sentido, e não mais apenas o ofensivo.

Olha. Alfredo, a gente continua mantendo nossa posição sobre o assunto. Não é por falta de uso que as palavras morrem, não, elas só morrem e, portanto, deixam de ser usadas quando perdem o sentido. Para isso é preciso ir até o fundo das possibilidades de cada uma, esmiúça- Ia, esgotá-las. No nosso caso particular. Essa preocupação com as palavras também inclui um mergulho profundo nas nossas possibilidades, é preciso ter consciência. Inclusive, de que essa "livre expressão" do que você fala, não é através de LAMPIÃO que vamos consegui-la, já que este é apenas uma esfinge que devora a si mesma (CONSELHO EDITORIAL, n° 04, 1978, p. 18).

Com este posicionamento o jornal, demonstra seu interesse em manter o uso dos termos, bem como os validar de forma positiva. Os debates referentes à terminologia empregada no jornal, e sobre seu uso ser ou não pejorativo ainda reaparece em outras edições, principalmente nas respostas dos leitores.

Mas o que nos chama a atenção na temática da linguagem usada, além da apropriação dessas palavras, era o uso escrachado que se fazia delas. Principalmente após a criação da seção “*Bixórdia*”, uma apimentada ‘coluna social’ criada a partir da edição 05 de outubro de 1978, “na qual a personagem Rafaela Mambaba exercitava o linguajar ferino e malicioso atribuído às travestis e às bichas loucas” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 88-89). O nome dessa seção vem depois de uma carta, em que o leitor faz uma ardente defesa das bichas pintosas e usa a palavra *bixórdia*, misturando bicha e mixórdia. A seção ficava por conta de Rafaela Mambaba,

uma personagem fictícia criada pelos editores do jornal e era responsável por comentários ferinos que apareciam nas páginas do *Lampião*, [...] Interessante pensar que é uma personagem com linguajar próximo daquele do gueto (SOUZA NETO, 2013, p. 02).

A seção foi criada pelos editores, e segundo Jose Augusto de Castro Heeren (2011) serviu para amenizar o caráter politizado do jornal e dar uma leveza e descontração em meio à seriedade das reportagens, e com um humor ácido, a fictícia autora tecia comentários para criticar os estigmas das rodas sociais dos homossexuais que rotulavam a multiplicidade de sexualidades existentes, “de uma maneira geral Rafaela Mambaba procurava criticar através da ironia e do deboche o quanto o universo estereotipado gay era perverso para aqueles que nele viviam” (HEEREN, 2011, p.177).

Ainda dentro da tentativa de desmistificar a negatividade do termo bicha, a seção *Bixórdia* propõe novas nomenclaturas e variações para serem utilizadas de maneira proposital entre os gays, autora apresenta algumas variantes em duas edições;

Algumas variantes da bichisse oblige. A saber:

POLICHA- É a que ultrapassou os limites da tricha. Toma hormônios já que seu grande sonho é se tornar a Fafá de Belém.

BICHEQUE- É aquela que por qualquer coisa puxa um talão de cheques. Ate pra pagar um cafezinho.

BICHENE- fã de Marlene. Dai surge uma serie de variações: BICHY (fã de Cauby), BICHINHA (fã de Emilinha), BICHAL (fã de Sidney Magal), e a BICHATORRACA.

E por aí vai. Qualquer semelhança com pessoas colunáveis será mera coincidência: de bichas e contrabichas cada um tem um pouco. Ah, ia me esquecendo, tem mais uma; é a:

BICHATA- É aquela que se enquadrou em alguma das variações aqui mas vai escrever pra cá falando mal do LAMPIÃO (MAMBABA, nº06, 1978, p. 09).

A ‘autora’ satirizava tanto os fãs, quanto personalidades do cenário artístico nacional ao fazer a associação aos referidos artistas.

Nesse mesmo contexto de termos e significados para homossexuais, Rafaela Mambaba volta com sua acidez na edição 24, em maio de 1980, trazendo um novo glossário mais ‘técnico’ para aqueles que quisessem participar dos próximos Encontros Brasileiros de Homossexuais (o 1º havia ocorrido em abril de 1980). Alguns termos e suas definições apresentados pela autora:

MACHISMO - Qualquer tentativa de se impor sobre a vontade de uma outra pessoa, seja de que sexo for. Palavra extremamente útil como acusação dirigida à pessoa cuja palavra você quer cassar.

REPRESSÃO - Regras que são inventadas pela classe dominante, e cuja intenção é nos proibir daquilo que nós queremos.

DUPLA REPRESSÃO - Quando uma pessoa é sujeita a duas repressões. Especificamente bichas negras e mulheres homossexuais.

TRIPLA REPRESSÃO – Quando a pessoa é sujeita a três repressões. Exemplo: mulher negra homossexual.

BICHA - Termo para designar o homossexual masculino militante (não pode ser confundido com a mesma palavra fora do meio militante; neste último caso, trata-se de uma ofensa grave). É também usado por alguns para se referir a homossexuais de ambos os sexos; neste caso, para as lésbicas, trata-se de uma manifestação de machismo de quem o utiliza.

HETEROSSEXUAL – Quem não é bicha ou lésbica. Pessoas extremamente perigosas, cujo maior prazer parece ser o de criar novas formas requintadas e sutis de repressão.

BISSEXUAL - Algo que não existe; quem se diz bissexual é apenas uma bicha não assumida, com tendências ao machismo, ao autoritarismo. Há quem diga, também, que o bissexualismo é apenas uma manifestação esquizofrênica (MAMBABA, nº 24, 1980, p. 15).

Desta forma, com um linguajar mais atrevido e satirizando a política, acontecimentos e pessoas, a seção Bixórdia e sua mítica autora, Rafaela Mambaba, caíram nas graças dos leitores homo e heterossexuais que buscavam saber mais do palavreado e expressões usadas no gueto gay.

A escrita do *Jornal Lampião da Esquina* juntava elementos para que seu público se identificasse com o jornal e com seus pares, o resgate e uso dos vocábulos do gueto em tom de chacota e até mesmo seu uso como uma ressignificação social estavam diretamente ligados ao objetivo central do jornal.

## CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto acima, podemos perceber que a sociedade brasileira no fim da década de 1970 era nitidamente marcada por sistemas binários, que viam a feminilidade como um fator negativo e de inferioridade, principalmente quando se tratava de sujeitos com sexualidades dissidentes como era o caso de gays e travestis. A masculinidade assumiu uma forma viril, com barba e músculos definidos, se sobrepondo a um estereótipo que se aproximava da androgenia e brincava com os padrões masculinos e femininos. Entretanto essa masculinidade existente, inclusive entre os homossexuais, passou a ser percebida e questionada pelos leitores que buscavam legitimar suas vivências homossexuais com base no jornal.

Essas identificações dos leitores quanto às figuras da bicha ou do gay macho, bem como as devolutivas sobre o uso de termos tidos como pejorativos e suas ressignificações geraram inúmeros posicionamentos em relação ao jornal. Assim, podemos entender que ao longo da sua existência o jornal foi alcançando seu objetivo de dar voz aos homossexuais do gueto, que se viam e se faziam presentes nas páginas do *Jornal Lampião da Esquina*.

## REFERÊNCIAS

- CONNELL, Robert W. Políticas de Masculinidade. *Revista Educação e Realidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. UFRGS: Porto Alegre- RS. Jul/dez. 1995.
- CONSELHO EDITORIAL, Ainda o auê das palavras. *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano I, edição n° 04, ago/set. 1978.

CONSELHO EDITORIAL, Gay--Macho: uma nova uma tragédia americana? *Jornal Lampião da Esquina*, ano 1, nº 8, janeiro de 1979.

DANTAS, Frederico J. Qual é a nossa imprensa? *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro. Ano I. Edição experimental. Abril/ 1978. p 5.

FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio Assis. *Na Trilha do Arco Iris: Do movimento homossexual ao LGBT* / São Paulo: Editora Fundação Percu Abramo, 2009.

FERREIRA, Bailarino Roberto. Mas que (\*) é esta? *Jornal Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano I, nº 8, janeiro de 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I- A vontade de Saber*. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Graal. 17ª ed. 2006.

HEEREN, Jose Augusto de Castro, *O armário invertido: comunicação e discurso sobre a luz do Lampião*. Dissertação (mestrado em comunicação). Faculdade Casper Libero: São Paulo. 2011.

MACRAE, Edward.: *A construção da igualdade- política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAMBABA, Rafaela. Novocabulário guei. *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano II, edição nº 24, mai/1980.

MAMBABA, Rafaela. O que vem a ser a bixórdia? *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano I, edição nº 5, out/1978.

NETO, Miguel Rodrigues de Souza, MOVIMENTO GAY E IMPRENSA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981). XXVII Simposio Nacional de Historia – conhecimento histórico e dialogo social , Natal – RN 22 a 26 de julho de 2013, p.2 disponível em <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364954035\\_ARQUIVO\\_MovimentogayeimpressanoBrasilcontemporaneo-MiguelRodriguesdeSousaNeto.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364954035_ARQUIVO_MovimentogayeimpressanoBrasilcontemporaneo-MiguelRodriguesdeSousaNeto.pdf)>

PEDRO, Joana M. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PRECIADO, P. B., Multidões Queer: notas para uma política dos “anormais”. Tradução Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis- SC. janeiro-abril/2011.

RANGEL, Alfredo. Ainda o auê das palavras. *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano I, edição n° 04, ago/set. 1978, p. 18.

SILVA, Aguinaldo. As palavras para que temê -las? *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, Ano I, ed 03, jul/ago. 1978.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia a atualidade*. 4ª ed. revista, atualizada e ampliada, 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VIEIRA, Zsu Zsu. A doença infantil do machismo. *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, N° 03, Ano I, Jul/ago. de 1978.

## “SIGILOSO. DISCRETO. NÃO AFEMINADO” - AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA COMUNIDADE LGBTQIA +: DISCUTINDO A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MASCULINA.

“SECRET. DISCREET. NOT EFFEMINATE” - GENDER RELATIONS AND SEXUALITY IN THE LGBTQIA+ COMMUNITY: DISCUSSING THE CONSTRUCTION OF MALE IDENTITY.

Emídio Ferreira Neto<sup>1</sup> & Gerlândia Beatriz Teobaldo de Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Há uma questão que causa intriga e promove reflexão, é “o que é ser homem?”, e o que envolve a constituição deste gênero? Em resposta rápida se pensa que ser homem, para algumas pessoas, está amparado diretamente na lógica sexual e biológica (ter um pênis), e na identificação, também, de gênero. Para que, de fato, se possa concluir que um indivíduo é homem de ‘verdade’, este é sujeito a diversas regras e está sob constante vigilância. Além de que é necessária uma aprovação, pela qual passa por uma elaboração de diversos critérios estabelecidos que devem ser contemplados. O ser homem está implicado em inibir e reprovar qualquer traço de feminilidade que possa haver. Paira sobre o ‘universo’ masculino o medo da feminilização em homens. Baseado nessa ideia, é exercida forças que regulam e os oprimem, não os permitindo sequer conhecer algo que seja visto como ‘feminino’. Toda essa ideia está baseada e sustentada numa norma sexual que considera um único modelo que deverá ser seguido, a heterossexualidade. Partindo de uma discussão, revisão bibliográfica e adotando uma abordagem qualitativa que se pauta o objetivo deste trabalho: investigar como procedem os preceitos para sustentar a lógica binária, ainda que dentro da comunidade LGBTQIA+; quais são estes preceitos e como atingem a homens gays; além do mais, investigar quais instâncias contribuem para o reforço desta ideia. Buscamos através de uma pesquisa bibliográfica identificar termos e discutir acerca da construção da identidade, da masculinidade e da representação do gênero masculino e a repercussão dessa construção na comunidade LGBTQIA +.

**Palavras-chave:** Gênero; Homem; Identidade; Masculinidade; LGBTQIA +.

**ABSTRACT:** There is a question that causes intrigue and promotes reflection, it is “what is it to be a man?”, and what does the constitution of this genre involve? Being a man, for some people, is supported by sexual identification (having a phallus, penis) and gender identification. So that, in fact, it can be concluded that an individual is a 'real' man, he is subject to several rules and is under constant surveillance. Moreover, approval is required, which involves the elaboration of several established criteria that must be considered. Being a man is involved in inhibiting and disapproving of any trace of femininity that may exist. The fear of feminization in men hangs over the male 'universe'. Based on this idea, forces are exerted that regulate and oppress them, not even allowing them to know something that is seen as 'feminine'. This whole idea is based and supported by a sexual norm that considers a single model that should be followed, heterosexuality. Starting from a discussion, literature review and adopting a qualitative approach, the objective of this work is guided: investigate how the precepts proceed to support the binary logic, even within the LGBTQIA+ community; what are these precepts and how they affect gay men; furthermore, investigate which instances contribute to the reinforcement of the idea. We seek through bibliographic research to identify terms and discuss about the construction of identity, masculinity and the representation of the male gender and the repercussion of this construction in the LGBTQIA + community.

**Keywords:** Gender; Man; Identity; Masculinity; LGBTQIA+.

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); [ferreiranetoemidio@gmail.com](mailto:ferreiranetoemidio@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); [gerlandiabto@gmail.com](mailto:gerlandiabto@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

“Tu não gosta de mulher, então não é homem!”; “Homem que é homem, é cabra macho”; “Homem de verdade não faz isso, isso é viadagem”. O processo de se reconhecer como homem ou mulher é cercado por diversas questões que envolvem a formação da personalidade e identidade de gênero do indivíduo. Questões que, atreladas à sexualidade, somam uma força motora social que implica em deduzir, dividir e classificar o que é aceito ou não.

Jeffrey Weeks (2018) afirma que uma norma não necessita, necessariamente, de uma justificativa para ser tomada como quadro de referência. Esta regra/modelo apenas é tomada e se torna assim, parte constituinte das ações sociais que os indivíduos são integrantes. Gênero e sexualidade são termos passíveis de gerar confusão seja em pessoas leigas e até em estudiosos independentes, ou não, de linhas de pesquisa que envolvem tais questões. As regras veladamente estabelecidas partem de homens e mulheres da sociedade, que são sustentadas e baseadas em uma cultura machista e patriarcal, dessa forma é tomado um cuidado exacerbado para que meninos não fujam, não desviem das imposições do gênero masculino.

A discussão que centraliza este trabalho está direcionada para os estudos da linha de pesquisa sobre masculinidades, somando ainda os estudos de homoafetividade. As pesquisas sobre masculinidade são recentes e poucos são os materiais que discutem tal abordagem, sobretudo quando se volta o olhar para a literatura acadêmica brasileira. Junto à dificuldade está a necessidade de discutir e gerar pauta em torno desta temática, tão importante quanto qualquer outra no campo das ciências humanas. Acrescentando a ela a precisão de fazer ciência que discuta, também, as questões a respeito da comunidade LGBTQIA+. É desta necessidade e escassez que surge o tema norteador deste trabalho conjunto que visa trazer a questão da formação do gênero masculino dentro da comunidade, sobretudo a comunidade gay.

Partindo para a discussão foi adotada uma abordagem qualitativa, pautando o objetivo deste trabalho em: investigar como procedem os preceitos para sustentar a lógica binária, ainda que dentro da comunidade LGBTQIA+; quais são estes preceitos e como atingem a homens gays; além do mais, investigar quais instâncias contribuem para o reforço desta ideia. Buscamos, portanto, através de uma pesquisa bibliográfica identificar termos, e discutir acerca da construção da identidade, da masculinidade e da representação do que é ser homem, e a repercussão dessa construção na comunidade LGBTQIA+.

## **AFINAL, O QUE É GÊNERO? O QUE É SEXUALIDADE?**

Nas discussões de gênero e sexualidade há por vezes uma confusão entre a usabilidade e função que cada termo assume. O que se propõe aqui é trazer em linhas gerais o que se compreende por cada e como cada um desses termos se encaixam e se qualificam na vida das pessoas. Para iniciar tal discussão, se faz necessário compreendermos quem somos, o que gostamos, fazemos, como nos comportamos, falamos e tantas outras manifestações corporais ou psíquicas que são frutos de investimentos sociais. Embora não tenhamos consciência destes investimentos, a todo momento sofremos investidas para nos comportarmos de acordo com o esperado, desejado e por fim, corresponder a normalidade.

A ideia de normalidade é inserida em nosso cotidiano antes mesmo de nascermos, de conhecermos o mundo para além da placenta que nos gerou. Estes investimentos são tratados como algo comum e corriqueiro, reproduzido como uma receita fácil a ser seguida. É orientado, e sobretudo vigiado (LOURO, 2014). Vigiado para que não saia do eixo, não fuja a norma e se torne uma anormalidade. As anormalidades não são bem vistas, não são aceitas e na maioria dos casos, são descartadas. Na compreensão geral, gênero é o modo, a manifestação, a apresentação social do indivíduo para com os outros. É como a pessoa se reconhece, se identifica e se mostra socialmente, correspondendo ou não com o dado biológico, sexo (BUTLER, 2018).

A autora Joan Scott afirma que

[...] o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior (SCOTT, 1995, p. 75).

Arelado ao gênero está a ideia comum de correspondência ao sexo biológico, ou seja, nasceu com o sexo masculino deverá ser homem, que por sua vez junta-se a esta ideia, também sustentada comumente social, a orientação sexual ser correspondente ao sexo/gênero. O menino/homem deve se sentir atraído por mulheres, sexo/gênero oposto. A respeito desta lógica, Joan Scott sustenta que o gênero “[...] enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (Ibid., p. 76). Fica claro que a compreensão de que embora gênero e sexualidade caminhem juntas, são percursos diferentes. Cada qual segue uma rota que difere da outra, e que não há entre ambas uma influência.

Aliás, o que é sexualidade? “A sexualidade [...] é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’”. (LOURO, 2018, p. 12-13). Guacira Louro (2018) enfatiza que a sexualidade é além do modo, forma que o indivíduo se relaciona com outro/a, é sobretudo uma invenção social e que está sob controle desta mesma sociedade. É algo para além do individual, particular de cada pessoa; é aprendida, desenvolvida, é sobretudo, um ato político, como afirma a autora. Jeffrey Weeks (2018) reitera que a sexualidade é um produto da linguagem, da cultura, da natureza humana e social, e que estamos a todo instante buscando meios de nos afirmarmos e reiterarmos nossa identidade sexual.

## **TRAÇANDO A IDENTIDADE**

Interessante pensar: como proceder à identificação da pessoa, e que critério é utilizado como definidor para se “assumir” como homem ou mulher? Antes de tudo, até mesmo do nascimento, o corpo é materializado em acordo ao e com o meio cultural e social que se encontra o sujeito. Este corpo é pensado, idealizado antes mesmo de nascer. A ansiedade é tanta que hoje se tem a possibilidade de saber qual o sexo da criança através de exames ultrassonográficos. Esta materialização passa pelo processo de sexualização, ou seja, o ato de nomear o corpo como sendo masculino ou feminino, priorizando a ideia biológica sexual.

A identidade do sujeito está atrelada ao gênero que este assume, assim como também, ao meio social que se encontra inserido. A identidade de gênero é fomentada pelo modo ao qual a pessoa se comporta, se mostra, se vê (LOURO, 2014). O que ultrapassa uma ideia biológica, como insistem os ditames da sociedade, que se baseia na ideia de natureza, divina até.

Guacira Louro (2018), afirma que

[...] o ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse ‘dado’ sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista (LOURO, 2018, p. 15).

Há quem acredite que o órgão sexual é o único e verdadeiro definidor do/de ser. Essa nomeação também é tida como organizadora de função e posição. Sendo o indivíduo do sexo que for, acarretará a ele uma função e uma posição no meio ao qual se encontram. O processo de sexualização está totalmente imbricado, no imaginário social, a uma matriz heterossexual (BUTLER, 2018). Baseada na ideia da “atração entre os opostos”; Homem X Mulher. Articulando as nomeações corporais, agregam também as regras comportamentais que

geram uma identificação pautada na matriz heterossexual. Tais nomeações têm um interesse de governamentalidade, ou seja, ter e manter poder sobre o corpo nomeado e identificado (Ibid, 2018).

[...] as normas regulatórias do sexo têm, portanto, um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual (LOURO, 2018, p. 41).

A matriz heterossexual/heteronormativa é tida como referência e até como ‘regra’ que deve ser seguida por todos indivíduos de uma sociedade, ainda é assim em muitas outras organizações sociais ao redor do mundo. O corpo, após o processo de materialização, sexualidade e nomeado passa pelo processo de normalização que implica de forma indireta e até direta a seguir a matriz e o ideal heterossexual (LOURO, 2014, 2018; BUTLER, 2018; WEEKS, 2018). Para que ocorra o seguimento das regras impostas é investido de diversos modos uma ‘vigilância’ que reiterará o ideal heterossexual como correto e devido a ser seguido (LOURO, 2018; WEEKS, 2018). Essa vigilância ocorre por diversas instituições como a família, as igrejas, os hospitais e a própria escola que age e atua sobre o indivíduo indiretamente fazendo uso de artifícios quase que imperceptíveis aos olhos.

Toda essa força somada à constante vigilância é para reiterar o padrão comportamental tido como normal. Deste modo, a vigilância ocorre para assegurar que os indivíduos não fujam à regra, e caso fujam sejam punidos. Para Guacira Louro, “o processo de heteronormatividade, ou seja, a produção e reiteração compulsória da norma heterossexual inscrevem-se nessa lógica, supondo a manutenção da continuidade, e da coerência entre sexo-gênero-sexualidade (Ibid., p. 99)”.

De acordo com Judith Butler (2018)

A força e a necessidade dessas normas (o ‘sexo’ como uma função simbólica deve ser entendido como uma espécie de mandamento ou injunção) é, assim, funcionalmente dependente da aproximação e da citação da lei; a lei sem sua aproximação não é lei ou, em vez disso, ela permanece uma lei governante apenas para aqueles que a afirmariam com base na fé religiosa (BUTLER, 2018, p. 216).

É necessário, então, refletir sobre o processo de normalização. A quem interessa ditar normas? Quem as ditam, as enunciam? E como estas chegam e atingem os indivíduos? Buscando responder a tais perguntas, Guacira Louro afirma que

sabemos que é impossível identificar quem enuncia uma norma: a norma acontece, ela se espalha por toda parte e costuma penetrar em todos. É da natureza da norma essa espécie de invisibilidade e de ubiquidade, uma generalização e uma propagação intensa, anônima e insidiosa (LOURO, 2018, p. 101).

Jeffrey Weeks reitera afirmando que “uma norma talvez não necessite de uma definição explícita; ela se torna o quadro de referência que é tomado como dado para o modo como pensamos; ela é parte do ar que respiramos” (WEEKS, 2018, p. 78). A demanda de identificação ocorre ao indivíduo de maneiras diferentes, uns seguem a orientação dada e outros desviam, por assim dizer. Todo processo está intrinsecamente ligado um ao outro, e é no processo de identidade que o indivíduo compreende a sua identificação com, ou não, o gênero que também é dado. Seguindo, sempre, o reforço da ideia ‘normalizadora’ e ainda assim baseada no ideal biológico como lógica.

J. Weeks (2018) classificou o processo identitário do indivíduo em três escalas, ou situações, que são elas:

a) *A identidade como destino* - “Ela sustenta frases tais como ‘biologia é destino’” (Ibid., p. 89). Firma a ideia da natureza biológica e divina em aceitar, não contestar, tomando como verdade o ‘destino traçado biologicamente’ e que é definidor do gênero.

b) *A identidade como resistência* - Presume que o indivíduo assume uma identidade que foge às normas impostas pela sociedade, deste modo contrariando a norma.

c) *A identidade como escolha* – “Alguns indivíduos são forçados a escolhas, através da estigmatização ou do descrédito público – por exemplo, através da prisão ou do julgamento por ofensas sexuais. Outros adotam identidades abertas por razões políticas” (Ibid, p. 91).

## **HETEROSEXUALIDADE: PRODUTO, INVENÇÃO E CRIAÇÃO - MEIO DE CONTROLE SOCIAL**

Nossos dizeres, fazeres e comportamentos são invenções e criações sociais - e estas questões têm sido discutidas neste trabalho -, para tanto, é proposto que também pensemos a que modo nasce ou se faz um heterossexual ou homossexual. E por que há uma aversão extrema ao segundo. De acordo com Jeffrey Weeks (2018) os termos “heterossexual” e “homossexual”, eram inexistentes e inutilizados até meados do século XVIII, tais termos foram cunhados pelo escritor austro-húngaro Karl Kertbeny. Foi apenas no final do século XIX, início do século XX, que se passou a utilizar os termos, a princípio, como sugestão para definir e classificar os comportamentos e as identidades de gênero. Foi a partir de então que os termos passaram a ser utilizados como sendo um contrário do outro.

Jeffrey Weeks ao longo da discussão afirma que

A homossexualidade, em vez de descrever uma variante benigna da normalidade, como, originalmente, pretendia Kertbeny, tornou-se, nas mãos dos sexólogos pioneiros como Krafft-Ebing, uma descrição médico-moral. A heterossexualidade, por outro lado, como um termo para descrever a norma até então pouco teorizada, passou, lentamente, a ser usada ao longo do século XX (IBID, p. 78).

Para Òscar Guash, “la heterossexualidad es un mito. Una invención. Una patraña. Es un producto histórico y social: el resultado de una época y de una condiciones sociales determinadas” (2007, p. 17). O autor chama a atenção afirmando que a heterossexualidade é um produto inventado, criado; assim como o gênero, o sexo e a sexualidade. Ainda de acordo com o autor, o mesmo aponta que o termo correto a ser utilizado deveria ser “ortossexualidade”. Nas palavras de Òscar Guash, “ortodoxia y heterodoxia”. O primeiro se referiria a quem segue o estabelecido, e o segundo a quem discorda (Ibid., p. 17).

A heterossexualidade é um mito, um relato, uma história sagrada, como aponta Òscar. O mito é utilizado, por vezes, para ajustar e organizar funções sociais, no anseio de explicar a ordem das coisas e do mundo. “En tanto que mito, también sirve para garantizar la estabilidad de las cosas: la heterossexualidad justifica un orden social intocable” (Ibid., p. 17). Deste modo, se compreende a heterossexualidade como conceito concreto e consagrado. Ordem pré-estabelecida, antes mesmo do nascimento da pessoa. Como já discutido em páginas anteriores, há uma forte corrente que tende a consagrar e estabelecer o mito da heterossexualidade como algo bom, correto e digno. Sendo assim, se faz necessário compreender, também, a homossexualidade.

Òscar segue sustentando a ideia de que o estado heterossexual, assim como o homossexual são invenções culturais recentes, datadas do século XX, e que para que haja compreensão de uma, não é possível dissociar uma da outra. “La homosexualidad es un epifenóme de la heterossexualidad; pero no es posible entender la una sin la otra” (Ibid., p. 20). A heterossexualidade não é só tomada como orientação sexual, mas sim, também, como estilo de vida. É baseado nesse estilo de vida que se propõe práticas sociais e culturais normatizadoras. Estas práticas estão intrinsecamente associadas ao trabalho assalariado e à sociedade industrial (Ibid., 2007).

Em contraponto à heterossexualidade, a homossexualidade oferece um estilo de vida que radicalmente discorda do tido como normal. Entende-se a homossexualidade como desvio, pecado, algo errado e sujeito a condenação. A ideia da heterossexualidade como sendo algo

bom, correto e digno de ser seguido é sustentada por três questões, ou mitos como aponta Òscar Guash, que se colocam como preceptoras na formação de uma ideia homogênea.

De acordo com Jonathan Katz (1997, p. 25), são elas:

- (1) a sobrevivência da espécie humana torna a heterossexualidade uma necessidade constante;
- (2) todas as sociedades reconhecem diferenças básicas entre os seres humanos dos sexos masculinos e feminino - essas diferenças biológicas e culturais são a ponte de uma sexualidade perpétua que é hetero;
- (3) o prazer físico proporcionado pela união entre um homem e uma mulher continua a ser a base imutável de uma heterossexualidade eterna.

Monique Wittig (2006) diz que discursos como esses são utilizados para validar e certificar uma versão científica. Verificando e classificando como verdade consolidada. “Estos discursos de heterossexualidad nos oprimen en la medida en que nos niegan toda posibilidad de hablar si no es en sus propios términos y todo aquello que los pone en cuestión es enseguida considerado como «primario»”. (WITTIG, 2006, p. 49). A autora faz uma análise dos discursos no seu livro “El pensamiento heterossexual y otros ensayos”, e afirma que tal discurso é carregado de poder, e também uma ação política (Ibid., 2006).

Se identificando como lésbica, questiona os discursos que são postos no meio sociocultural a qual cada indivíduo se encontra, e segue afirmando que “estos discursos nos niegan toda posibilidad de crear nuestras propias categorías. Su acción sobre nosotras es feroz, su tiranía sobre nuestras personas físicas y mentales es incesante” (Ibid., p. 49). A este tipo de orientação e ação, é entendido por heteronormatização como sendo a condição de seguir a um padrão pré-estabelecido ditado de normas de comportamento, e velado como correto, ressaltando que aos que fogem deste padrão, são tidos/as como diferentes, e por esta condição de “diferença” são excluídos/as, muitas das vezes, banidos/as.

## **FOMENTANDO A IDENTIDADE MASCULINA LGBTQIA+**

Há uma pergunta norteadora que alicerça este trabalho, e tem se tornado alvo de diversas pesquisas e investigações no âmbito social, sobretudo nas ciências humanas, a pergunta é: o que é ser homem? Como se identifica um indivíduo sendo ou não homem? Que características genéricas e biológicas carregam a sustentação para indagar tal pergunta e, por fim, afirmar se é ou não homem. É importante salientar que os estudos sobre gênero masculino são um campo de pesquisa recente, data de pouco mais de duas décadas. De acordo com Connell (1995) os estudos vêm ganhando espaço no âmbito social das pesquisas acadêmicas.

Para Silva (2014) a masculinidade é uma complexa experiência que envolve símbolos, discursos, códigos reproduzidos e produzidos pela sociedade e cultura. Ser homem, está amparado na identificação sexual (ter um falo, pênis) e na identificação de gênero. Para que de fato venha se concluir, por assim dizer, que um indivíduo é homem de verdade, este é sujeito a diversas regras e está sob constante vigilância. É necessária uma aprovação, e uma aprovação constante por parte dos demais do mesmo gênero. E essa aprovação passa pela elaboração de diversos critérios que devem ser obedecidos.

As regras emanadas partem de outros homens, que são sustentadas baseadas em uma cultura machista e patriarcal, é tomado um exacerbado cuidado para que os meninos não fujam, não desviem do gênero masculino. O ser homem está implicado em inibir e reprovar qualquer traço de feminilidade que possa haver. Paira sobre o “universo” masculino o medo, terror da feminilização dos homens (GIKOVATE, 1989). Baseado nessa ideia, é exercida forças reguladoras que oprimem homens não permitindo a eles sequer conhecer o “universo” feminino. Toda essa ideia é baseada e sustentada numa norma sexual que é considerada o modelo devido a ser seguido, a orientação heterossexual, como já discutido em páginas anteriores. Essas forças normalizadoras exercem sobre os indivíduos, sobretudo os indivíduos masculinos, os homens, uma violência simbólica. Violência esta discutida por Bourdieu (2010), que afirma que

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizados, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2010, p. 47).

Assim como as normas ditadas, a violência não requer justificativa, uma vez que esta mesma violência é derivada e parte atuante do processo de normalização. Bourdieu (2010), afirma que dispensa justificativa, uma vez que se torna natural junto ao processo de legitimação. É intrigante pensar que existem modos e regras que visam a organização social dentro de um enquadramento desejado. Assim são os preceitos de gênero, sustentados na lógica binária que orienta a homens e mulheres a como se comportar, falar, fazer, agir.

Guacira Louro (2018) aponta que “[...] é no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe, etc.)” (Ibid., p. 13). A autora

segue com a afirmação de que este reconhecimento precede responder de modo positivo a um “pertencimento a um grupo social de referência” (Ibid., p. 18).

Voltando-se para a comunidade LGBTQIA+ estes estereótipos e marcadores sociais de comportamento atravessam, por vezes, a comunidade e causa estranhamento nos membros, sobretudo os homens gays. Marcados pela vivência familiar, escolar e social carregadas de regras de comportamento e tendo por vezes suas particularidades negadas, julgadas e condenadas, homens gays são a todo instante violentados. Desde a infância marcada na escola pela constante vigilância para não fugir do ‘normal’, ao esperado para o gênero pertencente, sendo ensinado a se comportar de maneira brusca, inibir seus sentimentos, entre tantos outros quesitos. Guacira Louro (2018), deduz que estes se dão,

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidos e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (Ibid., p. 12).

No tocante a educação, é visto que a escola também é um espaço regulatório e que contribui para o reforço de normas comportamentais em conjunto com a família e sociedade, quando deveria exercer o contrário, promovendo ações igualitárias que visam o melhor convívio e valorizando as particularidades de cada um. Diante do cenário educacional, Ferreira Ligmanovski e Luz afirmam que "a escola, dessa forma, pode reduzir papéis de gênero e modelos de sexualidade que oprimem, mas que também podem construir relações que libertem e nas quais a dignidade humana e a igualdade de direitos poderão ser princípios norteadores”(FERREIRA LIGMANOVSKI e LUZ, 2009, p. 37).

Aos gêneros masculino e feminino são atribuídos papéis sociais e modos comportamentais, “o feminino é associado, na maioria das vezes, à fragilidade, à passividade, à meiguice e ao cuidado. Ao masculino correspondem atributos como a agressividade, o espírito empreendedor, a força e a coragem” (AUAD, 2012; SCOTT, 1995; LOURO, 2014). Sustentando esta ideia, o fato é que atualmente a comunidade gay está dividida entre os ‘padrões’ e ‘afeminados’, distinção pautada no comportamento, na expressão corporal, muitas vezes carregada de estereótipos. Padrões são os homens que mantêm a imagem rígida, postura e fala ‘normais’ condizente com sexo/gênero sustentada na ideia heteronormativa, assumindo assim a posição de ativos na relação. Afeminados, por sua vez, são os homens que carregam

consigo jeitos e trejeitos ditos femininos, o tom de voz pouco agressivo, sensibilidade e emoções descaradas, e assumem a posição de passivos na relação.

Para Gikovate (1989) se compreende o ser homem como “[...] ser forte, ser inteligente, acumular poderes especiais, acumular bens a mais, tudo isso passa a ser virtude. Estas passam a ser virtudes masculinas. Ser dócil, justo, não lutar para ter posições especiais dentro do grupo passa a ser tratado como fraqueza, como incompetência” (Ibid., p. 28). Nos diversos preceitos desenvolvidos, é avaliada desde a postura até a fala; o comportamento corporal e tantos outros estereótipos para se afirmar, com veracidade, se o indivíduo se encaixa na categoria de “*homem*”. Guacira Louro (2008) diz que “[...] fazer de alguém um homem requer, de igual modo, investimentos continuados. Nada há de puramente ‘natural’ e ‘dado’ em tudo isso: ser homem e ser mulher se constituem em processos que acontecem no âmbito da cultura” (Ibid., p. 18).

A divisão, talvez até ilógica, de ativos serem homens agressivos, malhados, barbados, másculos, viris; e passivos serem delicados, sensíveis, pacientes, tom de voz ameno e suave toma por base ideias que são sustentadas e fomentadas numa lógica machista e binária, apoiando até em uma ideia heteronormativa, que por sua vez se sustenta nas relações heterossexuais, o homem como ativo e a mulher como passiva na relação. De acordo com Simões e Fachini (2009) no século passado, no Brasil, surgiu “uma política de identidades homossexuais”, política essa que segregava homens e mulheres homossexuais, designando papéis como uma espécie de hierarquia de gênero. Os autores afirmam:

No Brasil, como argumentou o antropólogo Peter Fry, ainda encontramos uma modalidade bastante persistente e disseminada de classificação de pessoas segundo a sexualidade com base numa hierarquia de gênero, que distingue entre “homens”, socialmente masculinos e que desempenham o papel de “ativos” no ato sexual, isto é, são os que supostamente “penetram” mulheres; e outros homens, estes designados como “bichas” ou “veados”. Seria possível conceber também uma versão desse modelo hierárquico com respeito as relações homossexuais femininas, com a figura de uma mulher que desempenha aspectos do papel masculino, designada como “sapatão”, “paraíba” ou “mulher-macho que se relaciona com mulheres (Ibid., p. 54).

Os autores supracitados ainda afirmam que esse modelo, essa hierarquia de gênero, seguia uma lógica baseada na “oposição masculinidade/atividade sexual versus feminilidade/passividade sexual”, separando os indivíduos em categorias. Acrescentam ainda que, “homens sexualmente “passivos” e mulheres sexualmente ativas, “bichas” e “sapatões” seriam percebidos como uma espécie de híbridos”. (Ibid, p. 54). Percebe-se então que toda forma estrutural representativa dos gêneros masculinos e femininos são construídas histórica,

social e culturalmente. O que ressalta a força da cultura e sociedade exercida sobre a ideia biológica.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depósito de princípios de visão e divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-os aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho na realidade da ordem social (BOURDIEU, 2010, p. 20).

### **A GUIA DA CONCLUSÃO, OU NÃO...**

Sigiloso. Discreto. Não afeminado. São os padrões comportamentais que, muitas das vezes, se espera que homens gays assumam. Há uma forte onda na comunidade, em específico a comunidade gay, de homens que se relacionam com outros homens, porém, não se reconhecem como sendo membros da comunidade LGBTQIA+. E são diversas as questões implicadas em tal. As confusões acerca do que é gênero e sexualidade está diretamente ligada a ausência de discussões sobre tais questões e temáticas, o que gera uma grande desinformação e/ou compartilhamento de informações nocivas. Diversos são os meios e parâmetros utilizados para fazer com que homens gays hajam, falem, se comportem de um determinado modo. Ações de determinado tipo encontram bases concretas viabilizadas por outros homens que para manter relacionamento com tais é exigido determinados requisitos, a fim de não serem associados à sua orientação sexual.

O que é perceptível e notório também, é a questão em volta de determinados comportamentos serem associados às mulheres, o que reduz o gênero feminino como inferior ao masculino. As ‘regras’ comportamentais entre homens gays revelam o quão arcaica e machista é a comunidade no quesito que tange diversidade masculina; não se percebe notoriedade, mas sim recusa de homens gays que agem fora do padrão estabelecido. A comunidade tem enfrentado, e enfrenta ainda hoje, diversos desafios que colocam as pessoas que formam e fazem parte desta em riscos eminentes.

Antes mesmo da ‘normalização da homossexualidade’ diversas foram e são as lutas para a conquista de espaços, falas, representatividades e afins. E essa luta não cessa nos dias de hoje. O fato é que não nos encontramos nos dias de glórias, paz e descanso como gostaríamos. Porém, a luta pela resistência é diária. Se faz necessário cada vez mais resistir, lutar e encarar os desafios postos. Resistir para viver, embora ainda não em sua plenitude por diversos motivos

que impedem este feito. Viver sendo uma pessoa LGBTQIA+ é em si um ato de resistência e demanda coragem para enfrentar os desafios que são encontrados no caminho.

Lutar para conquistar direitos básicos, direito este que está atrelado a resistência, resistir para viver. A conquista de direitos, básicos até, é algo recente para a comunidade, o reconhecimento da homofobia qualificada como crime por exemplo só foi sancionado no ano de 2019, até chegarmos aqui muitas pessoas LGBTQIA+ morreram vítimas de ataques homo, lésbico e transfóbicos. Ser homem gay e fugir da norma padrão imposta e esperada soma à vida cotidiana o desafio de existir e se reinventar para resistir. Fugir aos padrões, não corresponder

## REFERÊNCIAS

- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos:** relações de gênero na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kuhner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pensam:** sobre os limites discursivos do “sexo”. In. Guacira Lopes Louro (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. – (Argos)
- CONNELL, Robert. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 16 maio 2020.
- FERREIRA LIGMANOVSKI, Beatriz Maria Megias; LUZ, Nanci Stancki. Sexualidade e gênero na escola. In. Nanci Stancki da Luz, Marília Gomes de Carvalho, Lindamir Salette Casagrande (orgs.). **Construindo a igualdade na diversidade:** gênero e sexualidade na escola. Curitiba: UTFPR, 2009. p. 33-45.
- GIKOVATE, Flávio. **O homem: o sexo frágil?.** São Paulo: MG Editores Associados, 1989.
- GUASCH, O. **La crise de la heterosexualidad.** Barcelona: Laertes, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In. Guacira Lopes Louro (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. – 4. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. – (Argos) p. 8-42
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 41-60.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade,** vol. 20, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p.71-99. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em 14 de maio de 2020.
- SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: uma construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicol. cienc. prof..** Brasília, v. 20, n. 3, p. 8-15, setembro de 2000. Disponível

**“Sigiloso. Discreto. Não Afeminado” – As relações de gênero e sexualidade na comunidade LGBTQIA+: Discutindo a construção da identidade masculina**

**EMÍDIO F. NETO  
GERLÂNDIA B. T. DE OLIVEIRA**

em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em 18 de maio de 2020.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Ediouro, Rio de Janeiro, 1996.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In. Guacira Lopes Louro (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. – (Argos) p. 43-104.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterossexual y otros ensayos**. Madrid: Editorial Egales, 2006.

## O NÃO-LUGAR EM MEIO À COMUNIDADE LGBTQIA+ E À SOCIEDADE HETEROCISNORMATIVA: MASCULINIDADES MONODISSIDENTES A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO “(BI)CHAS: A BISSEXUALIDADE E O SER AFEMINADO”

THE NON-PLACE IN THE MIDST OF THE LGBTQCommunity+ AND THE HETEROCISNORMANORMATIVE SOCIETY: MONODISSIDENT MASCULINITIES FROM THE DOCUMENTARY “(BI)CHAS: A BISSEXUALIDADE E O SER AFEMINADO”

Daniel da Silva Stack<sup>1</sup> & Danieli Klidzio<sup>2</sup>

**RESUMO:** Temos como ponto de partida a análise de conteúdo do documentário independente “(Bi)chas: A bissexualidade e o ser afeminado”, produzido e lançado em 2020 pelo estudante Victor Enger. Objetivamos discutir a construção de um não-lugar (ou de um lugar de apagamento) da bissexualidade, especialmente de homens afeminados. Consideramos que o documentário em questão visibiliza performances cotidianas e artísticas (mono)dissidentes a partir da mobilização de signos e narrativas que pautam a sexualidade para além do binarismo construído pelos pólos heterossexualidade *versus* homossexualidade. Destacamos que a produção de masculinidades está atrelada a um regime heterocisnormativo, no qual determinados marcadores são responsáveis por produzir uma masculinidade particular que não compartilha da mesma forma de privilégios concedidos pelo modelo hegemônico. Desse modo, masculinidades que fogem à norma heterocisnormativa e monossexista se deparam com uma falta de acolhimento mesmo em ambientes da comunidade LGBTQIA+ pois a bifobia afeta de modos específicos homens que se identificam como bissexuais e cuja performance de gênero é caracterizada como “afeminada”. Propomos a análise de itinerários de violências que perpassam ambientes escolares e familiares e a partir do documentário ficou nítido como a performance de gênero “afeminada” favorece o (des)reconhecimento da bissexualidade masculina. Os estereótipos de gênero contribuem para que esses homens sejam lidos como gays afeminados e tenham sua sexualidade deslegitimada mesmo mediante a repetida afirmação pessoal, impondo um constante “sair do armário” e um duplo apagamento de sua identidade, o que faz com que venham a “entender-se” bissexuais tardiamente e viver em um não-lugar.

**ABSTRACT:** We have as a starting point the analysis of content of the independent documentary “(Bi)chas: a bissexualidade e o ser afeminado”, produced and released in 2020 by student Victor Enger. We discuss the maintenance of a non-place (or a place of blanking out) of bissexuality, especially on effeminate men. We consider that the documentary in question makes visible everyday and artistic (mono)dissident performances from the mobilization of signs and narratives that guide sexuality beyond the binarism constructed by the heterosexuality versus homosexuality poles. We highlight that the production of masculinities is linked to a cis-heteronormative regime where certain markers are responsible for producing a particular masculinity that does not share the same privileges guaranteed by the hegemonic model. These masculinities that escape the heterocisnormative and monosexist norm have a demand for refuge also in the environment of the LGBTQIA+ community because biphobia affects men who identify themselves as bisexual and whose gender performance is characterized as “effeminate” in different ways. We propose the analysis of itineraries of violence that permeate school and family environments and from the documentary it became clear how the “effeminate” gender performance favors the (mis)recognition of male bissexuality. Gender stereotypes contribute to these men being read as effeminate gays and having their sexuality delegitimized even through repeated personal affirmation, imposing a constant “coming out of the closet” and a double erasure of their identity, which makes them “lately understanding themselves” bisexuals and living in a non-place due to the lack of reception.

**Palavras-chave:** Bissexualidade. Gênero. Masculinidades. Monodissidência

**Keywords:** Bissexuality. Gender. Masculinities. Monodissidence

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais - Universidade Federal Santa Maria - UFSM, [danielsstack@outlook.com](mailto:danielsstack@outlook.com), bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências Sociais - Universidade Federal Santa Maria - UFSM, [danieliklidzio@gmail.com](mailto:danieliklidzio@gmail.com), bolsista CAPES.

## INTRODUÇÃO

Partimos<sup>3</sup> do documentário *(BI)CHAS: A Bissexualidade e o Ser Afeminado*<sup>4</sup> (2020) objetivando analisar atravessamentos específicos sobre homens bissexuais afeminados e considerando a obra como parte de um campo de produção ativa de representatividades bissexuais. Produzido e lançado em 2020 por Victor Enger, *(Bi)chas* foi proposto como o primeiro documentário brasileiro sobre homens bissexuais afeminados, sendo divulgado a partir das redes sociais do autor e celebrado por bissexuais de todo o Brasil.

A teórica e ativista estadunidense Robyn Ochs define bissexualidade como “[...] o potencial de atração – romanticamente e/ou sexualmente – por pessoas de mais de um gênero, não necessariamente ao mesmo tempo, não necessariamente da mesma forma, e não necessariamente em mesmo grau.” (OCHS, [s. d.], n. p., tradução nossa). Definição semelhante é compartilhada pelo chamado Manifesto Bissexual publicado em 1990 na revista *Anything That Moves*<sup>5</sup>. Bem como também pelo ativismo bissexual brasileiro, como ilustra o Manifesto Bissexual Brasileiro<sup>6</sup> que afirma que “bissexuais são pessoas para quem o gênero não é um fator determinante da atração sexual ou afetiva.” A partir disso, compreendemos a bissexualidade como identidade construída e ancorada no movimento social, para nomear determinada configuração da sexualidade e localizar sujeitos socialmente. Isso tem sido articulado a partir do conceito de “monodissidência”, fruto do ativismo bissexual brasileiro, mas que não propõe-se como identidade – ou com caráter identitário – e sim como uma recusa à monossexualidade. É uma proposta político-comunitária de nomeação de dissidências dessa lógica de compreensão da sexualidade (VAS, 2021) e nessa discussão situamos também o documentário *(Bi)chas*.

De modo geral, enquanto a bissexualidade feminina e jovem tende a ser mais palpável pois, assim como o desejo feminino homoerótico, é fetichizada sexualmente (LEÃO, 2018) – o que não significa, de fato, visibilidade ou reconhecimento – a bissexualidade masculina é

---

<sup>3</sup> Neste artigo trazemos reflexões pertinentes às nossas pesquisas de mestrado em andamento: do primeiro autor sobre masculinidades, homoerotismo e mídias digitais e da segunda autora sobre bissexualidade, ativismo e mídias digitais. Além disso, incorporamos discussões já elaboradas para o 45º Encontro Anual da Anpocs (KLIDZIO; STACK, 2021) e agregamos pontos de análise.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wFDLcOmYIk8&t=367s> Acesso em: 05 nov. 2021.

<sup>5</sup> A tradução do Manifesto Bissexual pode ser lida em: <https://medium.com/@avaadore/manifesto-bissexual-449500cd3bf> Acesso em: 05 nov. 2021.

<sup>6</sup> Escrito por pessoas militantes/ativistas e pesquisadoras junto à Frente Bissexual Brasileira, o Manifesto Bissexual Brasileiro foi lançado em 2021 na segunda edição do Festival Bi+ e está disponível em: <https://www.frentebissexualbrasileira.org/manifesto-bissexual-brasileiro> Acesso em: 05 nov. 2021.

constantemente apagada. Homens que não se relacionam apenas com mulheres ou que têm performances<sup>7</sup> de gênero relacionadas ao que é entendido socialmente como feminino, são automática e insistentemente lidos como homossexuais, como se essa fosse a única existência possível além da heterossexualidade. Seffner (2003) já afirmava que “[...] a masculinidade bissexual é boa para pensar e questionar a masculinidade hegemônica e a heteronormatividade, e a partir delas as diversas formas de construção da identidade” (p. 10-11)

Assim como os estudos feministas e das mulheres, os estudos sobre masculinidades tendem a ser desenvolvidos por uma perspectiva monossexual e binária da sexualidade, com exceção de algumas abordagens com centralidade sobre homens bissexuais pela temática do HIV/Aids (LAGO, 1999; SEFFNER, 2003). Esse binarismo pelo qual se compreende a sexualidade centra-se na possibilidade de atração afetiva e/ou sexual por apenas um gênero, considerando a heterossexualidade *versus* a homossexualidade como únicos pólos possíveis de existência e análise. Assim, pela perspectiva da monossexualidade opera um “[...] sistema de definição da sexualidade por meio do sexo/gênero da parceria sexual ou objeto de desejo”, já quando se trata da bissexualidade pensa-se “[...] na sexualidade independente do gênero” (MONACO, 2020a, p. 37).

Nesse sentido, propomos a ampliação da capacidade reflexiva nos estudos de gênero e sexualidade aliando teorias sobre bissexualidade e masculinidades dissidentes para analisar como o binarismo do gênero e da sexualidade se relacionam. Tensionando a noção de um não-lugar social para homens afeminados e bissexuais, ao contextualizarmos o documentário em uma breve análise de conteúdo trazemos pontos para colocar esses dois campos em diálogo por meio da noção de “itinerários de violências” pensando as performances de masculinidade desses homens.

## **O DOCUMENTÁRIO (BI)CHAS**

Com duração de 42 minutos e 12 segundos, *(BI)CHAS: A Bissexualidade e o Ser Afeminado* (2020) é uma produção de Victor Enger, bissexual e estudante do curso de

---

<sup>7</sup> O conceito de “performance” de gênero é trabalhado por Judith Butler no livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” publicado em 1990, no qual a autora analisa gênero enquanto prática social, construída e reiterada cotidianamente (BUTLER, 2003). Em sua visão, gênero não se constrói de forma coerente, ou seja, os sujeitos performam o que consideram como gênero ancorado nas normas sociais. Usamos o conceito de performance de gênero por compreendermos que é a partir da construção do gênero que os participantes do documentário se distanciam das convenções sociais, o que os coloca como alvos de violência, a qual tem como objetivo sufocar performances de gênero distantes do modelo normativo vigente.

Comunicação e Multimeios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi produto de uma disciplina voltada para a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso (ENGER, 2020), sendo uma produção artística que parte de uma problemática elaborada com base na literatura científica sobre (bi)ssexualidade.

Foi gravada via chamadas de vídeo por conta do isolamento físico no contexto da pandemia da Covid-19, o que não impossibilitou o desenvolvimento e a montagem de uma estrutura narrativa e estética. Por exemplo, ao longo das falas dos participantes que estavam em suas casas foram utilizadas molduras de fundo como recurso estético de padronização do ambiente. Essas molduras “[...] contam com diversas animações em magenta, roxo e azul (cores da bandeira do movimento bissexual) e são responsáveis pela unidade visual do filme”, sendo “[...] desenvolvidas a partir de diversas distorções da imagem da bandeira bissexual.” (ENGER, 2020, p. 18-19).

*(Bi)chas* é uma produção audiovisual independente que parte de conceitos e problematizações teóricas relacionadas ao ativismo e à bissexualidade como identidade política ao trazer narrativas de vivências de homens bissexuais afeminados. Insere-se num campo no qual os estudos sobre bissexualidade têm identificado dificuldades de representações bissexuais no audiovisual (CANCIO, 2021; ROSSI, 2020) e na mídia de modo geral. Essas dificuldades se dão por conta da ausência de menções e pressuposições de existências bissexuais, ou então, devido a presença de personagens que reproduzem estereótipos e apagamentos, mesmo em produções voltadas ao público LGBTQIA+<sup>8</sup>.

Com a análise de conteúdo nos guiamos pela narrativa dos quatro homens bissexuais entrevistados no documentário e pela estética visual deste, pensando na representatividade buscada e em seu diálogo com o movimento bissexual, na perspectiva da bissexualidade enquanto identidade política. A análise de conteúdo auxilia na compreensão de intenções e efeitos de uma obra propondo a descrição objetiva e também a interpretação subjetiva (SANTOS, 2012). Portanto, a partir dela consideramos dois eixos do documentário: narrativa/estética e diálogo com a teoria científica (sobre bissexualidade e masculinidades) e com o ativismo (bissexual). Eixos que se relacionam com o campo das produções midiáticas e artísticas de representatividade como práticas de resistência, forjando visibilidades. A análise

---

<sup>8</sup> Utilizamos esta versão da sigla para tratar da comunidade LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras possíveis identidades e identificações). A utilizamos também por uma perspectiva política e existencial pois há diferentes configurações da sigla em uso atualmente.

do documentário demandou que se estabelecesse uma sistematização de dados para que as narrativas dos interlocutores pudessem ser compreendidas em maior profundidade. Estabelecemos categorias de análise em uma tabela com o período (em minutos) em que essa fala pode ser observada no documentário. A primeira categoria de análise foi “bissexualidade”, que reunia a percepção da bissexualidade para cada participante, a maneira como se descobriram bissexuais e como se percebiam enquanto homens bissexuais afeminados. A segunda categoria de análise foi “masculinidades”, que tinha como objetivo reconhecer discursos que produziam o que era “ser homem” nos espaços que transitavam. E por último, na categoria “violências”, reunimos os constrangimentos que esses jovens experienciaram por conta de sua sexualidade ou performance de gênero.

A partir da narrativa de sonhos, da infância, da convivência escolar e familiar no documentário temos acesso a relatos de quatro homens jovens e afeminados que se identificam como bissexuais: Caíque Gomes da Rocha, Gabriel Moreira, Matheus Delfino e Tiago Moura. Conforme o arquivo textual chamado de “memorial” que embasa o documentário, Enger (2020) elaborou cerca de 25 perguntas que guiaram a captação dos depoimentos e foram adaptadas no decorrer das entrevistas, permitindo abordar processos de socialização e identificação enquanto tais pensando em seus recursos de resistência.

Identificamos a articulação das subjetividades dos participantes com recursos visuais que remetem à bissexualidade e a emoções como a sensação de isolamento por conta da bifobia e do monossexismo. Por exemplo, nos 2 minutos e 22 segundos iniciais, que compõem um momento de “abertura” no qual são apresentados indiretamente os quatro participantes, são trazidas falas destes acerca de sonhos que costumam ter. Ao mesmo tempo aparecem na tela desenhos e performances com seus rostos maquiados ou fotos com a bandeira bissexual. Nesse primeiro momento já é apresentada a estética geral do documentário, que intercala imagens em preto e branco com coloridas, sendo preponderante o roxo em menção à bandeira bissexual, que compõe também as molduras utilizadas no decorrer das gravações como mencionado acima.

Além disso, a divulgação e circulação da obra merece destaque. Por suprir uma necessidade de representatividade foi amplamente compartilhada e celebrada em redes sociais como Instagram e Twitter, inclusive por segmentos acadêmicos e ativistas bissexuais. Enquanto produção acadêmica teve um momento de exposição como trabalho final de conclusão de curso de maneira on-line no dia 30 de novembro de 2020, às 16 horas (horário de Brasília). Também foram adotadas “estratégias de visibilidade do produto” (ENGER, 2020, p. 29) que consistiram em explorar os usos das mídias digitais para a divulgação a partir da gravação de um *teaser*.

Nele o autor, em frente a uma bandeira bissexual e iluminado por luzes roxas (que constituem a “estética bissexual” da produção) lê o manifesto bissexual de 1990 (ADORE, 2017) que está presente também ao longo do documentário.

## **ITINERÁRIOS DE VIOLÊNCIAS: AS ESFERAS DE CONTROLE DA PERFORMANCE DE MASCULINIDADE**

A partir das vivências dos participantes do documentário visualizamos diferentes esferas sociais nas quais passaram por situações de violências e constrangimentos por não estarem de acordo com a norma de gênero estabelecida. Nesse sentido, a noção de itinerários de violências auxilia na compreensão de que há diversos espaços de regulação pelos quais esses sujeitos transitaram, bem como diferentes caminhos que os levaram a se reconhecerem enquanto bissexuais.

Mas o que sobressaiu em nossa análise é que esses constrangimentos e violências surgem quando esses sujeitos ainda são jovens, antes mesmo de “descobrirem” sua sexualidade são rotulados por pessoas próximas como “viadinho”, “bichinha” e derivados. O pânico relacionado a essas categorias é criado desde cedo, o que faz com que alguns meninos prematuramente desenvolvam preocupações com suas performances de gênero por conta de imposições externas. Isso se dá porque aqueles cuja sexualidade estará orientada para a não-heterossexualidade, mas sua masculinidade assemelha-se às definições de virilidade, dificilmente terão sua sexualidade questionada da mesma forma – seja no segmento familiar ou escolar – pois a leitura da sexualidade e, conseqüentemente, o preconceito, acontecem principalmente a partir da leitura de categorias de gênero.

De modo geral, o controle da masculinidade é pautado pela busca da falha, da deslegitimação do sujeito em relação ao seu status de “homem” por não se portar de acordo com o “*briefing*”<sup>9</sup> da masculinidade heterossexual. Pequenos comportamentos já são considerados falhas na masculinidade, como destaca um dos participantes do documentário ao afirmar que no ambiente escolar andar com as meninas ou não praticar esportes como futebol eram motivos suficientes para constrangimentos vindos de colegas.

Conforme Connell (1995, p. 189) relata:

---

<sup>9</sup> Conjunto de informações que constitui uma espécie de roteiro, em que se age de acordo com.

Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela.

Ao passo que uma configuração de masculinidade subalterniza outras configurações, essa assume-se como um ideal de masculinidade hegemônica (CONNELL, 2003). Na esfera familiar, a violência sofrida por esses sujeitos com relação à sua expressão de gênero não-heteronormativa (antes mesmo de sua sexualidade) são (re)produzidas por seus familiares, com destaque na figura paterna. A criação familiar busca transmitir valores sociais “tradicionais”, ou seja, orientar os filhos à monogamia heterossexual-reprodutiva, dessa forma, quando uma pessoa se assume não-heterossexual há um questionamento familiar em busca do “erro”, para achar o que a família “fez de errado” na criação para levar alguém a “tornar-se” LGBTQIA+ (LOURO, 2000).

Comumente quando um homem se assume homo/bissexual esse fato se atribui a falta de uma figura paterna seguido da culpabilização da mãe por ter acobertado, incentivado ou não ter corrigido tal comportamento. Dessa forma, é como se a pessoa colocasse em cheque a moral dos pais perante a esfera pública ao assumir outra identidade que não a heterossexual<sup>10</sup> (LOURO, 2000). Por consequência, o comportamento familiar busca corrigir qualquer indicativo de “falha” no comportamento de gênero de crianças e adolescentes.

No documentário *(Bi)chas* (2020), os relatos dos participantes circularam o distanciamento da figura paterna e a insistência de que “se comportassem como homem”. Um dos interlocutores relatou se sentir excluído pelos pais e irmãos por não se encaixar dentro do molde estipulado pelos membros homens de sua família. Vemos que a regulação da masculinidade está ligada ao compartilhamento simbólico entre o grupo que estabelece relações de reconhecimento entre iguais. Seja na família ou na escola, o sujeito só é bem-vindo e aceito quando compartilha dos mesmos ideais e comportamentos do restante do grupo.

A minha infância foi complicada, não tive uma relação boa com meu pai. Com minha mãe sempre fui um grude, até hoje. Mas com meu pai não tinha uma relação ali. Ele falou na minha cara que não queria que eu tivesse nascido. Que ele não gostava de mim de jeito nenhum. Era ele e meus irmãos héteros e eu ficava jogado de lado (Tiago Moura).

Nas falas sobre vivências escolares os participantes trouxeram à tona a fragilidade que o ambiente escolar apresenta frente às discussões de gênero e sexualidade, visto que se

---

<sup>10</sup> Em meio a isso a bissexualidade tende a estar fora até mesmo do vocabulário, sendo as identidades não monossexuais sequer cogitadas como possibilidades de existência.

caracteriza como espaço de reprodução da cis-heteronormatividade e da monossexualidade não conseguindo se adaptar/acolher à diferença. A disciplina escolar se orienta por uma concepção universal que estimula a heterossexualidade e a monossexualidade, colocando todos os sujeitos no ambiente escolar como heterossexuais (e discrimina as dissidências, que são entendidas como pertencente ao campo da homossexualidade). Para isso, a distinção de gênero é acentuada em diferentes ocasiões. Na fala dos interlocutores a aula de educação física foi marcada por uma dinâmica de gênero que ia além da prática de esportes. Por exemplo, o fato de professores(as) reproduzirem uma atividade “masculina” (futebol) e outra “feminina” (vôlei e ginástica) colocava as pessoas que não participam dessa dinâmica de práticas como alvos de preconceito.

Há uma idealização de homem “de verdade” como oposição a tudo o que é considerado feminino (LOURO, 2000, p. 14) na qual as dinâmicas de gênero dentro do modelo escolar segregam sujeitos por conta de sua expressão de gênero. Um dos participantes do documentário afirma que uma de suas estratégias para evitar ser alvo de violência era passar o intervalo na biblioteca ou próximo a secretaria.

Eu tinha doze anos e o menino me ameaçou de ir lá no colégio me espancar na frente de todo mundo, por nada, eu nem conhecia ele. Ai ele me fez escrever para ele “eu sou um arregão”, fez vários memes e no outro dia todo mundo estava rindo de mim, até meu professor. Apanhei no colégio também, por um cara que achou que eu estava imitando ele, sendo que eu só estava encostado na parede com os braços cruzados. Ele me chutou tão forte no estômago que eu caí no chão e não conseguia respirar. (Tiago Moura).

A fala de Tiago evidencia o controle social pela violência que incide sobre os corpos de sujeitos não-normativos, demonstra o despreparo e a ineficiência com que a comunidade escolar lida com essas questões. Há a reprodução de um “currículo oculto” (LOURO, 2000) em relação à norma de gênero e sexualidade, estimulando a cis-heteronormatividade (e sem pressupostos para além da monossexualidade), o que faz com que sejam construídos ambientes sociais propícios à LGBTQIA+fobia.

## **O NÃO-LUGAR DO HOMEM BISEXUAL AFEMINADO**

Com o não alinhamento da expressão de gênero dos participantes do documentário ao ideal de masculinidade hegemônica (CONNELL, 2003) é possível observar que na vivência de suas sexualidades há um duplo apagamento que se intersecciona: enquanto homens afeminados e enquanto bissexuais. A partir da performance de gênero esses sujeitos vivenciam um processo constante de sair do “armário” e, nesse sentido, as violências que gays e bissexuais enfrentam

são distintas porque “[...] diante da enunciação da bissexualidade, existe a tentativa de encaixe do sujeito bissexual na categoria binária-oposicional homo/heterossexual.” (BAÉRE; ZANELLO, 2020, p. 9).

Conforme Baére e Zanello (2020), os espaços de socialização emergem como uma categoria de análise de violências e há um ideal de virilidade que é imposto desde a infância e a adolescência que soma-se à ausência de acolhimento e sensação de pertencimento social de homens afeminados. Desse modo, há diferenças em relação a mecanismos de resistência em função da orientação sexual e identidade dos sujeitos, onde a falta de espaços de pertencimento é preponderante para bissexuais pois “em uma sociedade tão acostumada com a monossexualidade, é esperado que a orientação do desejo seja exclusiva” (BAÉRE; ZANELLO, 2020, p. 9).

Nesse sentido, a pesquisadora brasileira Elizabeth Sara Lewis (2012) pensa a bissexualidade como marginalizada em função do binário heterossexual/homossexual. Entendendo-a como construção sócio-histórico-cultural e com o objetivo de analisar suas construções identitárias performativo-discursivas, a autora argumenta que quando se trata de bissexuais estas são permeadas por tentativas de fugas de estereótipos e provações, sendo isso fruto de um policiamento sobre o ato de identificação com o rótulo “bissexual” e também sobre menções a desejos e práticas de bissexuais (LEWIS, 2012).

Desse modo, uma percepção de diferença e não-lugar emerge na medida em que corpos e identidades são concebidos não apenas como diferentes, mas como um “outro”, sem reconhecimento, e que é violentado. Como destaca Lewis (2012), há uma marginalização também dentro de espaços idealmente de comunidade e de acolhimento. Para ela, “[...] dentro do movimento LGBT frequentemente funciona outro sistema de restrições sociais: uma matriz homonormativa que exige que as pessoas expressem desejo sexual e afetividade por pessoas do “mesmo” sexo/gênero e marginaliza as que não se encaixem nesse perfil.” (LEWIS, 2012, p. 17). Não a toa que ações de ativismo bissexual têm sido analisadas sob a ótica do acolhimento, como “[...] mais do que reivindicar direitos ou políticas públicas” mas “[...] criar espaços seguros de convivência e trocas entre pessoas bissexuais (MONACO, 2020b, p. 229).

Homens bissexuais com performances de gênero ligadas ao que entende-se culturalmente como características do feminino são automaticamente lidos como gays pois a aparência – o uso de maquiagem, por exemplo – são entendidos como marca definidora de uma identidade homossexual. Assim, homens bissexuais afeminados enfrentam violências bifóbicas

e monossexistas porque representam uma ruptura em relação à matriz binária da sexualidade, e também à lógica de continuidade entre gênero-performance-desejo. Representam uma ambiguidade que busca ser “corrigida” com a classificação externa constante destes enquanto gays, pois na lógica monossexual e binária e, mesmo que exista a possibilidade de desejarem e se relacionarem com mulheres, não há a possibilidade de serem reconhecidos enquanto bissexuais, enquanto identidade “suficientemente real” (LEÃO, 2018) e não apenas como um “outro tipo” de homossexualidade.

Ao analisarmos a regulação da sexualidade nas esferas sociais sob a lógica do “armário”, termo cunhado pela teórica norte-americana Eve Kosofsky Sedgwick (2007) e reconhecido como símbolo de opressão a homossexualidade no século XX, identificamos que na vida dos participantes do documentário o armário não está sob a lógica da dúvida constante da homossexualidade. Na argumentação da autora sobre a homossexualidade, os sujeitos negociam a visibilidade de sua sexualidade em cada espaço, porém, quando se trata da bissexualidade a expressão de gênero desses sujeitos faz com que a leitura de sua sexualidade seja orientada automaticamente para a homossexualidade. Assim, o processo de saída constante do armário para esses sujeitos envolve afirmar e lutar pelo reconhecimento de sua bissexualidade, discutindo com uma lógica que não a concebe como existente. Fato observável na fala de um dos participantes ao compartilhar uma situação que ocorreu em seu emprego, onde mesmo afirmando-se bissexual para uma colega, teve esse reconhecimento negado. A colega em questão continuou afirmando que ele era homossexual e pediu a “opinião” de outro colega sobre o que ele achava da sexualidade do participante.

Com relação às situações de desreconhecimento, a opressão relacionada à expressão de gênero se estende para além da violência física e preconceito, afetando o desejo dos participantes e a saúde mental. No que diz respeito à expressão do desejo foram relatadas dificuldades de se relacionar com mulheres pois a expressão da masculinidade que configura o desejo nos relacionamentos é oposta à expressão de masculinidade que os participantes apresentam.

A percepção de mulheres cis-heterossexuais acerca da bissexualidade circula através de imaginários estereotipados, imperando uma falsa concepção de que homens bissexuais nunca estariam plenamente satisfeitos em suas relações, sentindo “falta” de se relacionarem com demais gêneros, ou que não fossem “homem o suficiente” para se relacionarem com mulheres. Conjuntamente a isso está a premissa de que a bissexualidade masculina penderia mais à

homossexualidade, como presente no trecho do programa *Casos de Família*<sup>11</sup> exibido na abertura do documentário. A apresentadora e uma psicóloga do programa fazem tal afirmação com base em uma visão binária da sexualidade, que exige discursivamente que a bissexualidade seja categorizada em termos como “mais hétero” ou “mais homo”. Esses estereótipos da bissexualidade masculina corroboram para uma constante negativa à masculinidade, criando o julgamento de que esses sujeitos “trairiam” o gênero, fomentando uma sensação de engano quando descobre-se a bissexualidade em possíveis parceiros.

No mesmo trecho do programa *Casos de Família*, a psicóloga afirma que “A bissexualidade, as pessoas ficam... não é chocadas, mas as pessoas cobram uma decisão. Porque é muito moderno, sabe? Pô ‘mas é homem ou mulher que você quer?’ As pessoas ficam incomodadas porque não há uma decisão.” Nessa construção discursiva, além da leitura da sexualidade apenas por dois pólos opostos (hétero e homo) também presume-se a existência de somente dois gêneros (homem e mulher).

Nesse sentido, em relação à bissexualidade a ótica pela qual a noção de identidade é pensada é distinta. Ao mesmo tempo em que acompanha muitos dos pressupostos teóricos e políticos acerca das identidades homossexuais: gays e lésbicas, por exemplo, a identidade bissexual merece ressalvas em relação à fluidez e à extrapolação perante o binário da sexualidade. O qual opera tanto no cotidiano das dinâmicas das relações sociais, quanto epistemologicamente nos estudos de gênero e sexualidade. Assim, para que seja possível pensarmos as representatividades para além da perspectiva monossexual, é preciso estranhar a monossexualidade como lógica que organiza discursivamente de forma binária a sexualidade, e que supõe-se universal.

Como exemplifica a fala de Gabriel Moreira no documentário, existe um “não-lugar em meio à comunidade LGBT e em meio à sociedade heterocisnormativa”. Quando se trata de homens bissexuais afeminados não existe somente uma invisibilidade de suas existências e experiências, mas um apagamento e violações que são fruto de pré-concepções sobre gênero e sexualidade. Masculinidades (mono)dissidentes como as bissexuais enfrentam dificuldades de pertencimento ao universo das masculinidades (SEFFNER, 2003), passando por violências

---

<sup>11</sup> *Casos de Família* é um *talk show* apresentado pela jornalista Christina Rocha e exibido pela emissora de televisão SBT. O programa recebe participantes com conflitos de convivência nos mais variados temas, abordando problemas que acontecem entre membros da mesma família, vizinhos ou no ambiente de trabalho. Veja mais em: <https://audienciadatv.net/bastidores-da-tv/casos-de-familia-programa-de-christina-rocha-na-vice-lideranca-pro-sbt/> Acesso em: 05 nov. 2021.

juntamente com condições de isolamento e silenciamento. A bifobia e o monossexismo andam de mãos dadas com estruturas de gênero, sendo a análise e discussões sobre masculinidades bissexuais um campo que desvela camadas de marginalizações. O não-lugar retrata um limbo para o qual homens bissexuais são empurrados, primeiramente por não compartilharem os signos da heterossexualidade, e secundamente por serem acusados pela comunidade LGBTQIA+ de se aproveitarem de “privilégios heterossexuais”.

Ainda como afirma o participante Gabriel Moreira:

Pra pessoas LGBTs no geral é muito difícil o processo de saída do armário, né, porque a gente se entender dentro de uma sociedade que é heteronormativa, naturalmente, isso já é difícil. Só que pra além de a gente ter uma sociedade que é heteronormativa e é homofóbica, a gente também tem uma sociedade que é, tipo, pautada na binaridade. Todo o nosso pensamento é dentro de uma lógica binária, sabe? A gente só pensa, tipo, na possibilidade de homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, é sempre essa dicotomia e nunca pra além dela. **Não que seja mais difícil ou mais fácil, mas é bem diferente pra pessoas bissexuais.** Pra pessoas homossexuais, que vejo falando sobre a saída do armário e sobre o processo de se autoidentificar enquanto homossexuais, é muito **nesse lugar de “ok, eu não sou hétero, mas eu sei que talvez eu possa ser homossexual.” E pra bissexuais não, não é uma possibilidade a gente ser bissexual.** (Gabriel Moreira, grifo nosso).

Ao abordarmos masculinidades que fogem à norma hegemônica, partindo das narrativas de sujeitos bissexuais presentes no documentário, analisamos como a bifobia afeta de modos específicos homens que se identificam como bissexuais e cuja performance de gênero é caracterizada como “afeminada”. Além disso, é por não se verem representados que esses sujeitos colocam-se como produtores de narrativas sobre si, articulando suas experiências cotidianas a partir da arte e da criação de espaços de expressão.

Desse modo, a bissexualidade – e aqui especialmente a bissexualidade de homens afeminados – constitui-se como identidade na medida em que é reivindicada como ferramenta política, elencada coletiva e relacionalmente, no caso: para nomear-se como não-heterossexual mas também como não-homossexual. Em grande medida, nas narrativas de si é que a identidade bissexual emerge como discurso que traz visibilidade sobre a bissexualidade pois a coloca em debate enquanto possibilidade de existência. Assim, a partir dos sujeitos participantes do documentário e com a operacionalidade de conceitos teóricos específicos como os aqui articulados (de monossexualidade e monodissidência), a bissexualidade e as masculinidades bissexuais afeminadas podem ser visualizadas como lugares sociais específicos (ou não-lugares) em tensionamento.

O fato de que há na esfera social maior familiaridade com a homossexualidade como única existência possível além da heterossexualidade colabora para que esses sujeitos

tardiamente se reconheçam enquanto bissexuais e vivenciem um processo constante e repetitivo de reafirmação e de “saída do armário”. Em uma busca incessante por terem sua identidade, expressão de gênero e desejo compreendidas e respeitadas. Isso também dialoga com as críticas e denúncias de bifobia que tratam de condições de invisibilidade e apagamento da bissexualidade, que têm sido o eixo que identificamos como mais abordado nas pesquisas científicas e nos ativismos dos quais muitas dessas pesquisas tratam (CANCIO, 2021; JAEGER, 2018; KLIDZIO, 2019; LEÃO, 2018; LEWIS, 2012; MONACO, 2020a; ROSSI, 2020).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos o documentário *(BI)CHAS: A Bissexualidade e o Ser Afeminado* (2020) como uma produção ativa de si por sujeitos sub-representados, sendo uma obra artística e midiática que produz visibilidade e dialoga com a representação da bissexualidade enquanto identidade política. Realizada e compartilhada a partir das mídias digitais, destaca-se em um campo de construção de narrativas de resistência e representatividade através da produção cultural independente. Além disso, elaborada a partir de uma pesquisa acadêmica, sinaliza um diálogo entre ativismo e academia no que diz respeito ao tema da bissexualidade enquanto identidade e da monodissidência enquanto conceito guarda-chuva e proposta política.

Evidenciamos como a performance de gênero não normativa é um fator preponderante nas violências sobrepostas a esses sujeitos. Somado a isso, o fato de serem lidos socialmente como homens gays devido à sua aproximação com a feminilidade ressalta um duplo apagamento de sua identidade enquanto bissexuais. A essas bissexualidades masculinas cabe o isolamento ou um limbo em função do binarismo da sexualidade. Esse limbo como fruto de um duplo apagamento produz condições psicossociais que relega esses homens bissexuais afeminados a um não-lugar social que se materializa na escola, na família, no mercado de trabalho e também nas relações afetivas e/ou sexuais.

## **REFERÊNCIAS**

BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. **Psicologia em estudo**, v. 25, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/LzMM7YDThptPXckJkpKnWkn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 05 nov. 2021.

**(BI)CHAS: A Bissexualidade e o Ser Afeminado.** Direção: Victor Enger. Produção de Victor Enger. São Paulo, SP: distribuição independente, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wfDLcQmYIk8&t=367s> Acesso em: 05 nov. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCIO, Talitta S. **Sim, elas são bissexuais:** representação de personagens bissexuais femininas nas telenovelas da Globo. 2021. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2021. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/11508> Acesso em: 20 set. 2021.

CAVALCANTI, Camila D. **Visíveis e invisíveis: Práticas e identidade bissexual.** 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9574/1/arquivo9196\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9574/1/arquivo9196_1.pdf) Acesso em: 05 nov. 2021.

CONNELL, Raewyn W. **Masculinidades.** Universidade Nacional Autônoma do México: Cidade do México, 2003.

CONNELL, Raewyn W. Políticas da masculinidade. **Educação & realidade**, Porto Alegre, 20(2):185-206 jul./dez, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725> Acesso em: 17 ago. 2021.

ENGER, Victor. **(BI)CHAS: A Bissexualidade e o Ser Afeminado.** 2020. Memorial (Trabalho de conclusão de curso em Comunicação e Multimeios) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2020.

JAEGER, Melissa B. **Experiência de minas bissexuais:** políticas identitárias e processos de marginalização. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205732> Acesso em: 20 set. 2021.

KLIDZIO, Danieli; STACK, Daniel. Masculinidades monodissidentes a partir do documentário (BI)CHAS: A Bissexualidade e o Ser Afeminado. In: 45º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2021. **Anais do 45º Encontro Anual da Anpocs.** Disponível em: [https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZnJoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMjM2Ijt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6ImUwZTAyYTk2MzI2OGRhMDMzYjI4ZTM0NzZmZmJlMwQ1Ijt9&ID\\_ATIVI DADE=236](https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZnJoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMjM2Ijt9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6ImUwZTAyYTk2MzI2OGRhMDMzYjI4ZTM0NzZmZmJlMwQ1Ijt9&ID_ATIVI DADE=236) Acesso em: 05 nov. 2021.

LAGO, Regina F. do. **Bissexualidade Masculina:** dilemas de construção de identidade sexual. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1999.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris:** bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. 2018, 117 f. Dissertação (Mestrado) - Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-909618> Acesso em: 20 set. 2021.

LEWIS, Elizabeth S. **“Não é uma fase”:** Construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. 267 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,

2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=20671@1> Acesso em: 7 nov. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MONACO, Helena M. “**A gente existe!**”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020a. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19897> Acesso em: 20 set. 2021.

MONACO, Helena M. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços “monodissidentes.” **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 3, jul.-dez., p.228–251, 2020b. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33701> Acesso em: 20 set. 2021.

OCHS, Robyn. Bisexual: A Few Quotes from Robyn Ochs. **Robyn Ochs**. Disponível em: <https://robynochs.com/bisexual/> Acesso em: 20 set. 2021.

ROSSI, Fernanda S. **Representação cultural e reconhecimento da bissexualidade: uma análise de Minha Mãe É Uma Peça 2 e The Bisexual**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Curso de Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/ComunicacaoSocial\\_FernandaSantosRossi\\_8670.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/ComunicacaoSocial_FernandaSantosRossi_8670.pdf) Acesso em: 20 set. 2021.

SANTOS, Fernanda M. dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 383-387, 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291> Acesso em: 05 nov. 2021.

SEDGWICK, Eve. K. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794> Acesso em: 17 ago. 2021.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual**. 2003, 261 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4340> Acesso em: 05 nov. 2021.

VAS, Dani. Minha militância monodissidente. **Bi-sides**, São Paulo, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bisides.com/post/minha-militancia-monodissidente> Acesso em: 20 set. 2021.

## A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO DHI/UFS DURANTE A DÉCADA DE 2010: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES

DHI / UFS HISTORIOGRAPHIC PRODUCTION DURING THE DECADE OF 2010: CHARACTERISTICS AND POSSIBILITIES

José Lucas Vilas-Boas Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo fazer um levantamento da produção historiográfica sobre Sergipe realizada na década de 2010 pelo Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), tendo como base de dados o Repositório Institucional da UFS (RIUFS) e o site do Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) da UFS. Como base da sistematização dos resultados angariados durante a pesquisa bibliográfica, foram utilizadas produções sobre a história da historiografia sergipana, como textos de Samuel Albuquerque (2016), Itamar Freitas (2002; 2007), José Calasans Brandão da Silva (1992), Ibarê Dantas (2014) e Antônio Fernando de Araújo Sá (2008). As informações adquiridas pela pesquisa foram organizadas em tipos e temáticas, além de comparadas quantitativamente com a produção geral do DHI, a fim de compreender o padrão produtivo da historiografia sergipana contemporânea da instituição. Assim, torna-se possível estabelecer características gerais e possibilidades para a pesquisa histórica de Sergipe.

**Palavras-chave:** Historiografia sergipana. História de Sergipe. Revisão bibliográfica.

**ABSTRACT:** This article aims to survey the historiographical production on Sergipe carried out in the decade of 2010 by the Department of History (DHI) of the Federal University of Sergipe (UFS), using the UFS Institutional Repository (RIUFS) and the UFS Graduate History Program (PROHIS) website. As a basis for systematizing the results obtained during the bibliographic research, productions on the history of Sergipe's historiography were used, as texts by Samuel Albuquerque (2016), Itamar Freitas (2002; 2007), José Calasans Brandão da Silva (1992), Ibarê Dantas (2014) and Antônio Fernando de Araújo Sá (2008). The information acquired by the research was organized into types and themes, in addition to being quantitatively compared with the general production of DHI, in order to understand the productive pattern of the institution's contemporary Sergipe historiography. Thus, it becomes possible to establish general characteristics and possibilities for historical research in Sergipe.

**Keywords:** Sergipe's historiography. History of Sergipe. Literature review.

### INTRODUÇÃO

A História, assim como sua escrita, não é imutável. No âmbito do estudo da História, faz-se necessária a abordagem do processo de desenvolvimento das historiografias, a fim de perceber padrões de época, identificar influências externas, contextualizar historicamente e delinear possíveis caminhos a serem tomados. O historiador, em sua prática científica, lida com a relação das duas realidades da historiografia: enquanto realidade conhecida, o resultado da

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-graduando em Teologia e História das Religiões pelo Centro Universitário FAVENI. Membro do Grupo de Estudos da Cabala (CNPq/UFS). E-mail: joselucasvbo11@gmail.com

análise - o que é estudado, compreendido ou retomado do passado - e enquanto o que é implicado pela ciência, o seu postulado - o contexto da problemática estudada, procedimentos, modos de compreender, prático do sentido (CERTEAU, 1982, p. 40). A evolução da ciência histórica necessita da reavaliação dessas relações entre resultados e postulados, visto que é através da crítica que a abordagem se adapta a novas realidades e novos contextos.

Considerando a História como um objeto social de recuperação, análise e interpretação do passado para entendimento do presente, a História local surge como uma forma de reconstrução da organização histórica de um grupo específico situado em um espaço determinado (LACOMBA, 2008, p. 456). Da mesma forma que a História local se subdivide em períodos a fim de determinar diferentes fases de uma sociedade, a periodização faz-se importante no contexto da história da historiografia de uma região, com o objetivo de avaliar os processos intelectuais envolvidos na produção historiográfica que impactam no contexto geral de um determinado momento. Periodizar, afinal, é adaptar o tempo intelectualmente instrumentalizado – o tempo histórico – ao tempo-calendário, essencial a indivíduos e historiadores por relacionar o tempo vivido, individual e subjetivo, ao tempo cósmico, da natureza. (REIS, 2012).

Nos estudos da historiografia sergipana, alguns autores despontaram com produções acerca da periodização e evolução do fazer historiográfico local, estabelecendo fases, temas e abordagens que ajudam a guiar o profissional da História no desenvolvimento de seu trabalho e na compreensão de suas bases teóricas. Dado que a Universidade Federal de Sergipe, através de seu Departamento de História, é uma das instituições mais importantes na historiografia do estado, surgiu a ideia de fazer um levantamento quantitativo das produções que versam sobre o tema realizadas durante a década de 2010, a fim de perceber qual está sendo o atual direcionamento dos estudos históricos locais nos dias atuais. Devido aos empecilhos logísticos ocasionados pela situação de pandemia de Covid-19, a pesquisa bibliográfica foi realizada através do Repositório Institucional da UFS. Isso poderia explicar a possível falta de algum trabalho acadêmico realizado durante esse período e não disponibilizado virtualmente.

## **1. AS FASES DA HISTORIOGRAFIA SERGIPANA**

Entre 1972 e 1973, surgem os estudos pioneiros sobre o percurso das produções historiográficas de Sergipe, encabeçados pelo trabalho seminal do bacharel em Direito José Silvério Leite Fontes, em *Levantamento das fontes primárias da história de Sergipe*

(ALBUQUERQUE, 2016). Nesse texto, Fontes define a historiografia sergipana como “obra dos filhos da Província e versando sobre sua terra natal” (FONTES, 1972, p. 4 apud ALBUQUERQUE, 2016, p. 39), incluindo nesse rol intelectuais naturais de outros estados que viveram em Sergipe e estudaram sobre seu passado. Para o autor, o marco inicial da historiografia local foi ocasionado por Felisbello Freire, que escreveu *Historia de Sergipe* (1891), dando início ao que chamou de “surto historiográfico”, fruto de “influências culturais estrangeiras, recebidas pelos estudantes sergipanos que frequentam os meios universitários de Recife, Bahia e Rio de Janeiro, ou transmitidas por eles aos radicados em Sergipe” (FONTES, 1972, p. 4 apud ALBURQUERQUE, 2016, p. 40).

Fontes estabelece uma divisão tripartite da historiografia sergipana. A primeira fase iria do início da década de 1890 até o fim da década de 1920; a segunda duraria de finais dos 1920 a finais dos 1950; e a terceira seria a partir do começo da década de 1960. Na primeira fase, ocorre o já citado “surto historiográfico” local, com a contribuição do trabalho de Felisbello Freire e a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 1912, instituição responsável por contribuir com os estudos históricos sergipanos, fomentar a produção e circulação do conhecimento local e servir de casa aos intelectuais alocados em terras sergipanas. A segunda fase seria definida como um período de decadência dos estudos históricos e descrédito na criatividade dos acadêmicos do passado de Sergipe; apesar disso, autores como Sebrão Sobrinho, Epifânio da Fonseca Dórea, Philadelpho Jonathas de Oliveira, João Dantas Martins dos Reis, Felte Bezerra e José Calasans trariam grandes contribuições à historiografia local, mas, na visão de Fontes, esse grupo atinha-se demasiadamente aos arquivos e fatos isolados, depreciando os estudos anteriores mais preocupados com a teoria e metodologia histórica. Na última fase, ocorreria uma retomada e transformação da historiografia local com a fundação da Universidade Federal de Sergipe. Para Silvério Fontes, a perspectiva local, que havia sido abandonada, é recuperada devido à possibilidade dos professores da UFS poderem dedicar-se mais à pesquisa e à docência, mantendo contato e cooperando entre si. Dessa época, cita autores como Acrísio Tôrres Araújo e J. Pires Wynne, avaliados como autores que não trouxeram nada de novo, e Jackson da Silva Lima, considerado um estudioso promissor da cultura do passado sergipano.

O intelectual itabaianense Vladimir Souza, com seu livro *Santas Almas de Itabaiana Grande* (1973), também seria um dos pioneiros na história da historiografia sergipana. A sua análise apresentou várias semelhanças com a visão de Silvério Fontes. O que muda é que, ao contrário deste último, Souza ressalta a importância do segundo livro de

Felisbello Freire, *Historia territorial do Brazil* (1906), ausente na explanação de Fontes. Além disso, Souza também resgata historiadores esquecidos pelo seu antecessor, como Clodomir Silva, critica a peleja intelectual entre sergipanos e baianos com devido à questão dos limites dos estados, e atenta-se aos estudos sobre os municípios sergipanos, que, apesar de mais memorialísticos, apresentavam um primeiro passo para as produções desses locais. Ainda que Souza apresentasse semelhanças com Fontes em seu trabalho, essa troca de informações entre ambos é improvável, tendo em vista que o trabalho do itabaianense foi concluído no início de 1972, antes da publicação da produção de Silvério Fontes nos *Cadernos da UFS* (ALBUQUERQUE, 2016).

Apesar dos dois autores serem os primeiros nesse campo de estudo, foi o trabalho de José Calasans Brandão da Silva que se tornou a principal referência em história da historiografia sergipana com *Introdução ao estudo da historiografia sergipana* (1973). Nesse trabalho, diferente de seus contemporâneos, ele propõe uma divisão quadripartite da historiografia local, considerando as memórias de Carlos César Burlamaque, as crônicas de Antônio José da Silva Travassos – *Apontamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe* (1875) – e Marcos Antônio de Souza – *Memória sobre a Capitania de Serzipe* (1877) – e as referências a Sergipe na bibliografia histórica nacional até o início do século XIX como a primeira fase da historiografia sergipana. A segunda fase se dá a partir de 1891 com a obra de Felisbello Freire, trazendo a influência da Escola de Recife para as terras sergipanas, tendo também como representantes Manuel dos Passos, Nobre de Lacerda, Padre Sampaio, Laudelino Freire e Baltazar Goes (SILVA, 1992).

A terceira fase ocorre com a fundação do IHGSE em 1912, com um aumento na produção intelectual local, o debruçamento sobre a questão dos limites com a Bahia, o incentivo à congregação dos estudiosos locais e a introdução de novos valores cientificistas, mas ligados ao contexto republicano (DANTAS, 2014). Nessa fase, Silva destaca Carvalho Lima Júnior, Armindo Guaraná, Elias Montalvão, Costa Filho, João de Matos, Clodomir Silva, Enock Santiafo, Manoel dos Passos, Pereira Barreto e Ivo do Prado. A terceira fase entra em declínio na década de 1930, quando a Revista do IHGSE deixa de circular durante uma década, retornando em 1939 por ocasião do centenário de Tobias Barreto. Nesse momento, que marca a quarta fase da historiografia sergipana, destacam-se Epifânio Dória, José Calasans, João Dantas Martins dos Reis, Felte Bezerra, Sebrão Sobrinho, José Augusto da Rocha Lima e José Amado do Nascimento. É também na década de 1940 que aparece a Revista de Aracaju, de Mário Cabral e Fernando Porto, com a *Coleção Estudos Sergipanos*, que traz um novo rumo

aos estudos históricos locais e influencia o Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para o qual José Calasans acreditava que passaria “o bastão de comando da historiografia regional” (SILVA, 1992, p. 32). Nesse período, os trabalhos de Zózimo Lima, Maria Thétis Nunes, Freire Ribeiro, Pires Wynne, Bonifácio Fortes, Manuel Cabral Machado, Carvalho Deda, Garcia Moreno, Severino Uchoa e vários outros comporiam o repertório historiográfico desse período.

## **2. HISTORIOGRAFIA SERGIPANA APÓS 1970**

O texto de Calazans serviu como um mapa das lacunas historiográficas locais, visto que traz divisões temáticas sobre o tipo de produção. Ao passo que a questão dos limites entre Sergipe e Bahia, a história dos municípios, as biografias, os livros didáticos e a formação étnica foram, para o autor, satisfatoriamente contemplados, campos como a economia, a formação social, a cultura e alguns pontos da história política apresentavam pouco aprofundamento dos estudiosos sergipanos. Em seu texto *Diálogos com Calasans: a historiografia sobre Sergipe nos últimos 30 anos*, Itamar Freitas (2007) apresenta uma revisão bibliográfica das produções historiográficas sergipanas publicadas após o estudo de José Calasans, dividindo-as de acordo com os temas que, para o autor, foram pouco pesquisados.

Após a década de 1970, no âmbito da economia, surgem estudos no Departamento de História da UFS, que depois passariam para o Departamento de Economia a partir dos anos noventa. No DHI, os trabalhos de Maria da Glória Santana Almeida, Lenalda Andrade Santos, Adelci Figueiredo Santos, Diana Maria de Faro Leal, Milton de Araújo e Sônia Maria Soares Batista abordaram a aspectos econômicos específicos de Sergipe. Apesar de trabalhos de síntese, como os de Ibarê Dantas, Terezinha Oliva e Maria Thétis Nunes, sobre a história sergipana trouxessem o tema da economia, somente no Departamento de Economia é que serão realizados trabalhos sobre a história geral de economia sergipana, como os de Josué Modesto dos Passos Subrinho, Antônio José Nascimento e Ricardo Lacerda.

No âmbito social, surgem estudos de caráter sociológico dos autores Ariosvaldo Figueiredo, Orlando Dantas, Beatriz Góis Dantas, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Lourival Santana Santos, Rosemiro Magno da Silva, Eliano Sérgio Azevedo Lopes, Maria Neli Santos, Antônio Fernando de Araújo Sá e Antônio Lindvaldo Souza, versando sobre, por exemplo, a escravidão em terras sergipanas, a questão do indígena e do negro, a reforma agrária e realidade camponesa, a vivência no sertão do São Francisco, as revoltas de escravos, as campanhas

abolicionistas, as lutas pela terra, os problemas sanitários e as políticas públicas e a ineficiência do aparato legal no controle da ordem pública em Sergipe.

Em relação à história política, Maria Thétis Nunes envereda o período colonial, pouco estudado à época de Calasans, além de se debruçar sobre as vivências do Império; Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida contribuirá com um trabalho sobre a evolução da política partidária sergipana entre 1830 e 1853; Lourival Santana Santos revisitará a implantação da República e Terezinha Oliva estudará a Revolta de Fausto Cardoso; Ibarê Dantas trará contribuições ao estudo do Tenentismo, da Revolução de 1930, do coronelismo e dos partidos políticos em Sergipe; por fim, Antônio Carlos dos Santos e Frederico Lisboa Romão dissertariam sobre coronelismo e sindicalismo.

Com a advento dos métodos antropológicos ao estudo da história, a historiografia cultural apresentou um vasto leque de produções. Em relação à literatura local, Jackson de Silva Lima foi o grande destaque, enquanto a produção teatral contou com trabalhos de Isaac Enéias Galvão e Sueli Carvalho. Sobre música, estudaram Antônio Alves do Amaral, Wellington dos Santos, Ivete Eça da Conceição e Leosírio Guimarães, ao passo que sobre dança contribuíram Dorinha Teixeira Machado e Ana Conceição Sobral de Carvalho. Acerca do cinema, Ivan Valença, Sueli Bispo da Silva e Djaldino Mota Moreno trouxeram importantes análises; Dilton Cândido Maynard estudou sobre o rádio e músicos populares, enquanto Verônica Maria Meneses Munes, Maria Lúcia de Carvalho Leite, José Anderson do Nascimento, Kátia Loureiro e Rogério Freire da Graça estudaram sobre arquitetura ou patrimônio edificado. Em relação à educação, Jorge Carvalho do Nascimento fez um panorama dos estudos históricos sobre o tema. As instituições religiosas e fraternais foram foco de pesquisas de Francisco José Alves e Péricles Andrade Júnior, enquanto Jônatas Silva Meneses, Clésia Oliveira Caetano Santos, Ester Vilas Boas e Edvar Freire abordaram as práticas protestantes, Beatriz Góis Dantas e Janaína Couvo estudaram as religiões afro-brasileiras e José Anderson do Nascimento versou sobre os espíritas. As ações da população em relação a epidemias foi alvo dos estudos de Amâncio Cardoso, Terezinha Oliva e Milton Barbosa, ao mesmo tempo em que as manifestações culturais populares foram vistas como especialista como José Calazans, Beatriz Góis Dantas, Paulo de Carvalho Neto, Luiz Antônio Barreto, Jackson da Silva Lima, Aglaé Fontes de Alencar e Núbia Marques. Os estudos sobre folclore e culturas populares ganharam força entre os anos setenta e oitenta com a *Revista Sergipana de Floclore*, a Campanha em defesa do Folclore Brasileiro, o Encontro Cultural de Laranjeiras, o Festival de Arte de São Cristóvão e a criação das secretarias e fundações municipais e estaduais para o fomento da cultura.

### 3. A HISTORIOGRAFIA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFS

Surgido em 1972, o DHI foi responsável por lançar importantes contribuições à historiografia sergipana, como *O Levantamento das fontes primárias da história de Sergipe* (1972) e *Heurística e a História de Sergipe* (1976) de José Silvério Leite Fontes; *Introdução ao estudo da historiografia sergipana* (1972) de José Calazans; *Silvio Romero e Manuel Bonfim, pioneiro de uma ideologia nacional* (1972) de Maria Thétis Nunes; *Camponeses e criadores na formação social da miséria em Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)* (1981) de Francisco Carlos Teixeira da Silva; *Da Educação à Revolução: Radicalismo republicano em Manoel Bomfim* (1991) de José Maria de Oliveira Silva; *Identidade Nacional e Manoel Bomfim. Sua contribuição* (1995) de Claudefranklin Monteiro Santos; *A escrita histórica de Sebrão Sobrinho: Uma análise de laudas da história de Aracaju* (1996) e *A Escrita da História na “Casa de Sergipe” (1913-1999)* (2000) de Itamar Freitas; *Maria Thétis Nunes: Uma contribuição para a historiografia sergipana* (1997) de Norberto Rocha de Oliveira; *Histórias dos municípios sergipanos: uma análise historiográfica* (1997) de Itamar Freitas, Péricles de Moraes Júnior Andrade e Elisandra Silva Santos; *“A Marcha da Civilização”: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire* (1998) de Francisco José Alves; *José Silvério Leite Fontes. Uma contribuição para a historiografia sergipana* (1998) de Ademir Pinto de Meneses; *O Beneditino Pesquisador: a contribuição de Epifânio Dória à historiografia sergipana* (1998), de Dilton Cândido Maynard; *“O Senhor da Velha Guarda”: notas acerca do pensamento historiográfico de José Calazans* (1999) de Carlos Antônio dos Santos; *A “República da Letras” em Sergipe (1889 – 1930)* (2001) de Cristiane Vitória de Souza; *A Historiografia de Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior: Introdução e Antologia* (2002) de José Wilson Moura Santos; *Breve história do I Congresso de História e Geografia de Sergipe (Aracaju 1942/1946)* (2005) de Rita Leita Cardoso; *Sob o Guia da História: dez discursos de Felisbello Freire na Câmara Federal* (2005) de Evilson Nunes; *Simplesmente Um Obscuro Intelectual Sergipano: Escritos Sobre a Vida Íntima de Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1885-1928)* (2005) de Isabela Costa Chizolini; *O que dizem as cartas? Formação e Consolidação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe a Partir de Uma análise de Correspondência de Epifânio Dória na Década de 1930* (2005) de Polyana Aragão Menezes Oliveira; *A Obra Histórica de Acrísio Torres Araújo: Uma Leitura da “Pequena História de Sergipe”* (2007) de Uilder do Espírito Santo Celestino; *A Escrita da História de Severiano*

*Cardoso no entardecer do Século XIX* (2007) de Maria Fernanda dos Santos; *As representações da história na literatura de cordel (um cordelista chamado Zé Antônio)* (2007) de Ítalo Elmo dos Santos Rodrigues; e *O Discurso Historiográfico de Francisco Iglesias em Historiadores do Brasil* (2007) de Saullo Guedes Resende (SÁ, 2008).

Os textos sobre a história da historiografia sergipana aqui citados foram escritos antes de 2008, de forma que não há uma sistematização sobre as produções historiográficas do DHI surgidas a partir de 2010. A fim de iniciar tal discussão, serão listados a seguir os trabalhos encontrados no Repositório Institucional da UFS que abordam temáticas da história e historiografia sergipana. A pesquisa observou os documentos associados ao Departamento de História, fazendo uma análise de títulos e palavras-chave para determinação de adequação à temática aqui referida, devido às possíveis inexatidões da pesquisa virtual por meio de termos específicos. Além disso, para fazer um levantamento mais exato das teses de mestrado, utilizado como base de dados a listagem feita no portal do Programa de Pós-Graduação em História da UFS.

#### **4. TESES E DISSERTAÇÕES DO PROHIS**

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe foi aprovado durante a 132ª Reunião do Conselho Técnico Consultivo de Educação Superior da CAPES, em dezembro de 2011. Primeiro curso de mestrado em História do estado, é coordenado pelos docentes Edna Maria Matos Antônio e Fabio Maza, e conta com duas linhas de pesquisa: Cultura, Memória & identidade e Relações sociais & Poder (APRESENTAÇÃO, c2009-2021).

Os primeiros trabalhos foram apresentados no ano de 2014 e, segundo listagem do site do PROHIS, totalizam 87 produções até o ano de 2020. Destas, a maior parte aborda a história sergipana: 46. A abordagem cultural é mais constante, destacando-se as representações e discursos veiculados na imprensa sergipana, as vivências espirituais e religiosas e os costumes do passado sergipano. No campo da história social, fazem-se presentes questões relativas à população negra e os embates político-ideológicos no campo da cultura. Chamam atenção a abordagem de trabalhos como *"Da arte de curar à prisão de um ocultista...": ocultismo, magia e ciência em Aracaju, SE (1923-1928)* (2014), de Daiane de Jesus Oliveira; *Ditadura, Política e Censura: Gazeta de Sergipe e Rádio Liberdade (1964-1969)* (2015), de Carla Darlem Silva dos Reis; *História e Cultura Afro-Brasileira em Sergipe: Antecedentes da Lei 10639/03 (1980-2003)* (2015), de Denise Maria de Souza Bispo; *"Ô levanta nego, cativo se acabou":*

*experiências de libertos em Sergipe durante o pós-abolição (1888-1900)* (2016), de Edvaldo Alves de Souza Neto; *"O sagrado direito de liberdade": Experiências de escravos e escravas nos Tribunais da Comarca de Estância/Sergipe (1871-1888)* (2017), de Moisés Augustinho dos Santos; *As práticas amorosas e normas socioculturais nas narrativas epistolares de Emilia e Joaquim Fontes (1890-1895)* (2017), de Joelma Dias Matias; *1964 em Sergipe: Golpe civil-militar, protestantismo e a Cruzada Cristo Esperança Nossa* (2017), de Ermerson Porto Santos; *Mulheres negras nas comarcas sergipanas (1888-1940): gênero, "raça" e classe* (2018), de Selma Silva Santos; *Riqueza e Sociedade na Comarca de Aracaju: um estudo sobre a dinâmica familiar da primeira elite de Aracaju (1855-1889)* (2018), de Bruna Morrana dos Santos; *"Em nome da Santíssima Trindade encomendo a minha alma": Morrer na cidade de São Cristóvão/SE (1864-1886)* (2019), de Marcia Oliveira Gama; *Guitarras elétricas, cabeludos, transviados e iê-iê-iê: Aracaju no embalo da Jovem Guarda (1965-1969)* (2019), de Wilian Siqueira Santos Gomes; *Entre Traços e Contextos: As charges de José Carvalho Déda no jornal A Semana (1959-1968)* (2020), de Amanda de Oliveira Santos; e *Em busca da liberdade: memória do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe (1975-1979)* (2020), de Maria Aline Matos de Oliveira. Nota-se uma predominância de recorte temporal contemporâneo, localizado principalmente no século XX, seguido da presença de temáticas situadas na segunda metade do século XIX.

## **5. TRABALHOS ACADÊMICOS DO DHI NA DÉCADA DE 2010**

Tendo em vista que a elaboração de um trabalho de conclusão de curso é obrigatória para se obter o diploma no curso de Licenciatura em História da UFS, a ocorrência de artigos e monografias nesse intuito é grande e ininterrupta. No Repositório Institucional da UFS, encontram-se somente produções do período entre 2014 e 2019, que totalizam 176 documentos. Destes, assim como no caso das teses de mestrado, a ocorrência mais frequente é de trabalhos sobre Sergipe: 98. Também se nota uma presença mais frequente das abordagens da história cultural e social, além de alguns trabalhos sobre a educação e a prática didática local. A presença de produções que trabalham questões relacionadas a minorias sociais faz-se bastante presente, da mesma forma que a utilização de jornais como fontes históricas é bastante frequente. Os trabalhos estão mais voltados ao estudo de acontecimentos e dinâmicas históricas ocorridos a partir do século XX, muitas vezes estendendo-se aos dias atuais. Há incursões no Sergipe do século XIX e na historiografia local, mas com reduzida frequência. A questão negra, a análise discursiva, os embates de memória, o impacto da modernidade, as manifestações culturais de

grupos sociais, as dinâmicas de poder, as relações em momento de guerra ou opressão, esses são temas bastante presentes nos trabalhos encontrados durante a pesquisa.

Chamam destaque as seguintes produções: *Representações da ditadura militar brasileira nos livros didáticos de história das escolas públicas sergipanas: (2010 - 2014)* (2015), de Diego Vinicius Santos Nascimento; *Em busca da liberdade: memória do movimento feminista pela anistia em Sergipe (1975 - 1979)* (2016), de Maria Aline Matos de Oliveira; *Conexão africana: fragmentos da vida do africano Caetano Ponciano dos Santos no pós-abolição em Sergipe* (2016), de Flávio Santos Nascimento; *Modernidade periférica: signos da modernidade na Aracaju no início do século XX* (2016), de Glauco Moura Santos; *A energia elétrica na cidade de Aracaju nas primeiras décadas do Séc. XX* (2016), de Fabricio Cardoso Noia da Silva; *Os primórdios do movimento hip hop em Aracaju* (2016), de Marcos Vinicius Santos da Silva; *Um quê de negritude: uma página na história do teatro negro sergipano* (2017), de Thamyres Suélem Sobral Lopes; *Uma fonte para a história do protestantismo em Sergipe: o primeiro livro de atas da Igreja Batista da Fé - Japaratinga/SE (1973 – 1986)* (2017), de Felipe Ferreira Nascimento Santos; *A imagem da mulher aracajuana na percepção do jornal Correio de Aracaju na Belle Époque (1906 – 1930)* (2017), de Valdeiza Alves dos Santos; *O morador de rua em foco: 50 matérias dos jornais sergipanos* (2017), de Thiago Vieira Alexandre; *Aspectos da escravidão urbana no Sergipe oitocentista: mercado, conflitos e poder local. (1850-1870)* (2017), de Denilza Viana de Almeida; *“Deus, pátria e família”: edição e análise de discursos manuscritos de integralistas de Sergipe (década de 1930)* (2018), de Thauan Santana Fonseca; *As famílias fundadoras de Aracaju (1853 - 1870)* (2018), de Débora Evelin Santos Rodrigues; e *A Segunda Guerra Mundial e o cotidiano de Aracaju: uma análise pela ótica dos jornais. (1942-1944)* (2018), de Ana Carla Cunha da Silva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As demandas historiográficas se modificam, e isso é percebido quando se estuda a história da historiografia. No caso de Sergipe, nota-se a urgência pela abordagem de temáticas relacionadas a pautas identitárias, num resgate da narrativa histórica por parte de grupos vulneráveis e minorais sociais, e à contemporaneidade, numa tentativa de compreender um passado recente que se desvela aos olhos de uma nova geração de historiadores de forma mais misteriosa e intrigante que o passado anterior. Vê-se um movimento de autoidentificação e compreensão do mundo recente no estudo da História, dado que o mundo pós-moderno traz

ressignificações profundas à realidade social e à necessidade de posicionamento dentro de um contexto amplo.

Há uma expansão notável dos tipos de fontes utilizadas na pesquisa histórica, na qual folhetins e jornais independentes, assim como cartazes, músicas, produções literárias, fotografias e registros orais assumem posição de importância cada vez maior no contexto da pesquisa histórica. Outros tipos de documento, como o fílmico e o pictórico, não se fazem muito presentes na historiografia sergipana, mas despontam como possibilidades palpáveis à construção do fazer historiográfico. Além disso, o enfoque em representações culturais modernas evidencia um movimento de encontro da cultura sergipana com um contexto mais amplo, inserindo o estado e suas manifestações culturais no âmbito da cultura globalizada.

A pesquisa aqui apresentada é insuficiente, de forma que uma análise mais atenta às produções realizadas no Departamento de História da UFS pode revelar de forma mais firme uma nova tendência da historiografia local. A nova geração de historiadores, inserida num mundo guiado pela cibercultura e pela globalização, está apta a trilhar por novos caminhos, adentrando em campos ainda não vasculhados. Além disso, posto que os anos finais da década de 2010 trouxeram momentos históricos inegavelmente marcantes nos contextos nacional e mundial, há uma grande possibilidade que as produções historiográficas da próxima década e adiante abordem essa relação da sociedade sergipana com o contexto político e sanitário vivenciados nesse fim de década. O futuro nos confirmará.

## **REFERÊNCIAS**

APRESENTAÇÃO. **PROHIS – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe**. 2009-2021. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt\\_br&id=735](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt_br&id=735). Acesso em: 9 fev. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DANTAS, Ibarê. A trajetória da Casa de Sergipe: 100 anos. *In*: ALBUQUERQUE, Samuel B. de M.; SANTOS, Magno Francisco de J. e SANTOS, Ane Luíse Mecnas (Orgs.). **História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe**. Aracaju: IHGSE, 2014.

FREITAS, Itamar. **A Escrita da História da Casa de Sergipe (1913/1999)**. São Cristóvão: EDUFS, 2002.

FREITAS, Itamar. Diálogos com Calasans: a historiografia sobre Sergipe nos últimos 30 anos. *In: **Historiografia Sergipana***. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007. p. 35-56.

FREITAS, Itamar. Indicadores da nova historiografia sergipana. *In: **Historiografia Sergipana***. São Cristóvão: Editora da UFS, 2007. p. 65-68.

LACOMBA, Juan Antonio. La historia local y su importancia. *In: CONGRESSO DE HISTORIA DE LINARES, 1., 2008, Linares, ES. **Actas I Congresso de Historia de Linares***. Linares, ES: Fundación Dialnet, 2012. p. 455-470.

REIS, José Carlos. **Teoria & história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. História da historiografia de/em Sergipe (1972-2007). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 37, p. 15-26, 2008. Disponível em: <http://www.ihgse.org.br/revistas/37.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2021.

SILVA, José Calasans Brandão da. Introdução aos estudos da historiografia sergipana. *In: **Aracaju e outros Temas Sergipanos***. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1992, p. 5-38.

## DIVERGÊNCIAS CONVERGENTES: ANÁLISE DOS EMBATES HISTORIOGRÁFICOS ENTRE ANTON BLOK E ERIC HOBSBAWM ACERCA DO BANDITISMO SOCIAL

CONVERGING DIVERGENCES: ANALYSIS OF THE HISTORIOGRAPHY DISPUTES BETWEEN ANTON BLOK AND ERIC HOBSBAWM ABOUT SOCIAL BANDITISM

Vitor Nunes da Silva<sup>1</sup> & Bruno Gonçalves Alvaro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo busca evidenciar o embate entre dois pesquisadores que durante sua carreira analisaram o fenômeno da revolta social em sociedades rurais. Eric Hobsbawm assumiu uma visão globalizante acerca dos fenômenos banditistas e buscou elaborar um conceito que unia os diferentes grupos bandidos ao redor do mundo. Anton Blok, por outro lado, os observou tanto como um mecanismo de manutenção da ordem existente quanto uma prática alinhada a ideologia dominante. O confronto travado pelos cientistas foi frutífero aos estudos das revoltas camponesas, estabelecendo limites teóricos e servindo como referências àqueles que buscam comparar sociedades distintas ou entender as representações acerca de grupos marginalizados. Nesse sentido, este trabalho apresentará ambas as visões acerca do *Banditismo Social*, expondo o debate traçado entre os autores e propondo um encontro entre suas teorias.

**Palavras-chave:** Banditismo Social; Revoltas Camponesas; Historiografia.

**ABSTRACT:** This article seeks to evidence the disputes between two researchers who analyzed the phenomenon of social protest in rural societies. On the one hand, Eric Hobsbawm took a globalizing view of banditry phenomena and elaborated a concept that united the different bandit groups around the globe. On the other hand, Anton Blok observed them as a mechanism that maintained the established order and some practices aligned to the dominant ideology. The confrontation waged by these scientists had been fruitful in the studies of peasant protests, established theoretical limits, and became references to researchers who seek to compare different societies or understand representations about marginalized groups. In this sense, this work will present both views on Social Banditry, exposing the debate between the authors and proposing a meeting between their theories.

**Keywords:** Social Banditry; Historiography; Peasant Revolt.

### INTRODUÇÃO

Os estudos acerca do *Banditismo Social* se iniciaram a partir dos trabalhos de Eric Hobsbawm. Seguindo os conceitos esboçados por Fernand Braudel (1949), o autor inglês analisou a literatura popular de diversas sociedades camponesas e observou um modelo de

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe, integrante do Domínum: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (CNPq-UFS). E-mail: vitorndsilva@outlook.com - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8238234427135527>

<sup>2</sup> Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: brunoalvaro@yahoo.com.br.

criminalidade endêmica em regiões rurais. Primeiro em *Primitive Rebels* (1957) e posteriormente em *Bandits*<sup>3</sup> (1969).

Hobsbawm discorreu acerca do *Banditismo* a partir da Idade Média e como a modernização fez surgir, no campo, grupos armados autônomos que utilizaram da Violência para combater a opressão e o fim das tradições.

Sua análise é tanto um estudo político quanto social. O autor nos permite observar os tensionamentos e negociações entre as forças que oprimem e aquelas que se recusam a obedecer enquanto dialoga com teorias marxistas, onde o conflito de classes tem papel definidor. A partir da disputa entre a sociedade tradicional e o processo de modernização, Hobsbawm separa a história do *Banditismo Social* em 3 períodos: seu nascimento – quando as sociedades tradicionais passam a fazer parte da sociedade de classes; sua transformação – a partir da ascensão do capitalismo local e mundial; e sua longa trajetória sob Estados e regimes sociais intermediários.

Tal modelo defende que os Bandidos Sociais se inseriram dentro dos limites da ordem moral da comunidade camponesa e foram vistos como heróis por desafiarem as imoralidades dos senhores de terra e dos representantes do Estado. No entanto, ao buscar adaptar suas evidências a este modelo de mobilização política, Hobsbawm esteve sujeito a questionamentos que apontaram as generalizações de sua tese. Seu principal crítico foi o antropólogo holandês Anton Blok (1972), que apontou como Hobsbawm constantemente definiu os bandidos como indivíduos únicos da sociedade camponesa, fruto da revolta servil contra os latifundiários e o Estado. Nesse sentido, para Blok (1972), os conflitos de classe e o *Banditismo* ganharam muita ênfase no debate historiográfico e ignoraram o aspecto ambíguo da relação entre bandidos e camponeses. Tal ambiguidade só poderia ser compreendida, portanto, ao traçar as complexas relações entre camponeses, senhores e bandidos e distinguindo-se os grupos de referência diretos de suas representações.

---

<sup>3</sup> *Bandits* foi publicado originalmente em 1969 pela Delacorte Press e analisamos neste artigo a 5ª edição brasileira, publicada em 2017 pela editora Paz e Terra. *Primitive Rebels* por sua vez foi publicado originalmente em 1959 pela Manchester University Press e analisamos neste artigo sua 3ª edição espanhola, publicada em 1983 pela Editorial Ariel.

## **BLOK X HOBSBAWM: QUESTIONAMENTOS EM CONSTRUÇÃO**

As mudanças sociais após a reconstrução europeia nos anos 1950 geraram uma nova intelectualidade ocidental. Este grupo esteve atento ao fortalecimento da URSS na política internacional, ao aumento de sua influência sobre os países subdesenvolvidos e às consequências do capitalismo industrial sobre as sociedades periféricas. É neste contexto político-cultural que Eric John Ernest Hobsbawm desenvolveu seus trabalhos. Nascido em 1917 em Alexandria, Egito, mudou-se para Berlim em 1931 e, com a ascensão de Hitler ao poder, imigrou para Londres em 1933 onde foi bolsista na Universidade de Cambridge. Nos anos 1960, ingressou no grupo de marxistas britânicos que buscavam entender a história da organização das classes populares, suas lutas e ideologias, através da chamada História Social.

Neste grupo estavam Christopher Hill, Rodney Hilton e Edward Thompson, historiadores insatisfeitos com o stalinismo e que criticavam as interpretações economicistas da História, a relação de hiper dependência da base sobre a estrutura, a explicação da superestrutura a partir dos interesses de classe, a noção de inevitabilidade histórica e a concentração da investigação histórica nos interesses de Marx e dos movimentos sociais ligados a ele. Neste sentido, os modos de produção não poderiam ser resumidos apenas às esferas produtivas da economia, do trabalho e das relações sociais durante a fabricação de produtos e mercadorias. Portanto, não há uma base econômica que determine a cultura de forma hierárquica, mas sim sujeitos que, em suas relações sociais com os outros e com o ambiente, produzem cultura.

Hobsbawm, por sua vez, desenvolveu trabalhos globalizantes sobre a história do trabalho e dos movimentos revolucionários na contemporaneidade. Em 1959 publicou *Primitive Rebels*, uma análise acerca das revoltas camponesas, seus modos de mobilização social e o caráter primitivos destes protestos:

Además, se trata de gentes prepolíticas que todavía no han dado, o acaban de dar, con un lenguaje específico en el que expresar sus aspiraciones tocantes al mundo. Pese a que por ello sus movimientos participan muchas veces de la ceguera y de la inseguridad del terreno en que se mueven, cuando se les compara con los que llamamos modernos, ni carecen de importancia ni son marginales. Hombres y mujeres como los que forman el objeto de este libro constituyen la gran mayoría de muchos, acaso los más, países aún en la actualidad, y la adquisición por su parte de la conciencia política ha hecho de nuestro siglo el más revolucionario de la historia (HOBSBAWM, 1983, p. 11-12).

Neste trabalho as revoltas sociais foram caracterizadas em três grupos: Os movimentos milenaristas, os revolucionários sectários e as formas não revolucionárias de protesto social. Neste último estão inseridos os bandidos sociais, tema aprofundado em *Bandits*, Publicado dez

anos após *Primitive Rebels* e que observa como a modernização fez surgir, em sociedades rurais, grupos armados autônomos que utilizaram da violência para combater a opressão e proteger valores e tradições.

Entendendo o *Banditismo* enquanto movimento pré-político presente em diversas sociedades camponesas, o autor dividiu os Bandidos em três categorias: O Ladrão Nobre (inspirado em Robin Hood e idealizado como humilde e bondoso, um paladino que corrige os erros e luta pela equidade social); Os Vingadores (que possuem características heroicas, mas que utilizam da violência em demasia e constroem para si um universo ético próprio) e os Haiduks (indivíduos sem compromisso imediato com a rebelião, mas que constantemente combatiam a serviço de senhores rurais e do Estado em troca de reconhecimento).

Em *Bandidos* (1969), o meio rural é analisado como espaço propício para a existência de grupos armados que – devido à falta de um mercado de trabalho que abarque a mão de obra local em sua totalidade – se associam à criminalidade como forma de sobrevivência e de combate à opressão. Estes bandos se avolumam durante os períodos de crise, se alicerçam ao meio rural e, unidos ao milenarismo e ao messianismo, ao invés de romper com a ordem tradicional de opressão, se aliam a ela. Tornam-se, portanto, produto da vida camponesa, colhendo apoio de grupos antagônicos e sustentando um determinado tipo de sociedade:

Isso porque o fato crucial na situação social do bandido é sua ambiguidade. Ele é um marginal e um rebelde; um homem pobre que se recusa a aceitar os papéis normais da pobreza, e que firma sua liberdade através dos únicos recursos ao alcance dos pobres — a força, a bravura, a astúcia e a determinação. Isto o aproxima dos pobres: ele é um deles também. Coloca-o em oposição à hierarquia dos detentores do poder, riqueza e influência. [...] Nada transformará um salteador rural em “fidalgo”, pois nas sociedades em que floresce o *Banditismo*, a nobreza e a burguesia endinheirada não são recrutadas entre a plebe. Ao mesmo tempo, porém, o bandido é inevitavelmente arrastado à trama da riqueza e do poder porque, ao contrário dos outros camponeses, ele adquire àquela e exerce este. Ele é “um de nós” constantemente envolvido no processo de associar-se a “eles”. Quanto mais bem-sucedido é um bandido, tanto mais ele é ao mesmo tempo um representante e paladino dos pobres e parte integrante do sistema dos ricos (HOBSBAWM, 2017, p. 115-116).

Antagonizando este modelo de *Banditismo Social*, Anton Blok iniciou, em 1972, um intenso debate com Hobsbawm. Antropólogo e professor da Universidade de Amsterdã, Blok se dedicou ao estudo de temas como a violência, conflitos rurais, patronato, *Banditismo* e dominação. Durante sua carreira, se debruçou sobre a história da Sicília e das máfias italianas

defendendo pesquisas que partem dos objetos de estudo e que posteriormente alcançam a implicações políticas ligadas a eles.<sup>4</sup>

Suas publicações na *Comparative Studies in Society and History*<sup>5</sup> se propuseram a revisar o modelo de *Banditismo Social* enquanto um movimento de mobilização política dos camponeses frente a opressão. Para o autor, os conflitos de classe e o *Banditismo* ganharam muita ênfase no debate historiográfico ignorando as ambiguidades da relação entre bandidos, camponeses e senhores de terras. Em sua análise, o autor defende que, para entender tais ambiguidades, é necessário observar as relações entre estes grupos e distingui-los entre suas referências diretas e construídas.

Blok (1972) aponta para as constantes generalizações presentes em *Bandidos* (1969): “Ele afirma que o *banditismo social* é um fenômeno universal e praticamente imutável que incorpora uma forma muito primitiva de protesto social organizado de camponeses contra a opressão”<sup>6</sup> (BLOK, 1972, p. 494). Para ele, Hobsbawm busca a todo momento provar seu ponto – o de que os bandidos são indivíduos únicos na sociedade camponesa, fruto da revolta servil contra os latifundiários e o Estado – e, portanto, desconsidera as evidências que o contradizem. Dessa forma, propondo uma revisão neste modelo, Blok aponta que as ações dos bandidos criaram uma atmosfera de medo que permitiu o controle sobre os camponeses e impossibilitou a mobilização social destes. Por meio da violência e da intimidação, os bandidos assumiram um papel fundamental na despolitização do campesinato:

Se entendermos a mobilização política enquanto um processo pelo qual as pessoas alcançam um maior controle sobre as condições sociais que moldam suas vidas, pode-se afirmar que os bandidos não parecem os agentes apropriados para transformar qualquer capacidade organizacional entre os camponeses em uma força política eficaz. Em vez de promover a articulação dos interesses camponeses em um contexto nacional, bandidos tendem a obstruir ou desviar a ação coletiva camponesa. (BLOK, 1972, p. 496)<sup>7</sup>

Sua análise propõe que os estudos sobre o *Banditismo* fujam de romantizações e não se limitem à mobilização política e ao protesto social e dialoguem com todo o complexo universo

---

<sup>4</sup> SUNIER, T.; VERKAAIK, O.; BLOK, A. **Serendipity and the Art of Fieldwork: Interview with Anton Blok**. Holanda: Stichting Etnofoor, Vol. 18, No. 2, DUTCH MASTERS, 2005. pp. 105-123.

<sup>5</sup> BLOK, A. The Peasant and the Brigand: Social Banditry Reconsidered. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, 14, n. 4, 1972. 494-503.

<sup>6</sup> He claims that social banditry is a universal and virtually unchanging phenomenon which embodies a rather primitive form of organized social protest of peasants against oppression (Tradução nossa)

<sup>7</sup> If we agree on political mobilization as a process through which people seek to acquire more control over the social conditions that shape their lives, it may be argued that bandits do not seem the appropriate agents to transform any organizational capacity among peasants into a politically effective force. Rather than promoting the articulation of peasant interests within a national context, bandits tend to obstruct or to deviate concerted peasant action. (Tradução nossa)

que cerca este conceito. Partindo da relação entre camponeses, senhores de terra e bandidos é possível delimitar os tipos sociais e excluir aqueles que o próprio Hobsbawm não considerou como Bandidos Sociais – ladrões urbanos; criminosos rurais que não são camponeses (como bandidos da baixa “nobreza”); invasores que formam uma comunidade própria, como os Beduínos; gangues como a Máfia; Jagunços; e os clássicos bandidos vingança de sangue (HOBSBAWM, 1969, p. 13-14).

O recorte nos objetos de estudo possibilita entender que a ambiguidade nas relações camponesas permitiu a ascensão de alguns grupos e a consequente opressão de outros. Tal ambiguidade pode ser facilmente interpretada como contradição, mas é parte fundamental das relações entre os grupos e indivíduos inseridos em uma sociedade senhorial. Tanto Hobsbawm quanto Blok entenderam tais contradições, no entanto, divergiram quanto a seus impactos e proporções. Enquanto o primeiro defendeu que o surgimento destes bandidos sociais é natural e fruto da ambiguidade: “Quanto mais bem-sucedido é um bandido, tanto mais ele é ao mesmo tempo um representante e paladino dos pobres e parte integrante do sistema dos ricos” (HOBSBAWM, 1969, p. 76), o segundo argumentou que o comportamento bandido não pode ser entendido apenas na sua relação com o campesinato, mas como parte de um contexto social mais amplo:

O que parece errado com a percepção de Hobsbawm sobre o *Banditismo* é sua atenção excessiva aos camponeses e aos próprios bandidos. Antes de olhar para eles, é necessário olhar para a sociedade maior em que as comunidades camponesas estão contidas (BLOK, 1972, 498)<sup>8</sup>

Blok rejeita a ideia de que os bandidos sociais dependiam do auxílio camponês para sobreviver e assume que seus interesses estavam voltados primariamente para os grandes proprietários de terras e políticos poderosos. Sua proteção dependeria, portanto, do apoio do poder dominante e, nesta realidade, os camponeses seriam o elo mais fraco.

O foco de pesquisa de Blok são os bandidos sicilianos e é a partir deste que o autor desenvolve sua crítica, demonstrando como as conexões entre os bandidos e o poder dominante levaram a práticas denominadas por ele de “antissociais”. O poder senhorial nestas regiões levou a manipulação dos grupos de bandidos que, diferente do que é defendido por Hobsbawm, não buscavam uma luta contra a opressão, mas lutavam contra as mobilizações políticas camponesas. Isto era feito, segundo Blok, de duas maneiras: “primeiro, reprimindo a

---

<sup>8</sup> What seems wrong with Hobsbawm's perception of brigandage is that it pays too much attention to the peasants and the bandits themselves. Before looking at them, it is necessary to look at the larger society in which peasant communities are contained. (Tradução nossa)

ação camponesa coletiva através do terror; segundo, traçando caminhos para a ascensão social que, como muitos outros laços verticais em sociedades camponesas, tendem a enfraquecer as tensões de classe” (BLOK, 1972, p. 500)<sup>9</sup>.

Blok acredita que para compreender os bandidos precisamos entender quem ou o que as sociedades idealizam como tal. Para isso ele se refere às ideias de Elizabeth Bott (1964)<sup>10</sup> que define uma distinção entre grupos de referência diretos e construídos. Os primeiros são grupos verdadeiros, com normas internalizadas pelos indivíduos; os segundos se referem a um conceito ou categoria social. A noção de bandido social criada por Hobsbawm está mais para uma representação, uma construção conceitual já que representa aspirações de determinados grupos. Essas aspirações se solidificaram e se transformaram em um campo mitológico criado a partir do medo – praticado pelos bandidos a partir da violência psicológica e material – e do respeito – construído a partir da ascensão social e econômica de determinados indivíduos e de sua manutenção de valores exaltados pela comunidade.

As discussões entre os autores se estenderam durante todo o século XX em edições da *Comparative Studies in Society and History* e em edições posteriores de *Bandits e Primitive Rebels*. Em 2000, Hobsbawm retomou as críticas ao seu modelo e, acerca das críticas de Blok, o autor reafirmou que o *Banditismo Social* é uma aspiração da população camponesa, que transforma bandidos em heróis, à medida em que a violência é direcionada aos opressores. Entretanto, a menos que gozassem de proteção da comunidade local, esses bandidos, que começavam corrigindo injustiças sociais, eram cooptados e coagidos pelos poderes de mando regional. Dessa forma, Hobsbawm entende as limitações de seu modelo e observa a necessidade de se analisar o *Banditismo* enquanto fenômeno político:

Não obstante, parece-me que Blok acerta quando diz que “o erro na percepção do *Banditismo* por parte de Hobsbawm é que ele presta demasiada atenção aos camponeses e aos próprios bandidos”, isto é, não presta atenção suficiente à sociedade em geral e a suas estruturas de poder e política. De modo algum negligenciei essas questões em meu livro (por exemplo, no capítulo 7), e fiz um ligeiro esboço de um quadro mais amplo de análise histórica. Entretanto, como eu mesmo observei em outro texto, “é possível que um modelo que se concentre na função — real ou atribuída — do protesto social do bandido não seja o quadro mais apropriado para [...] a análise [...] uma vez que esse quadro deve considerar a totalidade do fenômeno, possa ser ele classificado como protesto social ou não. [...] O *Banditismo*, é claro, não pode ser entendido fora do contexto da política. (HOBBSAWM, 2017, p. 196).

---

<sup>9</sup> first, by putting down collective peasant action through terror; second, by carving out avenues of upward mobility which, like many other vertical bonds in peasant societies, tend to weaken class tensions. (Tradução nossa)

<sup>10</sup> BOTT, Elizabeth. **Family and Social Network**. London: Tavistock, 1964.

Acerca das generalizações e das tentativas de assumir um heroísmo inerente a alguns bandidos o autor afirma que seu modelo não propõe que todo bandido camponês seja social ou heroico, mas que no campo surgem tais figuras que lutam contra as injustiças sociais. Além disto, ele acredita que o mito do bandido não se limita à zona rural, mas envolve indivíduos de outras regiões, sempre servindo como motor para a insatisfação e a luta pela redistribuição de renda. Em sociedades europeias do século XIX os bandidos foram associados aos marginais, mendicantes e forasteiros e seus atos foram julgados pelas lentes do período, onde a religião foi a principal régua moral e não havia separação entre os atos e os indivíduos.

Portanto, estudar o *Banditismo* é compreender as diferenças entre os bandidos sociais e os bandidos comuns. Estas variedades são construídas pelas sociedades em seus respectivos tempos históricos, delimitando, em todas elas, tipos de bandidos "bons" e "maus", contudo:

A distinção entre atos que são e que não são considerados antissociais pode variar bastante segundo o momento, o lugar e o ambiente social, mas existe em todas as sociedades. Em certos casos é possível que normalmente se reconheçam circunstâncias atenuantes para atos considerados antissociais ou "imorais", e entre os pobres e os fracos ou as pessoas que se solidarizam com eles essas circunstâncias atenuantes podem ser ainda mais generosas: mas isso não muda o caráter antissocial de tais atos. Algumas sociedades são mais tolerantes do que outras. Entretanto, todas reconhecem a diferença entre o que é "criminoso" (imoral) e o que não é. A confusão surge entre os observadores que aplicam os critérios de outras épocas e outros lugares, ou de outros grupos sociais (inclusive das "autoridades"); e os pesquisadores que tentam definir uma analogia entre o *Banditismo Social* e o comum às vezes incorrem nessa confusão (HOBSBAWM, 2017, p. 204-205).

## **NOVAS CRÍTICAS, NOVAS CONSTRUÇÕES**

As disputas acerca do conceito de *Banditismo Social* se estenderam nos anos seguintes em autores como Richard Slatta (1991) e Saint-Cassia (2001). O primeiro defendeu que valorizar demais os dados oficiais e ignorar as fontes populares e a história oral é prejudicial aos estudos sobre *Banditismo*. No entanto, a supervalorização das canções, mitos e tradições pode também limitar as pesquisas sobre o tema. Estes perigos, segundo o autor, estão nas armadilhas que a memória impõe sobre o trabalho do historiador, apagando ou acrescentando informações que levam a atalhos perigosos dentro da pesquisa. Saint-Cassia (2001), por sua vez, se referiu ao *Banditismo* como um fenômeno de sociedades não modernizadas ou em processo de modernização, mas defendeu que para entendê-lo é necessário particularizar a abordagem aplicada.

Ao se utilizar majoritariamente de fontes policiais ou jornalísticas para entender o *Banditismo*, historiadores tenderam a observar os bandidos como grupos subalternos a serem

combatidos. No entanto, o cotejamento e a comparação com fontes orais e relatos externos aos grupos dominantes ampliou a compreensão acerca deste fenômeno histórico. Nesse sentido, tanto Slatta (1991) quanto Saint-Cassia (2001) associaram o *Banditismo* a falta de controle do Estado nas regiões periféricas, sem esquecer da importância de relativizar a relação entre o Estado e o *Banditismo*. Ambos entendem que o termo *Bandido*, quando utilizado pelo Estado, caracterizou-se por uma forma de resistência violenta que só pôde ser combatida por outra forma igualmente brutal de repressão. Dessa forma, a permanência ou declínio do *Banditismo* em uma sociedade dependeu de uma complexa relação de variáveis:

Incluindo a estrutura social e a ecologia política de uma determinada região; a natureza e a distribuição da propriedade, do acúmulo de capital (sejam propriedades fixas ou bens variáveis e arriscados, como o gado) e os meios disponíveis para legitimá-lo; a presença ou ausência de confiança e sua relação com o desenvolvimento da sociedade civil; processos eleitorais subdesenvolvidos, que podem incentivar táticas de coerção; e a predominância de constante insegurança ao invés da miséria permanente em sociedades comunocêntricas, sendo o primeiro mais propício ao *Banditismo* (SAINT-CASSIA, 2001, p. 374)<sup>11</sup>

Desta forma, este artigo se propõe a buscar uma conciliação entre diferentes perspectivas acerca do *Banditismo Social*. Busca-se aqui uma correlação entre a noção de Bandidos feita por Hobsbawm (Rebeldes Sociais primitivos), oportunistas individuais (propostas pelo governo do período) e a de capangas cooptados por grandes proprietários rurais (assumida por Anton Blok). Neste sentido, concordamos com Gilbert Joseph (1990) de que a supervalorização dos trabalhos de Hobsbawm possa ser prejudicial para os estudo sobre o tema, pois limitar-se ao conceito de *Banditismo* pode impedir os pesquisadores de terem uma visão ampla e inovadora sobre a ação social camponesa e sua mentalidade. Seu retrato de um *Banditismo Social* como um fenômeno universal e virtualmente imutável levou a vulgarização da teoria e à uma vasta produção de narrativas que glorificaram bandidos heróis na América Latina e no resto do mundo.

Analisando casos fenômenos banditistas de forma particular, torna-se incontestável a ambiguidade da relação Bandidos – Camponeses – Senhores. Portanto, o revisionismo proposto pela Nova História Social dos anos 1970-80 por autores como Billy Jaynes Chandler (1978)<sup>12</sup>,

---

<sup>11</sup> Including the social structure and political ecology of a particular region; the nature and distribution of property and capital accumulation (whether landed or movable and precarious, such as livestock) and the means available to legitimate it; the presence or absence of trust and its relationship to the development of civil society; underdeveloped electoral processes, which may encourage strong-arm tactics; and the predominance of permanent insecurity rather than permanent misery at the grass roots, the former being more conducive to banditry. (Tradução nossa)

<sup>12</sup> CHANDLER, Billy Jaynes. **The Bandit King: Lampião of Brazil**. EUA: A & M Press, 1978.

Linda Lewin (1979)<sup>13</sup>, Paul Vanderwood (1981)<sup>14</sup> e Rosalie Schwartz (1989)<sup>15</sup> foram essenciais para entender as limitações do modelo de Hobsbawm. Tal revisionismo construiu uma matriz social particular e complexa acerca do *Banditismo Social* na América Latina. Um modelo mais efetivo para se pesquisar setores rurais remotos, com comunidades camponesas em crescimento e senhores de terras distantes pois, segundo Joseph (1990), os conceitos criados por Hobsbawm “foi inspirado principalmente por sua familiaridade com as sociedades mediterrâneas e europeias” (JOSEPH, 1990, p. 14)<sup>16</sup>.

A compreensão dos fenômenos banditistas perpassa, necessariamente, pela análise das representações e do uso da violência para legitimar a força em regiões camponesas. Entretanto, para se captar a dimensão desta violência é necessário diferenciá-la de atos performáticos e de um sistema de símbolos e ações que afetam o campo social em que os bandidos operam. É importante entender também que a cumplicidade dos camponeses não esteve sujeita apenas à violência e ao terror, mas também foi espontânea e lucrativa. Por exemplo, na edição do Diário da Manhã de Recife, do dia 12 de outubro de 1927 a manchete era: “Os cangaceiros e a Polícia – Como se faz um cangaceiro? Gavião e Ventania, dois ex-companheiros de Lampião, conversam sobre o *Banditismo*”, onde o editorial traz:

[...]Veja-se, de relance, o quadro desdoirante: vai uma força volante da polícia em perseguição a fugitivo bando de cangaceiros. Este, na retirada ou nos avanços, estacionou em villas e povoados, perdidos na rota dos scelerados. Filhos da mesma região, padecentes do mesmo mal de abandono official, quasi sempre os homens do cangaço respeitam a gente dos villarejos, distribuem com os pobres, a mão larga, o producto de saques anteriores, confraternizam com os "matutos" prestimosos, que lhes não atacam a retaguarda, nas retiradas. [...] Perdido nos ermos dos sertões, entregue a si mesmo, ao recurso de suas próprias eventualidades, tão desapoiado do resto do paiz que não conta com o seu auxilio, mediato ou immediato, o sertanejo não vacilla: acolhe a todos com a mesma bondade, bandidos ou caçadores de bandidos. O sertanejo, villipendiado nas suas mais queridas reservas de affectividade, vendo que o sabre do governo sangrou a carotida dos amigos e parentes, que o fusil da tropa alvejou, de golpe, a velha mãe doente ou filho engatinhante, alista-se nos grupos do cangaço. Abandona as lavouras e entra na lucta, fora da lei, contra o governo, que o infelicitou. Engrossando as fileiras irregulares dos bandidos ingressam, assim, e quasi diariamente, legiões de sertanejos – compellidos pelo nosso modo de policiaar a vida do crime (OS CANGACEIROS E A POLÍCIA..., 1927, p.2).

Se torna difícil distinguir entre as ações bandidas de cunho pessoal daquelas com objetivos políticos. Claro que os Bandidos buscaram associar todos os seus atos a ações

<sup>13</sup> LEWIN, Linda. **The oligarchical limitations of Social Banditry in Brazil: the case of the “good” thief Antonio Silvino**. Reino Unido: Past & Present, v. 82, Issue 1, February 1979. p. 116–146.

<sup>14</sup> VANDERWOOD Paul J. **Disorder and Progress: Bandits, Police, and Mexican Development**. EUA: University of Nebraska Press, 1981.

<sup>15</sup> SCHWARTZ, Rosalie. **Lawless Liberators: Political Banditry and Cuban Independence**. EUA: Duke University Press, 1989.

<sup>16</sup> was inspired primarily by his familiarity with Mediterranean and European societies. (Tradução nossa)

personalistas, sendo a retaliação violenta uma forma de justiça própria e que não deveria ser reportada ao Estado. Porém, em consequência disto, os representantes estatais – políticos, sociedade jurídica, imprensa – associavam o apoio camponês a um barbarismo que deveria ser extirpado e a uma fraqueza moral típica de indivíduos manipuláveis.

Essas representações construíram-se de forma torpe e indistinguível aos ideais parentescos tão relevantes às comunidades camponesas e ignoraram a dimensão moral da relação de cumplicidade entre bandidos e camponeses. Nesse sentido, Saint-Cassia (2001) dividiu estas ações em dois tipos: *expressiva* e *instrumental*. A análise de Hobsbawm seguiu a primeira interpretação, onde a violência é uma manifestação da rebeldia primitiva. Blok, por sua vez, observou a violência como um instrumento, que garantiu a submissão dos camponeses por meio de uma forma distinta de poder pessoal e de superioridade e que precisava ser constantemente reforçada. Atos de generosidade, bem-aventurança, imparcialidade e arbitrariedade seletiva contribuíram para uma valorização mítica do bandido ou mafioso, personalização que gerou respeito, empatia e um inalienável capital simbólico.

## **OS PONTOS DE ENCONTRO E A IMPORTÂNCIA DO DEBATE PARA A HISTORIOGRAFIA**

Acreditamos que, mesmo com a longa divergência, as ideias de Blok e Hobsbawm são similares, mas enxergam os fenômenos banditistas por prismas distintos. Dessa forma, suas interpretações podem servir a estudos futuros acerca do *Banditismo Social* e suas implicações políticas. Primeiramente, ambos entendem que as representações heroicas da consciência popular eram contraditórias ao verdadeiro comportamento dos bandidos. Nesse sentido, as análises acerca destes grupos precisam observar as complexidades das fontes historiográficas e se aproximar de fontes oficiais a medida em que as relaciona com fontes orais e representações populares. A historiografia brasileira acerca do Cangaço tem demonstrado como este distanciamento e olhar crítico em relação às representações anteriores sobre o *Banditismo* servem para estabelecer um panorama social mais amplo. Trabalhos com o de Frederico Pernambucano de Melo (2004) e Luitgarde Barros (2000) evidenciam a relação dúbia entre cangaceiros, camponeses e senhores de terra e os elementos particulares à sociedade nordestina, como a colonização, as crises agrárias e os movimentos milenaristas.

Outro ponto de encontro entre Blok e Hobsbawm é a importância dada às narrativas e representações para a solidificação de formas de protesto nas comunidades camponesas. Como

apontado por Ferreras (2003), em regiões de base agrícola, os tipos sertanejos serviram à construção da identidade nacional. O arquétipo da revolta sertaneja, seja ela coletiva – por meio das mobilizações camponesas – ou individual – muito utilizada na literatura romântica – serviu para apresentar a imagem dos bandidos como “pessoas violentas lutando contra o irreversível avanço da modernidade, identificadas com os valores patriarcais tradicionais e associadas à liberdade absoluta do bom selvagem” (FERRERAS, 2003, p. 211-212). Na América Latina houve um uso político destes “heróis” camponeses na construção da imagem do homem sertanejo e na proteção de valores tradicionais. Enquanto na Argentina os escritores encontraram no sertanejo um rebelde ideal contra a severidade dos regimes totalitários no Nordeste brasileiro tais representações serviram a formação de uma identidade regional. Nela, os cangaceiros, assim como o homem sertanejo, serviram a formação do “ser nordestino”, funcionando como arquétipo do macho ideal, defensor das tradições, em oposição à uma suposta modernização feminina. Neste sentido, tais arquétipos seriam definidos como um tipo tradicional:

um tipo voltado para a preservação de um passado regional que estaria desaparecendo. Um passado patriarcal, que estaria sendo substituído por uma sociedade "matriarcal", efeminada. o nordestino é definido como um homem que se situa na contramão do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada, artificial, histórica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos. O nordestino é definido como um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava (ALBUQUERQUE, 2003, p. 150).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estudar o *Banditismo* é entender as limitações deste modelo e observar a matriz social complexa em que este fenômeno esteve inserido na América Latina. Além disto, é necessário reconhecer as perspectivas dos camponeses enquanto sujeitos nas mudanças políticas de suas sociedades e observar que suas consciências estão imersas em um processo histórico dinâmico, com forças políticas e sociais identificáveis e não em um processo ontológico de mentes pré-políticas como afirmado por Hobsbawm.

Neste sentido, trabalhos comparativos entre sociedades distintas, que observem as representações de grupos marginalizados, podem fazer bom uso deste conceito. O exercício comparativo propõe a busca por mecanismos de pensamentos observáveis entre elementos distintos a fim de entender o sistema que interliga estes traços sociais diversos. Definindo os núcleos conceituais próximos às sociedades estudadas, sem exercitar analogias simples entre

temas supostamente próximos. Assim, buscando mecanismos de pensamentos observáveis sem aproximações compulsórias entre elementos distintos é possível entender o sistema que interliga traços sociais diversos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste — 1920/1940)**. Maceió: Catavento, 2003.

BARROS, L. O. C. **Antropologia da honra: uma análise das guerras sertanejas**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.29, n.1/2, 1998, p.160-168.

\_\_\_\_\_. **Cangaço - Violência no sertão do nordeste**. São Cristóvão: Ponta de Lança, v.12, n. 22, jan.-jun. 2018. pp. 63-77.

BIRKBECK, C. **Latin American Banditry as Peasant Resistance: A Dead-End Trail?**. Pittsburgh: The Latin American Studies Association - Latin American Research Review, v. 26, n. 1 (1991). pp. 156-160.

BLOK, A. **The Peasant and the Brigand: Social Banditry Reconsidered**. Cambridge: Cambridge University Press - Comparative Studies in Society and History, v. 14, n. 4, 1972. p. 494-503.

BLOK, A; SUNIER, T.; VERKAAIK, O. **Serendipity and the Art of Fieldwork: Interview with Anton Blok**. Holanda: Stichting Etnofoor, Vol. 18, No. 2, DUTCH MASTERS, 2005. pp. 105-123.

BOTT, Elizabeth. **Family and Social Network**. London: Tavistock, 1964.

CHANDLER, Billy Jaynes. **The Bandit King: Lampião of Brazil**. EUA: A & M Press, 1978.

FERRERAS, N. O. **Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina**. São Paulo: História [online]. 2003, v. 22, n. 2, pp. 211-226.

HOBBSAWM, E. J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. **Rebeldes Primitivos: Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX**. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Reply**. Cambridge: Cambridge University Press - Comparative Studies in Society and History, v. 14, n. 4.1972. p. 503-505.

JOSEPH, G. M. **"Resocializing" Latin American Banditry: A Reply**. Pittsburgh: The Latin American Studies Association - Latin American Research Review, v. 26, n. 1, 1991. pp. 161-174.

\_\_\_\_\_. **On the Trail of Latin American Bandits: A Reexamination of Peasant Resistance**. Pittsburgh: The Latin American Studies Association - Latin American Research Review, v. 25, n. 3, 1990. pp. 7-53.

LEWIN, Linda. **The oligarchical limitations of Social Banditry in Brazil: the case of the "good" thief Antonio Silvino**. Reino Unido: Past & Present, v. 82, Issue 1, February 1979. p. 116-146.

MELLO, F. P. **Aspectos do banditismo rural nordestino**. Recife: Ci. & Tióp. 1974.

\_\_\_\_\_. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa, 5. Ed, 2011.

OS CANGACEIROS E A POLÍCIA – Como se faz um cangaceiro? Gavião e Ventania, dois ex-companheiros de Lampião. **Diário da Manhã**, Recife, ano 1, n. 150, p. 2, 12 de outubro de 1927.

PERICÁS, L. B. **Cangaço e banditismo social: breves considerações**. Campinas: RURIS - Rev. Cent. Estud. Rur. v. 9, n. 2. 2015. p. 45-61.

SAINT CASSIA, P. Banditry. In: STEARNS, P. **Encyclopedia of european social history from 1350 to 2000**. Nova York: Charles Scribner's Sons, 2001. pp. 373-382.

SANTOS, F. W. M. **A imagem do cangaço nos jornais cearenses (1920-1930)**. IN: ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História. Anais... Recife: UFPE, 2019. pp. 1-17. Disponível em:

[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565711907\\_ARQUIVO\\_REVISADOAN\\_PUHWILTONAIMAGEMDOCANGACONOSJORNAISCEARENSES.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565711907_ARQUIVO_REVISADOAN_PUHWILTONAIMAGEMDOCANGACONOSJORNAISCEARENSES.pdf). Acesso em: 31 de Agosto de 2020.

SCHWARTZ, Rosalie. **Lawless Liberators: Political Banditry and Cuban Independence**. EUA: Duke University Press, 1989.

SLATTA, R. Bandits and Rural Social History: A Comment on Joseph. Pittsburgh: The Latin American Studies Association - Latin American Research Review, v. 26, n. 1, 1991. pp. 145-151.

**Divergências convergentes: análise dos embates  
historiográficos entre Anton Blok e Eric Hobsbawn  
acerca do Banditismo Social**

**VITOR NUNES DA SILVA  
BRUNO GONÇALVES ALVARO**

VANDERWOOD Paul J. **Disorder and Progress: Bandits, Police, and Mexican Development.** EUA: University of Nebraska Press, 1981.

## A ARTE DE CURAR E AS INTERAÇÕES SOCIOCULTURAIS DE JOSÉ MARIA DOMINGUEZ Y DOMINGUEZ EM ARACAJU/SE (1923 – 1928)

THE ART OF HEALING AND THE SOCIO-CULTURAL INTERACTIONS OF JOSÉ MARIA DOMINGUEZ AND DOMINGUEZ IN ARACAJU/SE (1923 – 1928)

Daiane de Jesus Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo busca compreender as práticas e representações da cura em Aracaju, capital do estado de Sergipe, a partir das interações socioculturais estabelecidas pelo espanhol José Maria Dominguez y Dominguez, entre os anos de 1923 e 1928. Esse trabalho segue a abordagem da micro-história. Dominguez atuava afirmando ser médico eletromagnetista e ocultista. Assim, suas práticas iam da magia à medicina, chegando a ser processado como charlatão e curandeiro. Na ausência de informações diretamente relacionadas ao protagonista dessa história, exploramos as possibilidades históricas do contexto em que viveu (DAVIS, 1987). Ele se encaixava em categorias como as de feiticeiro/curandeiro e médico, que permitiu que houvesse uma boa recepção nas relações que estabeleceu, de acordo com a “estrutura da conjuntura” da época (SAHLINS, 1990).

**Palavras-chave:** Artes de curar; Representações; Interações socioculturais.

**ABSTRACT:** This article seeks to understand the practices and representations of healing in Aracaju, the state capital of Sergipe, from the socio-cultural interactions established by the Spanish Jose Maria Dominguez y Dominguez, between the years 1923 and 1928. This work follows the approach of micro-history. Dominguez acted claiming to be medical eletromagnetista and occultist. Thus, their practices were the magic medicine, getting to be processed as a charlatan and a healer. In the absence of information directly related to the protagonist of this story, we explore the possibilities of the historical context in which he lived (Davis, 1987). He fit into categories such as wizard / healer and doctor, who let it be a good reception in the relations it has established in accordance with the "structure of the conjuncture" of the time (SAHLINS, 1990).

**Keywords:** Art of healing; representations; Sociocultural interactions.

### INTRODUÇÃO

Em 06 de maio de 1923, por meio de uma denúncia feita pelo Serviço de Profilaxia e Saneamento Rural de Sergipe, foi realizada a investigação do suposto charlatão José Maria Dominguez y Dominguez em Aracaju, capital do Estado de Sergipe. Para não restar dúvidas sobre a culpa do mesmo, foi elaborado um plano entre o Serviço de Profilaxia e a polícia. O guarda sanitário Antônio Sylvio Bastos chegou ao consultório do suspeito, que ficava numa sala da casa em que o mesmo residia. Ele explicou que estava doente e precisava de uma

---

<sup>1</sup> Mestre em História (UFS). Professora da Rede Pública Estadual de Sergipe (SEDUC-SE). E-mail: daianemitsune@gmail.com. Este artigo se trata de uma adaptação do terceiro capítulo da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS).

consulta, alegando estar desempregado e sofrer com uma “aflição de espírito”. O investigado o atende e faz o diagnóstico de seu paciente, explicando-lhe que o sofrimento pelo qual vinha passando era resultante de uma promessa de casamento não cumprida. Para realizar a cura, pediu um lenço e que ele voltasse uma hora da tarde para receber o “remédio” para o mal que sofria.<sup>2</sup>

Ao sair da casa do suspeito, Bastos encontra o guarda civil Abílio dos Santos. O falso doente conta que foi atendido e o nome que havia dado estava escrito em um livro de notas junto ao preço da consulta no valor de 10 mil réis, e do tratamento, que havia custado 120 mil réis. O guarda civil chamou o investigado e deu voz de prisão em nome do chefe de polícia. Enquanto isso, numa esquina da Rua Santa Luzia, os membros do Serviço de Profilaxia, Phoción Serpa e Luiz Lameira Ramos, que assistiam ao ocorrido, se dirigiram até a casa do suposto charlatão e ajudaram o guarda civil na apreensão de objetos capazes de incriminá-lo. Foram encontrados livros de medicina e de magia, além de objetos ligados a essas duas práticas.

O suspeito foi conduzido até a Chefatura de Polícia. O primeiro delegado de polícia Afonso Ferreira dos Santos mandou que fosse lavrado o auto de flagrante delito, determinando que as testemunhas e o acusado fossem ouvidos. Ele se chamava José Maria Dominguez y Dominguez, disse ser espanhol, ter 44 anos, casado e que sabia ler e escrever. Quando perguntado sobre a profissão que exercia declarou ser ocultista e comerciante. Ele morava na cidade de Aracaju há aproximadamente um mês. A princípio se estabeleceu numa casa que ficava nas imediações da Praça Vinte e Quatro de Outubro, número 4, região central de Aracaju, em frente ao Rio Sergipe. Essa foi uma zona portuária de grande importância comercial. Nessa época era conhecida pela população como Praça da Cadeia, em razão da antiga cadeia pública estar situada em seu entorno. Além disso, funcionavam a Alfândega e o Quartel General. Atualmente é chamada de Praça General Valadão, situada na Avenida Rio Branco. Entretanto, depois se mudou para a Rua Santa Luzia, que ficava a poucos quarteirões da residência anterior.

Prisões como a de Dominguez se tornaram cada vez mais comuns no início do século XX, como desdobramento do projeto de modernização do país criado pelo governo brasileiro. Esse projeto incluía a repressão às práticas de cura consideradas supersticiosas e fruto da ignorância de grande parte da população brasileira, que estava distante do saber médico (SEVCENKO, 2006). Apesar dos esforços empreendidos por médicos, juristas e governantes,

---

<sup>2</sup> Ver: SERGIPE. Processo-crime em que foi réu José Maria Dominguez y Dominguez. **Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe**. Cx. 03/2628. 06/05/1923, fl. 51.

as práticas de cura realizadas por este personagem histórico continuavam a atrair grande número de pessoas (BERTUCCI, 2003; WEBER, 1999; WITTER, 2001).

O que buscamos compreender nesse trabalho não é a excentricidade de Dominguez, mas o que a história dele pode nos contar sobre o contexto em que viveu. Através da abordagem da micro-história conheceremos suas práticas e representações da cura e de que modo estas dialogavam com as que existiam na capital sergipana, identificando os pontos em que convergiam, tornando possível a relação entre esses dois mundos.

O processo aberto contra Dominguez foi encerrado em 1928, após várias audiências. Antes disso, porém, ele tentou permanecer em Sergipe assumindo legalmente o ofício de curar através de uma petição de *habeas corpus*. Ao refletirmos sobre essa atitude, entendemos que o desejo dele em permanecer em Sergipe, mesmo após ser preso, aconteceu pela boa aceitação que obteve por pessoas a quem ele prestou seus serviços. Afinal, que pessoa ficaria em um lugar que não é aceito e não pode exercer sua profissão? Contudo, não dispomos de fontes que revelem quem eram as pessoas que foram atendidas por Dominguez. Mas, trabalhando a partir da verossimilhança (DAVIS, 1987), iremos expor outras situações envolvendo os praticantes da medicina não autorizados e que revelam práticas culturais semelhantes às que eram desenvolvidas por Dominguez. Assim, entenderemos de que forma ele poderia ser visto por seus clientes, dentro das possibilidades históricas do contexto em que viveu.

Podemos perceber nosso protagonista agindo no “espaço” ou no “não-lugar” no qual as táticas são elaboradas, isto é, em um lugar não institucionalizado, fluído e instável do cotidiano. Ele pode ser visto a partir das contradições presentes no cotidiano, permitindo certa mobilidade dos sujeitos, diferente do que determina o sistema normativo. Em outras palavras, é a “antidisciplina” que observamos nas ações dele, desde o momento em que foi descoberto pela fiscalização, usando vários artifícios para burlá-la (CERTEAU, 1998).

Para compreender as interações socioculturais estabelecidas por Dominguez em Aracaju utilizamos o conceito de “estrutura da conjuntura” conforme definiu Marshall Sahlins (1990). De acordo com ele, os indivíduos, enquanto reproduzem determinadas categorias sociais, “lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático” (SAHLINS, 1990, p. 160). Assim, na prática a cultura tem que lidar com os fatos contingentes, que dependem da ação criativa de cada pessoa no momento de sua execução. Os significados culturais, então, são “reavaliados” quando postos em prática. A análise de Sahlins foi feita a partir da chegada dos

ingleses no Havaí. O capitão Cook foi visto como o deus Lono, que estava ligado a reprodução humana. Enquanto os havaianos seguiam suas lógicas culturais, a presença dos estrangeiros alterava o cotidiano deles. Voltando para a situação de Dominguez em Aracaju, perceberemos que em Sergipe havia categorias culturais, tais como as dos curandeiros e feiticeiros, que ele representava, embora se declarasse um ocultista.<sup>3</sup>

Na petição de *habeas corpus*, Dominguez declarou que antes de chegar a Sergipe ele esteve na cidade de Ilhéus no estado da Bahia e que lá teria comprado uma propriedade. Poderemos, então, encontrar situações distintas das que foram vivenciadas em território sergipano. Durante o depoimento que deu a polícia, José Maria afirmou que jamais foi procurado pela forma como procedia. Até que ponto isso seria verdade? É outra questão a ser analisada, tomando como ponto de partida os lugares em que esteve no interior da Bahia.

Assim, observaremos as configurações socioculturais de Dominguez e as relações de reciprocidade que pode ter estabelecido, formando uma rede de interdependências com outros indivíduos, necessária para a sobrevivência de suas práticas.

## **VIVENDO NO INTERIOR BAIANO**

Dominguez recebeu dois atestados de boa conduta emitidos pelas delegacias das cidades de Ilhéus e Alagoinhas, Estado da Bahia. Esses documentos indicam que ele causou uma boa impressão, inclusive nas autoridades públicas. Deste modo, avaliaremos as condições socioculturais e da saúde pública nessas duas localidades, com ênfase na década de 1920.

Consta na procuração que foi assinada por Dominguez, concedendo o direito ao advogado Ávila Lima de representá-lo no tribunal, que ele era “proprietário domiciliado em Ilhéus”, mas era “domiciliado e residente nesta capital”. A palavra “domiciliado” quer dizer que ele possuía uma casa, contudo, não quer dizer que ele residia a mesma. No pedido de *habeas corpus*, Dominguez declarou viver dos rendimentos das propriedades que possuía em Ilhéus e em Portugal. Mas, que tipo de propriedade ele possuía em Ilhéus? Recorrendo a história dessa cidade, em especial a sua economia, chegaremos a uma possível resposta.

Durante as primeiras décadas do século XX, a cidade de Ilhéus prosperava em razão dos lucros extraídos do cultivo do cacau. A riqueza do cacau atraiu muitas pessoas, principalmente,

---

<sup>3</sup> Antes de ser intimado, Dominguez havia publicado anúncios no “Sergipe-Jornal” do mês de abril de 1923. Era seguidor dos ensinamentos ocultos da teosofia de Helena Blavatsky.

dos sertões da Bahia e de Sergipe. Árabes, libaneses e sírios também se fixaram na região, a partir do final do século XIX. O cultivo comercial do cacau teve início em 1820, por iniciativa da aplicação do capital de alemães e suíços (RIBEIRO, 2014).

Em Ilhéus não existiram latifúndios. Os mais ricos eram aqueles que adquiriam o maior número de “roças”. Os pequenos proprietários vendiam sua produção aos grandes produtores, que beneficiavam e vendiam os produtos. A cidade funcionava como uma extensão da produção de cacau, através do comércio e serviços. Os “barões do cacau” pouco investiam em Ilhéus. Seus filhos, que buscavam a formação em medicina e direito, depois de formados raramente voltavam. Já os trabalhadores, eram explorados, recebendo baixos salários, que eram gastos com os produtos de primeira necessidade vendidos a preços altíssimos nas fazendas em que trabalhavam (GUERREIRO, 2009).

Diante desse contexto, o mais provável é que Dominguez possuísse uma pequena produção de cacau, que era o atrativo do município.

Partiremos agora para a cidade de Alagoinhas, outro local que Dominguez obteve um atestado de boa conduta. Essa cidade surgiu em torno de uma capela fundada pelo padre português João Augusto Machado no final do século XVIII. Seus primeiros povoadores eram boiadeiros, negros fugidos, índios, tropeiros e viajantes. Em julho de 1853, Alagoinhas foi elevada a categoria de cidade. Durante esse período, a cidade se destacava pelo cultivo de laranja e fumo, sendo este último produto exportado. Com a inauguração da linha ferroviária em 13 de fevereiro de 1863, ligando este município a Salvador, a economia se dinamizou e a atividade comercial foi intensificada. Esse fato atraiu vários imigrantes, com destaque para os italianos que comercializavam tecidos, vinhos e derivados (LIMA, 2007).

Durante o final dos anos oitocentos, Alagoinhas passou por uma série de mudanças, que seguiam a lógica higienista. A fim de modernizá-la, foram criadas praças, prédios comerciais e hotéis de luxo para abrigar os visitantes. Além disso, contava com duas Estações ferroviárias, uma ligando São Francisco a Juazeiro, e a outra que ligava a Bahia à cidade de Propriá, Estado de Sergipe. Segundo Keite Lima (2007), durante a década de 1920, Alagoinhas

[...] viveu uma verdadeira efervescência cultural, a cidade contava com teatro, cinema, festas populares e cívicas animadas por duas filarmônicas a “Euterpe Alagoinhense” e a “União Ceciliana” que eram referências para a região. Circulavam revistas como ‘A única’ editada em Salvador e jornais locais como “O popular”, um dos periódicos que, segundo os memorialistas, estava sempre a serviço da cidade, além, claro, do “Correio de Alagoinhas”. Enfim uma cidade que fazia jus à condição de “Pórtico de Ouro dos Sertões baianos” [...]. (LIMA, 2007, p. 07)

Comparando a história das duas cidades notamos que as décadas iniciais do século XX representaram uma fase de desenvolvimento econômico, responsável pelo aumento da população resultante de movimentos migratórios. Foi exatamente durante esse período que Dominguez esteve em Ilhéus e Alagoinhas, é possível tal situação o tenha atraído.

A Saúde Pública na Bahia do início do século XX atravessava as mesmas dificuldades presentes nos demais estados do país, assolados por inúmeras epidemias. Esse quadro acabou dando visibilidade aos problemas das populações que moravam no interior. Assim, a presença centralizadora do Departamento Nacional de Saúde, em associação com o governo do Estado da Bahia, buscou erradicar as endemias e epidemias. O processo de intervenção federal, a princípio, expôs uma diferença em relação à implantação do Serviço de Profilaxia e Saneamento Rural em Sergipe. O pessoal que compôs a parte técnica e científica era escolhido pelo governo baiano, enquanto o administrativo era nomeado pelo órgão federal. Em Sergipe, essa escolha aconteceu na ordem contrária. Contudo, a indicação feita por Carlos Chagas do médico e cientista Clementino Fraga para assumir a Comissão Sanitária Federal na Bahia, em 1919, levou o governo da Bahia a romper o contrato com o Estado (SOUSA, 2013).

Os “sertões” se tornaram foco da atenção dos governantes para solucionar os problemas de saúde, que atacavam tanto ricos como pobres. O “sertão” deixou de se referir a espaços geográficos distantes e de difícil acesso, para ser visto como lugar de

abandono, evocando as polaridades existentes no Brasil, tais como “litoral e interior, civilização e barbárie, moderno e arcaico, legal e real” (SOUSA, 2013, p. 45 - 46). Contribuíram para essa redefinição a obra “Os sertões” de Euclides da Cunha e as expedições científicas organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, durante a década de 1910.

Mesmo com a intervenção federal na Bahia, a erradicação das doenças de caráter epidêmico e endêmico foi um processo lento. As principais ações, nesse sentido, concentravam-se na capital, centro econômico e agroexportador. As condições financeiras e as brechas deixadas pela legislação brasileira foram obstáculos para o desenvolvimento da Saúde Pública. O movimento de “saneamento dos sertões” acusava o Estado de abandono das regiões do interior do país e favorecimento dos centros urbanos (BATISTA, 2013).

Até 1925, a Diretoria de Higiene do Estado da Bahia ainda não havia progredido. Faltava aparelhagem técnica e o aperfeiçoamento dos profissionais, além disso, os princípios sanitários não estavam sendo atendidos. Essa situação começa a melhorar com a implantação do Código Sanitário da Bahia no referido ano, que visava sanar esses problemas (BATISTA, 2013, p. 06).

No interior da Bahia, os curandeiros e as benzedadeiras disputavam espaço com os médicos pelo espaço da arte de curar, ainda em pleno a década de 1940. Foi neste ano, que o governo da Bahia intensificou a regionalização dos serviços de saúde, criando novos postos de higiene e revitalizando os existentes. O processo de medicalização social enfrentou resistências de pessoas que reclamavam do atendimento dos médicos. Segundo essas pessoas, os médicos não as escutavam, não explicavam as causas das doenças ou prescreviam medicamentos que não teriam condições de adquirir. Tais razões ajudam a entender a preferência por curandeiros, remédios caseiros, simpatias e ainda a automedicação (SANTOS, 2013, p. 147-188).

O contexto presente nas cidades do interior da Bahia nos ajuda a ter uma ideia de como Dominguez foi recepcionado. A concepção de doença e de cura existente nessas cidades, envolvendo o campo espiritual, dialoga com as crenças dele. Os documentos comprovando sua boa conduta são provas de que ele construiu uma imagem positiva perante as autoridades públicas, que pode ser explicado pelo tardio movimento de fiscalização no interior do Estado e a falta de médicos, impedindo denúncia. É possível que tenha praticado atos de caridade, contribuindo para a sua aceitação.

## **INTERAÇÕES SOCIOCULTURAIS EM ARACAJU**

Quando Dominguez chegou a Aracaju, foi morar numa casa situada nas imediações da Praça da Cadeia, e em seguida mudou-se para a Rua Santa Luzia. As duas localizações se situam no chamado “quadrado de Pirro”, nome que faz alusão ao engenheiro que projetou a cidade de Aracaju, Basílio Pirro. Este planejou a cidade que seria a nova capital, atendendo aos interesses econômicos da elite dirigente, no formato de um quadrado, com divisões que lembram um tabuleiro de xadrez, buscando atender as regras de saneamento que corresponde a uma visão moderna das cidades (OLIVA, 1994).

No local escolhido foram construídas as principais obras públicas: Palácio, Assembleia, Cadeia, Quartel da Força Pública, templos religiosos e a Matriz, além dos diversos estabelecimentos comerciais (BARBOZA, 1992). Os médicos da capital possuíam suas casas e consultórios distribuídos nessa região. Assim, percebemos que Dominguez estava no “olho do furacão”, num local nobre e comercial, sendo alvo da fiscalização e dos médicos já estabelecidos e conhecidos.

Os médicos de Aracaju costumavam expor em um único anúncio seus nomes, endereços e telefones, mostrando uma tentativa de coesão entre eles. Assim, poderemos conferir os locais em que os esculápios mantinham consultório na capital sergipana.

Dr. Augusto Leite – Avenida Barão Rio Branco, n. 39.

Dr. Avila Nabuco – Rua de Itabaiana n. 257. Telephone 239.

Dr. Francisco Fonseca – Bairro Fundação n. 246. Telephone 158. Dr. Aristides Fontes – Rua Itabaiana n. 95.

Dr. Macedo Costa – Rua de Itabaiana n. 373. Telephone 230. Dr. Berillo Leite – Rua de Pacatuba n. 95. Telefone 7.

Dr. Octaviano Mello – Rua de Propriá (casa de José Ludovice) Dr. Helvecio de Andrade – Rua de S. Christvam n. 74.

Dr. Antonio Carlos – Bairro Fundação n. 333

Dr. Josaphat Brandão – Rua Pacatuba n. 194. Telephone 120. Dr. Alexandre Freire – Rua de Itabaiana n.82.

Dr. Galdino Martins – Praça Coronel José de Faro n. 16. Telephone 219.

Dr. Silva Mello – Rua de Itaporanga n. 85. (SERGIPE-JORNAL, 1923)

Nota-se que a Rua de Itabaiana, famosa por seu intenso comércio, possuía o maior número de médicos (4). Os demais médicos estavam divididos entre o Bairro Fundação (2), a Rua Pacatuba (2), Rua Propriá, Rua S. Cristóvão, Rua Itaporanga e Praça Coronel José de Faro e Avenida Barão Rio Branco. Eles estavam próximo à Praça da Cadeia e a Rua Santa Luzia, locais em que Dominguez atendia, sendo o primeiro local mais chamativo, em razão de possuir instituições públicas importantes, como a Cadeia Pública, o Quartel General e a Alfândega.

Os pobres não foram cogitados para morar no “quadrado de Pirro”, no qual eram admitidos apenas aqueles que seguissem as normas do código de posturas municipal, uma das exigências era que as casas fossem cobertas com telhas. Em suas margens, ao Norte e à Oeste, eles construíram seus casebres de palha, contrariando o planejamento da cidade (BARBOZA, 1992, p.34 – 35).

No início do século XX, eram comuns os Jardins compostos por árvores e vegetação exóticas, na “entrada do logradouro um jardineiro que carrega as chaves dos portões e é responsável pelo horário de público estabelecido pelo regulamento do serviço de jardinagem” (BARBOZA, 1992, p. 44). Seus frequentadores deveriam estar vestidos de maneira adequada,

segundo os padrões da época. Por outro lado, a praça da Matriz permitia manifestações populares, como os folguedos e as festas de Natal.

Nas zonas periféricas havia uma maior liberdade e divertimento para os menos abastados. Nas proximidades da Lagoa Jabotiana e na Rua Porto da Folha existiam os terreiros de candomblé, nos quais eram realizados sortilégios e atendimentos aqueles que desejavam se livrar de feitiços e do “quebranto” (CABRAL, 2002, p. 49 – 51). Os outros locais habitados por pessoas pobres à época em que Dominguez esteve em Aracaju, eram o antigo Morro do Bomfim, que se localizava entre as atuais Avenida Dr. Carlos Firpo e a Rua Apulcro Mota, destruído na década de 1950; o Aribé (atual Siqueira Campos), em que houve diversas desapropriações no final da década de 1920. O “Bairro Industrial” e o “Santo Antônio” (SOUSA, 2010, p. 147 – 160).

O desenvolvimento econômico de Aracaju entre os anos 1911 e 1920, nas áreas comercial e industrial, aumentou o fluxo migratório de proprietários rurais, comerciantes do interior e, em maior número, os camponeses em busca de trabalho (BARBOZA, 1992, p. 49 – 50). Contudo, em igual proporção crescia o valor dos aluguéis, dificultando as condições de sobrevivência dos trabalhadores (SOUSA, 2010, p. 150).

Os locais escolhidos por Dominguez para abrir consultório e o uso dos jornais para fazer propagandas, sugerem que ele buscava atrair clientes de elevada condição financeira. O fato de ser branco deve ter contribuído para que Dominguez assumisse também a imagem de médico, da mesma forma que o uso de medicamentos e a aplicação de injeções, de acordo com os objetos que foram apreendidos em sua residência.

O trecho do anúncio de Dominguez, que transcrevemos abaixo, nos ajudará a compreender a recepção de suas práticas em Aracaju, tendo como eixo norteador traços culturais presentes em Sergipe e no Brasil.

Perito em ciencias occultas, physicas e naturaes; especialista em e naturalismo; na theoria dos conhecimentos humanos; no **an sit e qui sit divinus**; na sciencia do Logos, Deus na philosophia antiga e nas theorias orientaes; no plano divino; na teoria Karmica; na escathologia teosófica; na morpholia pneumatológica e na psicologia esotérica; no Devakan; no Nirvana psvante; no tradicionalismo christão e no progresso desenvolvido no Universo; nas ciencias e segredos de Helena Petrovna, de Han Blavastshy; nas ciencias theosophicas e seu alcance social philosophico; na hypnologia transcendental; nos segredos da saúde, da riqueza, do amor e da prosperidade; em hypnotismo e transmissão do pensamento.

Conhece as vantagens do naturismo e os resultados da psychomancia pratica, bem assim possui o segredo amor, da riqueza, da paz e da prosperidade, pelo systema Calioistro ou Fakir da India.

Conta o presente, relata o passado e prediz o futuro.

Indica e aconselha grandes negócios, demandas, transações de quaisquer espécies, compras e vendas de muita expansão, etc.

E finalmente atalha quaisquer dificuldades e atrasos na vida, excitando e promovendo o bem, para evitar todos os males.

Desfaz influencias nocivas de inveja, ódio ou feitiçaria, bem como facilita consórcios, hypnotiza, magnetiza, etc. (SERGIPE-JORNAL, 1923)

O acesso aos jornais era restrito aos alfabetizados e com condições financeiras para adquiri-los, sendo considerado um artigo supérfluo para aqueles que lutam para adquirir o básico para a sobrevivência. Portanto, era um veículo informativo que atingia pessoas das classes média e alta.

As notícias de curandeiros nos jornais geralmente estão relacionadas à repressão policial sofrida por eles ou em artigos os desqualificando enquanto charlatães (SAMPAIO, 2001, p. 25). Mas, havia os que se passavam por médicos, a fim de não chamarem a atenção das autoridades (BERTUCCI, 2003). Dominguez, não por acaso, declarava ser médico eletromagnetista.

Nos jornais do início do século XX, os anúncios de curandeiros em jornais eram bastante comuns. Esse foi um dos assuntos em pauta no Congresso Nacional de Práticos realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1922 (PEREIRA NETO, 1995). Assim, a ação de Dominguez em publicar seus anúncios no jornal era algo comum no Brasil dessa época.

Trabalhar com o eletromagnetismo contribuía para atrair aqueles que buscavam as inovações da ciência médica. O entusiasmo causado pela aplicação do eletromagnetismo na medicina esteve presente no Brasil, ultrapassando o século XIX. Em São Paulo, por exemplo, durante o início do século XX, tratamentos usando aparelhos eletromagnéticos eram anunciados com frequência na imprensa, sendo muito populares. Um deles era o “Farador”, nome dado em alusão ao físico inglês Michael Faraday, que prometia curar várias enfermidades. Através das correntes farádicas, galvânicas e diatérmicas, prometiam-se curar paralisias, nevralgias, angiomas ou afecções cutâneas e até mesmo impotência. Nessa “onda elétrica” o curandeiro Paschoal de Lucca foi preso por se passar por “professor” e “cientista-massagista”, aplicando “massagens elétricas” sem ter formação em medicina (BERTUCCI, 2003, p. 197-227).

Outra prática médica anunciada por Dominguez foi o hipnotismo. Esse método de tratamento dividiu (e ainda divide) os médicos desde as primeiras descobertas. Há aqueles que confiam na hipnose e relatam atingir bons resultados, enquanto outros simplesmente a descrê, relegando-a ao patamar da alquimia (BLYTHE, 1971, p. 20 – 26).

O magnetismo animal usado na cura de doenças se tornou popular através do médico austríaco e ocultista, Franz Anton Mesmer. Essa prática é precursora do hipnotismo. Mesmer chega a Paris em 1778, afirmando ter encontrado um fluido ultrafino que cercava os corpos ou fluido vital. As doenças, então, seriam resultado da interrupção do fluxo desse fluido e a cura seria alcançada através de uma crise em forma de convulsões, provocada por magnetos estáveis (dedos e nariz), haste de ferro, ou através de uma cuba com cordas e hastes de ferro. Grande parte dos médicos parisienses se uniu para expulsar Mesmer, mas outros enxergavam apenas a tirania das academias nessa ação (DARNTON, 1988). O discípulo de Mesmer, o Marquês de Puységur (1751 – 1825) descobriu o que chamou de Sonambulismo Magnético, mais tarde chamado de hipnose. Ele acreditava que através do sonho hipnótico seria possível a comunicação com os espíritos, a telepatia, a autoscopia e o diagnóstico de doenças (ASSOCIAÇÃO JAUENSE, 2013).

O Código Penal brasileiro de 1890 determinava que apenas médicos qualificados pudessem usar o método do hipnotismo. Portanto, era uma prática reconhecida segundo a legislação brasileira em vigor na época em que Dominguez foi processado.

Através de passagens do anúncio é possível relacionar Dominguez a figura de grandes feiticeiros e curandeiros brasileiros. A prática da adivinhação; o conhecimento dos “segredos da saúde, da riqueza, do amor e da prosperidade”; aconselhamento de “grandes negócios” e o combate de “influencias nocivas de inveja, ódio ou feitiçaria”, são realizadas com base na magia, não se restringindo ao ato de curar doenças através de ervas, como seria o caso dos curandeiros. Embora estes se aproximassem dos primeiros por combaterem feitiços, considerados causadores de enfermidades.

O feiticeiro José Sebastião da Rosa possuía práticas semelhantes às de Dominguez. Conhecido popularmente como Juca Rosa, era filho de uma escrava africana e morava na cidade do Rio de Janeiro, chegando a adquirir grande fama entre pessoas de diferentes posições sociais durante a segunda metade do século XIX. Juca Rosa não se limitava a realizar curas, dava conselhos, ajudava em conquistas amorosas e fazia rituais de magia (SAMPAIO, 2000).

O termo curandeirismo abriga variadas formas de curar. Nikelen Witter (2001) distingue os curandeiros em duas categorias: a primeira contempla “práticos, curiosos, cirurgiões e todos aqueles que, formados às margens do saber médico oficial, agregavam a estes saberes cotidianos ou tomados das curas tradicionais”, podendo ser vistos como médicos ao receber licenças emitidas pelas Câmaras municipais. A segunda categoria é formada por curandeiros

que se baseiam em “saberes tradicionais”, como o uso da flora, da fauna e de rezas para combater doenças, chegando também a utilizar “técnicas e terapias da medicina oficial (BERTUCCI, 2003, p. 90 – 91).

Percebemos que, segundo a delimitação feita por Witter, Dominguez se enquadra melhor na primeira categoria, composta por uma prática híbrida entre os “saberes tradicionais” e a “medicina oficial”. Porém, durante o período republicano, as câmaras municipais não podiam expedir licenças para os “práticos”. Para ser médico o indivíduo deveria possuir o diploma de medicina.

Por meio de alguns objetos que foram apreendidos pela polícia tais como uma “caveira de macaco da Índia (embrulhada em lenço)”, “envelope contendo 10 beija-flores, secos”, “frasco contendo pó”; “garrafa contendo líquido”, notamos o possível preparo de medicamentos e/ou a prática de rituais. Por outro lado, os objetos apreendidos no consultório dele indicam que ele também fazia uso de práticas de cura ligadas a medicina acadêmica, através da prescrição e venda de medicamentos e o uso de instrumentos cirúrgicos, que apontam que ele realizava pequenas cirurgias em seus pacientes.

No Brasil, o uso de animais no preparo de remédios foi largamente empregado durante o domínio português, sendo essa uma prática cultural de índios, africanos e europeus. De acordo com Márcia Ribeiro (1997), a utilização de animais para o tratamento de doenças está relacionada a uma visão sobrenatural das doenças. Os ossos de animais e de humanos estavam relacionados ao “universo demoníaco”, visto como arte dos feiticeiros.

A redução de elementos da fauna e da flora em pós e os líquidos armazenados em garrafas com fins curativos fazem parte das práticas de curandeiros brasileiros. Eduardo Campos descreve o uso de pós entre os sertanejos. Segundo ele, “uma folha que, ao ser queimada e tornada pó, prontamente cicatrizará uma ferida das mais rebeldes” (CAMPOS, 1967, p. 34).

Durante a década de 1920, essas figuras atuavam em Sergipe com grande popularidade. De acordo com Andrade (1920, p. 110), “o curandeiro, o benzedor, o feiticeiro, a cartomante, o espirita, o condonblé, a jetatura”, estariam “a suplantar tudo, a esmagar tudo, como a avalanche de gelo, muitos anos acumulado e subitamente fundido ao calor do sol creadôr”. Embora trate essas práticas como um mal a ser combatido, que estaria a “suplantar” e a “esmagar” as tentativas de monopólio da arte de curar pela ciência médica, o artigo mostra a força dessas práticas durante o período analisado.

O curandeiro Balbino Leite utilizava algumas das práticas descritas acima. Em 1889, na cidade de Maruim, ele foi acusado de estar vendendo “garrafas” que continham substâncias venenosas com o pretexto de curar. O inquérito policial foi aberto após o médico Antônio Freire de Mattos Barretto levar uma de suas “garrafadas” até a promotoria pública, tendo recolhido esta depois que atendeu uma mulher chamada Maria. A vítima, segundo ele, estava sofrendo de “gastro interite aguda” provocada pela substância contida na garrafa. Outra acusação que recaiu sobre Balbino foi a morte de um jovem chamado Antônio, através das substâncias que ministrava.

As “garrafadas” são populares em todo o Nordeste brasileiro, podendo ser encontradas nos mercados atualmente. Elas correspondem a uma mistura feita com aguardente, raízes ou ervas, e são utilizadas no combate de várias enfermidades (CAMPOS, 1967, p. 34).

Além do médico, foram intimadas três pessoas cujos testemunhos evidenciam claramente a crença em feitiços enquanto causadores de doenças. A segunda testemunha, Bernardino José d’Oliveira, declarou ter quarenta e cinco anos, morar em Maruim, ser casado e pedreiro. Ele disse que soube através da mãe do falecido Antônio, que este “andando adoentado de um catarro foi se tratar do malefício fora d’esta cidade e que voltando veio em pior estado, e que se agravando o seu estado a testemunha ouviu em certa ocasião vomitar sapo e cabelos pela boca”.<sup>4</sup>

A terceira pessoa a testemunhar foi a mãe do falecido Antônio. Ela se chamava Maria Flora do Espírito Santo, tinha aproximadamente cinquenta anos e era casada. Ao recordar o sofrimento pelo qual passou seu filho, explicou que o finado sofria “de uma fraqueza nas pernas” e que ele não aceitou a “garrafa”. Maria Flora disse que conversou com uma pessoa “na rua do Rozario” a respeito da enfermidade de seu filho e esta concluiu que um “malefício” tinha provocado o estado em que ele se encontrava, chegando a lhe indicar um homem chamado Barnabé “que curava d’estas coisas” e morava em Saco do Bomfim no Município de Divina Pastora. Ele, então, recebeu duas garrafas, contendo uma “beberagem”, e depois que passou a tomá-la “deu logo em vomitar cabelos enrolados, sapo e grangugito, e até ela testemunha viu em uma das ocasiões seu filho sofrer um grande ataque que o prostrou para vomitar uma cobra”. Segundo ela, Antônio não tomou a “garrafada” feita por Balbino, pois seu esposo havia brigado

---

<sup>4</sup> Ver: SERGIPE. Inquérito policial em que foi réu Balbino Leite. **Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe.** MAR/C. 2º Of. Inquérito Policial, cx. 01/1014. 20/04/1889.

e o acusado de estar matando o filho, concluindo que o culpado seria outro homem, chamado Barnabé.

A última pessoa a testemunhar foi Firmino Manoel Pereira, que declarou ser viúvo, ter trinta anos, morar em Maruim e exercer a profissão de banqueiro. Ele esclareceu

[...] que sabe que Balbino de tal a pretexto de curar de feitiçaria tem dado beberagens a diversas pessoas como bem a ela testemunha a quem Balbino já deu uma garrafa contendo aguardente do reino, casca de jurema, alho e muito fumo; que estes remédios não lhe tendo feito benefício nenhum ela testemunha não quis pagar, o que deu lugar a Balbino que entregou ao Delegado de polícia.

Consultamos o “Dicionário de Medicina Popular” (CHERNOVIZ, 1890) editado pela primeira vez em 1842, e encontramos os ingredientes do remédio. A “aguardente” era usada para “excitar as forças”; a “casca de jurema” resolvia problemas de “inchações”; o “alho” como “estimulante para o estomago” e “vermifugo para as crianças”; e o “fumo” contra “clysteres nas hernias estranguladas, na asphyxia, paralyisia da bexiga, epilepsia, tétano, etc.”.

Firmino morava próximo à casa de Maria, que era esposa de Manoel Pacatuba, e soube que ela não pagou pelo serviço do curandeiro, chegando a procurar um sargento para denunciá-lo, pois Balbino ameaçou fazer um “batuque de cemitério” para prejudicá-la. Depois disso, a saúde dela apenas melhorou quando um oficial o convenceu a desfazer o feitiço.

É interessante notarmos que embora o remédio não fizesse o efeito desejado, o poder de Balbino não foi questionado. Ele teria o poder para desencadear doenças, deixando uma pessoa enferma, ainda que não conseguisse curar. Assim, era também temido pelas mesmas pessoas que buscavam tratamento para suas enfermidades.

O processo não prosseguiu por falta de provas e, provavelmente, Balbino continuou vendendo suas “beberagens”. Quanto a Barnabé, nunca foi encontrado.

Esses testemunhos se assemelham com as informações descritas por Laura de Melo e Souza (1989) em seu livro “O diabo e a Terra de Santa Cruz”, no qual ela trabalhou com processos inquisitoriais gerados a partir das visitas do Santo Ofício ao Brasil. Segundo ela, o ato de expelir “sapo e cabelos pela boca”, são características que apontam que a enfermidade teria sido causada por meio de feitiçaria. No Brasil colonial, era muito comum pessoas apresentarem tais manifestações após terem sido vítimas de feitiço. Seguindo essa concepção de cura a doença deveria ser materializada para que a saúde fosse restaurada, expulsando os objetos usados no preparo do feitiço. Assim, eram expelidos “pela boca, pelo ânus, pela vagina,

através da própria pele”, inclusive animais vivos e cabelos, que representavam a “energia vital”, sendo utilizados “positiva e negativamente”.

Nesse sentido, se Antônio e sua família acreditavam que ele estava enfeitado iriam precisar de alguém com poderes para fazer um contrafeitiço e esse papel era desempenhado por curandeiros.

Em 1928, na cidade de Itabaianinha, outro curandeiro foi denunciado pela venda das famosas garrafadas. Ele se chamava Deoclécio Freire de Carvalho. Segundo a acusação, ele praticava o espiritismo e os sortilégios da magia. Sete pessoas testemunharam. O julgamento prosseguiu à revelia do réu, que foi considerado culpado. Porém, o curandeiro não foi encontrado e continuou em liberdade.

Há registros de práticas de adivinhação durante o Brasil colonial. Os praticantes desse sortilégio eram degredados portugueses, índios, africanos e mestiços. As adivinhações eram feitas através das estrelas; peneira com tesoura, chapim ou balaio, orações para santos; com chave e o livro de horas de Nossa Senhora; leitura do Evangelho; água; enxergar dentro dos corpos e da terra; com tigelas de água ou vinho. Geralmente o objetivo era descobrir objetos furtados, autores de feitiços ou escravos fugidos (SOUZA, 1989, 157-166). Dominguez utilizava a psicomania ou necromancia como prática divinatória, que é realizada a partir da consulta das almas dos mortos. Os mais famosos necromantes da história do ocultismo foram a bruxa de Endor que aparece na Bíblia, o filósofo grego Apolônio de Tiana e os ocultistas John Dee, Edward Kelley e Eliphas Levi.

Os demais conhecimentos e especialidades que aparecem no anúncio estão relacionados à teosofia. A palavra teosofia é de origem grega e significa sabedoria divina, sendo forjada por Amônio Saccas e seu discípulo Plotino no século III d. C., em Alexandria. A russa Helena Blavatsky (30/07/1831 – 08/05/1891) deu continuidade aos ensinamentos deles, sendo fundadora da Sociedade Teosófica. A teosofia foi inspirada no hinduísmo e no budismo. Assim, os conceitos de Karma, Nirvana, Devakan e o sistema Fakir da Índia, entre outros que estão voltados para a espiritualidade, fazem parte dos estudos teosóficos.

## **CONCLUSÃO**

Durante as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, a fiscalização da arte de curar se intensificou. Em Sergipe, a década de 1920 representou

mudanças no serviço de Saúde Pública, com a chegada do Serviço de Profilaxia e Saneamento Rural, que além de fiscalizar a questões referentes ao exercício de curar, realizava exames, vacinação, pesquisas de doenças endêmicas, entre outros serviços que visavam o controle das doenças.

Esse foi o cenário que José Maria Dominguez Y Dominguez se instalou em Aracaju, sendo alvo das autoridades fiscalizadoras. Ele transitava pelo universo das práticas médicas e das práticas mágicas, abrindo espaço para que pessoas com crenças e classes sociais diferentes o procurassem. O fato de ser branco e se passar por doutor em medicina, deve tê-lo ajudado a apresentar uma imagem positiva pelos locais em que esteve. Conforme vimos, os atestados de boa conduta liberados pelas autoridades de duas cidades do interior da Bahia demonstram a confiança que adquiriu. Entretanto, sem o diploma emitido por uma faculdade reconhecida no Brasil, o cerco estava se fechando para pessoas como ele.

No dia em que Dominguez se apresentou à polícia, pagou a fiança e respondeu ao processo em liberdade. Não sabemos para onde ele foi depois disso. Ele contratou um dos advogados mais respeitados de Aracaju, que se chamava Adolpho Ávila Lima, e assinou uma procuração, deixando-o como representante legal nas audiências que se estenderam entre 1923 e 1928. Os juízes que analisaram o caso ficaram divididos, pois, apesar de não ter o diploma em medicina, a maneira como Dominguez foi preso e o fato de todas as testemunhas arroladas no processo serem membros do serviço de fiscalização da saúde, além da negação do direito de defesa, que ocorreu quando um dos juízes anulou a procuração que deixava o advogado Ávila Lima como seu representante legal, abriu brechas para a defesa. Por fim, Dominguez foi absolvido das acusações e recebeu os objetos que foram apreendidos de volta.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Helvécio de. A medicina em Sergipe. **Revista do Instituto e Histórico e geográfico de Sergipe** (vol. 5, nº 9, 1920).

ASSOCIAÇÃO Jauense de estudos espíritas. **O magnetismo animal: seus precursores e fenômenos correlatos**. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/magnestimo-animal.html>. Acesso em: 19|08|2013.

BARBOZA, Naide. **Em busca de imagens perdidas: centro histórico de Aracaju (1900-1940)**. Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BATISTA, Ricardo dos Santos. A sífilis na Bahia: considerações sobre saúde pública, medicina e eugenia. **XXVII Simpósio Nacional de História** – Conhecimento histórico e diálogo social, Natal – RN, 22 à 26 de julho de 2013.

BLYTHE, Peter. **O hipnotismo: seu poder e sua prática**. Trad. Nair Lacerda. São Paulo: Editora Pensamento, 1971.

BERTUCCI, Liane Maria. Remédios, charlatanices... e curandeirices: práticas de cura no período da gripe espanhola em São Paulo. In: CHALHOUB, Sidney et al (Org.). **Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Banese, 2002.

CAMPOS, Eduardo. **Medicina popular do Nordeste: superstições, crendices e mezinhas**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de Medicina Popular**. Paris: Editora A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso em: 23/12/2008.

DARNTON, Robert. **O lado oculto da Revolução: Mesmer e o final do iluminismo na França**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Matin Guerre**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUERREIRO, Antonio. A Bahia no centro do mundo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. 12/04/2009. Disponível em:

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/a-bahia-no-centro-do-mundo>.

Acesso em: 08/02/2014.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. **Cidade, Ferrovia e Modernização: contribuições da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco para a modernização da cidade de Alagoinhas – 1860/1920**. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

OLIVA, Terezinha Alves de; SANTOS, Lenalda Andrade. Aracaju, espaço de utopias. **Cadernos nordeste em debate** – Universidade Federal da Paraíba – Campus II, nº02, Campina Grande, 1994.

OLIVEIRA, Daiane de J. **“Da arte de curar à prisão de um ocultista”**: ocultismo, magia e ciência em Aracaju, SE (1923 – 1928). Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2014, fl. 114.

PEREIRA NETO, A. F. Profissão Médica em Questão (1922): Dimensão histórica e sociológica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 11 (4): 600-615, Oct/Dec, 1995.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **História do cacau**. Instituto Cabruca. Disponível em: <<http://www.cabruca.org.br/historiaDoCacau.php>>. Acesso em: 28/02/2014.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **Ciência nos trópicos**: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Trad. Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **A história do feiticeiro Juca Rosa**: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

SANTOS, Denilson Lessa dos. Curandeiros, benzedeiras, rezadeiras: tradição e cultura em Santo Antonio de Jesus (1940-1980). **História da saúde e das doenças no interior da Bahia**: séculos XIX e XX. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013, p. 147-188.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUSA, Antônio Lindvaldo.. **“Parte do outro lado da modernização...”**: Aracaju e os homens pobres nas primeiras décadas do século XX. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/ CESAD, 2010.

SOUZA, Christiane M<sup>a</sup> Cruz de. **O sertão revelado pelas epidemias**: lócus de miséria e doenças, signo do abandono do Estado. Disponível:

<http://www.viencontroanpuhba.ufba.br/modulos/submissao/upload/44364.pdf>. Acesso em: 16/02/2014.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar:** Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço:** as práticas da cura no sul do Brasil (1845-1880). 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.